

MPF

Ministério Público Federal

Gabinete do Procurador-Geral da República

SECRETARIA DE COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

2019-2021

www.internacional.mpf.mp.br
pgr-internacional@mpf.mp.br

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

SECRETÁRIO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
HINDEMBURGO CHATEAUBRIAND FILHO

SECRETÁRIOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ADJUNTOS
ANAMARA OSÓRIO SILVA
MARCELO RIBEIRO DE OLIVEIRA

ASSESSORA-CHEFE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PÉTALLA BRANDÃO TIMO RODRIGUES

ASSESSOR-CHEFE JURÍDICO
TIAGO SANTOS FARIAS

ASSESSORA-CHEFE ADMINISTRATIVA
MÁRCIA AZEREDO THOMÉ

Imagens

SECOM/PGR, SCI/PGR, Canva e Heyzine Flipbooks

Diagramação

Márcia Azeredo Thomé e Vítor Nogueira Silva Pestana

Pesquisa e levantamento de dados

Ana Carolina Marouelli dos Santos, Bruno Canedo de França Borges, Cíntia Gomes
Moreira e Nilvando Oliveira Costa

Coordenação, produção e edição

Márcia Azeredo Thomé, Pétalla Brandão Timo Rodrigues, Tiago Santos Farias e Vítor Nogueira
Silva Pestana

07.

Apresentação

08.

Assessoria Jurídica

09.

Equipes Conjuntas de Investigação

10.

Recuperação de Ativos

12.

Extradução

13.

Casos Exitosos

13.

Operação Geneve

14.

Operação Cavok

16.

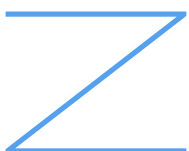
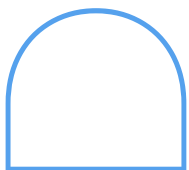
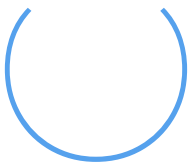
Relações Internacionais

16.

Projetos de Cooperação Técnica

19.

Adesão a Tratados



20.

Missões e Eventos

21.

Mercosul

24.

Memorandos de Entendimento/BRICS

24.

AIAMP e Redes

27.

CPLP

28.

Editais e Cursos

29.

Gestão Administrativa

29.

Detalhamento da Movimentação Documental e Processual

29.

Entradas e Saídas de Expedientes

31.

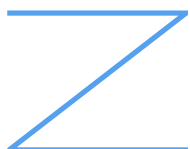
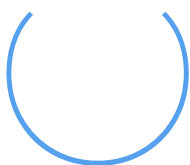
Cadastramento de Documentos e Procedimentos de Gestão Administrativa

32.

Acervo, Instaurações, Tramitação e Finalização de Procedimentos de Cooperação Internacional

33.

Dados de Procedimentos de Cooperação Internacional Ativos e Passivos Instaurados no Período



33.

Dados de Procedimentos de Cooperação Internacional
Ativos e Passivos Instaurados no Período

33.

Cooperação Passiva Geral - PCIs por Grupo de Distribuição

34.

Cooperação Ativa Geral - PCIs por Grupo de Distribuição

34.

Cooperação Passiva Geral - Principais Objetos dos Pedidos

35.

Cooperação Ativa Geral - Principais Objetos dos Pedidos

36.

Cooperação Passiva Geral - Principais Assuntos CNMP

36.

Cooperação Ativa Geral - Principais Assuntos CNMP

37.

Cooperação Passiva Geral - Principais Bases Convencionais

38.

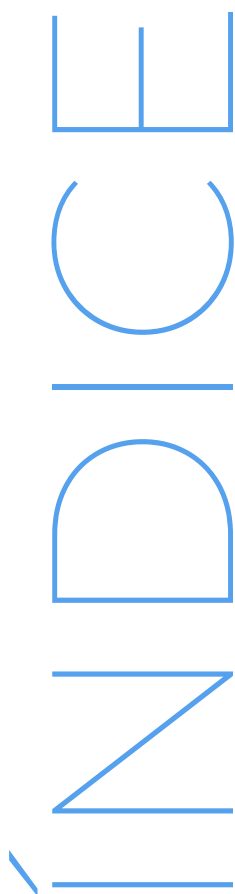
Cooperação Ativa Geral - Principais Bases Convencionais

39.

Cooperação Passiva Geral - Principais Tipos de Requerentes

40.

Cooperação Ativa - Principais Tipos de Requerentes



40.

Cooperação Passiva Geral - Principais Tipos de Requeridos

41.

Cooperação Ativa Geral - Principais Tipos de Requeridos

42.

Cooperação Passiva Geral - Principais Formas de Execução dos Pedidos

42.

Cooperação Ativa Geral - Principais Formas de Execução dos Pedidos

43.

Tempo Médio de Tramitação de Pedidos

44.

Cooperação Passiva Geral - Principais Países

45.

Mapa da Cooperação Passiva Internacional

46.

Cooperação Ativa Geral - Principais Países

47.

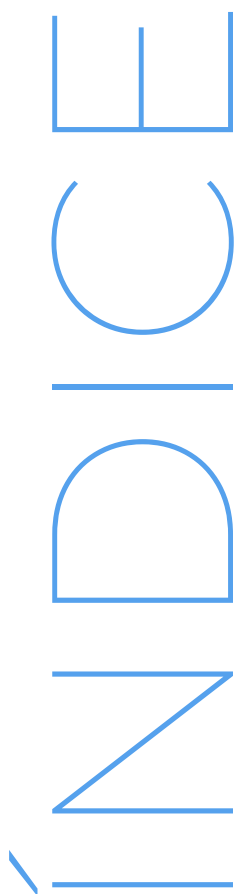
Mapa da Cooperação Ativa Internacional

48.

Serviços de Tradução

51.

Anexo (Tabelas 1 a 24)



Apresentação

Este relatório consolida as principais medidas tomadas, no âmbito da Secretaria de Cooperação Internacional (SCI), na gestão que teve início em outubro de 2019 e término em outubro de 2021.

O biênio foi marcado pela grave crise sanitária provocada pelo Covid-19, que trouxe alguns desafios, mas não impediu a atuação e o compromisso da SCI de avançar, alcançando resultados importantes.

A priorização das reuniões e trocas de informações por meio virtual, com a realização de mesas de trabalho on-line e a criação de grupos de comunicação voltados a promover o contato direto, permitiram o fortalecimento da cooperação jurídica com outros países.



Na atual gestão buscou-se fortalecer técnicas de auxílio direto de modo a superar, com legitimidade e previsibilidade, os entraves burocráticos, nos limites dos tratados internacionais, para que se possa avançar com maior eficiência na cooperação internacional.

Os objetivos perseguidos envolveram o combate ao crime organizado transnacional, a prática da transmissão espontânea de informações e da cooperação interinstitucional e direta entre autoridades competentes, o fortalecimento de ferramentas modernas para a cooperação, especialmente a formação de Equipes Conjuntas de Investigação (ECIs), assim como o enfrentamento ao crime cibernético e ao tráfico internacional de pessoas.

Na área administrativa, a alteração organizacional introduzida pela Portaria nº 777, de 2020, exigiu a reorganização da estrutura interna da SCI, com impacto maior na Assessoria Jurídica, que reestruturou seu apoio em três Assessorias: Especial em Matéria Internacional, Cível, e Criminal e de Extradicação. Essa nova formatação permitiu a oficialização da Assessoria de Tradução na Assessoria Administrativa, mantida a configuração da Assessoria de Relações Internacionais.

Esses destaques, e outras informações e estatísticas, serão divulgados por meio do presente relatório.

Cooperação Jurídica Internacional

Entre outubro de 2019 e setembro de 2021, conforme detalhado mais adiante, nas informações juntadas pela Assessoria Administrativa Documental e Processual, a Secretaria de Cooperação Internacional instaurou 902 procedimentos de cooperação internacional para o acompanhamento de pedidos ativos de assistência jurídica mútua, em matéria cível e criminal, formulados por autoridades brasileiras a Estados estrangeiros. Os países mais demandados foram Estados Unidos da América, Suíça, Paraguai, Espanha e Portugal.

Em relação aos pedidos passivos, foram 1.073 procedimentos instaurados no mesmo período, para execução de solicitações oriundas de autoridades estrangeiras, entre as quais destacam-se Portugal, Peru, Argentina, Suíça e Estados Unidos como países mais demandantes.

Já os crimes mais comuns relacionados aos pedidos de cooperação em matéria penal são lavagem de dinheiro, organização criminosa, corrupção ativa e passiva, tráfico de drogas e estelionato.

No mesmo período, foram finalizados 2.240 procedimentos, relativos a pedidos de cooperação ativos e passivos cumpridos integral ou parcialmente ou, ainda, não cumpridos.

O fortalecimento da cooperação jurídica com outros países foi um dos principais objetivos perseguidos pela SCI, durante a gestão, para combater o crime organizado transnacional.

Nesse sentido, em audiências públicas em 2019 e em 2021, a SCI propôs medidas para fortalecer a cooperação jurídica internacional no novo Código de Processo Penal (CPP), em discussão na Câmara dos Deputados (1).



1 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-propoe-medidas-para-fortalecer-a-cooperacao-juridica-internacional-no-novo-cpp> // <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/cooperacao-internacional-no-novo-cpp-e-tema-de-audiencia-publica-na-camara-dos-deputados>

Visando esse mesmo objetivo, a prática da transmissão espontânea de informações e da cooperação interinstitucional e direta entre autoridades competentes, como complemento indispensável à cooperação jurídica internacional transmitida entre Autoridades Centrais, foi defendida pela SCI em diversas oportunidades, incluindo em documentos enviados à ONU e em eventos de alto nível neste âmbito, como o 14o Congresso de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal (2).

Equipes Conjuntas de Investigação

Uma das prioridades foi o fortalecimento de ferramentas modernas para a cooperação, especialmente a formação de Equipes Conjuntas de Investigação (ECI) (3). O mecanismo permite a implementação de técnicas de persecução mais rápidas e eficazes para a investigação e persecução de crimes complexos e transfronteiriços.

Em abril de 2020, a Secretaria firmou acordo para constituir ECI com autoridades italianas para apurar a suposta prática dos crimes de tráfico internacional de drogas, organização criminosa e demais delitos correlatos, juntamente com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, do Ministério da Justiça e Segurança Pública brasileiro.



A ECI também inclui a Agência Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust), formada por membros de ministérios públicos e juízes de instrução (4).

2 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-participa-do-14o-congresso-das-nacoes-unidas-sobre-prevencao-ao-crime-e-justica-criminal> // <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-defende-cooperacao-direta-entre-autoridades-em-evento-paralelo-a-assembleia-geral-da-onu>

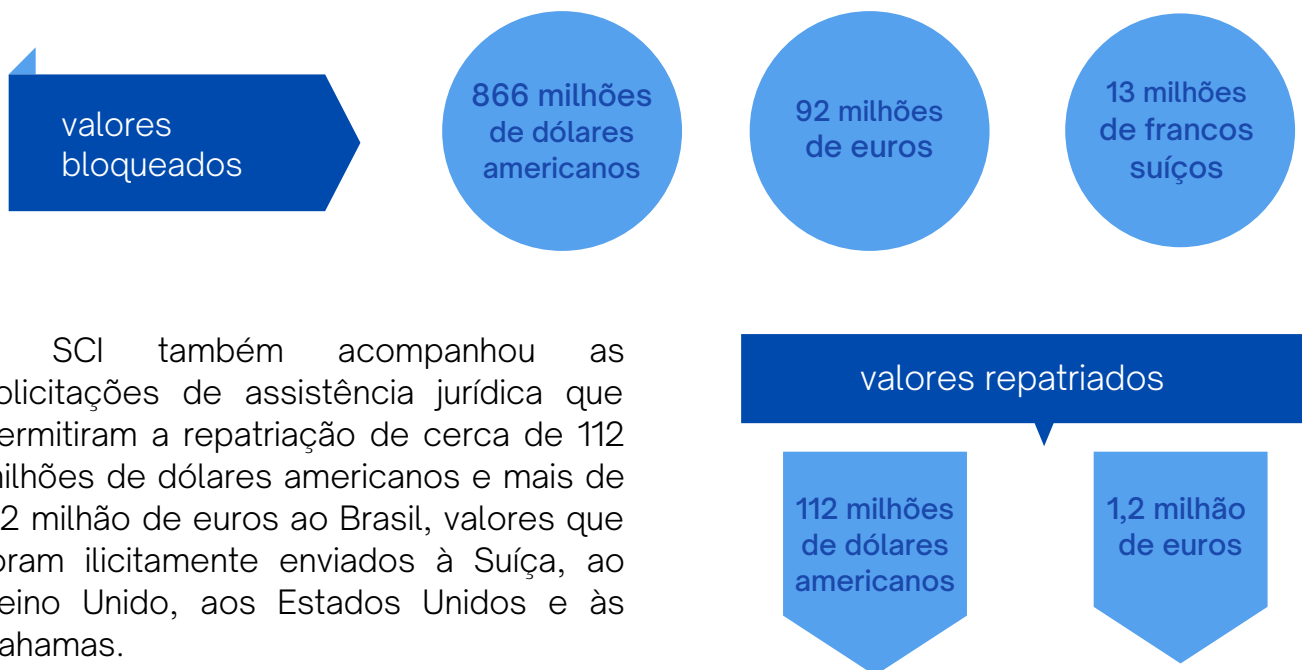
3 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/em-reuniao-com-mps-do-mercosul-mpf-aborda-os-mecanismos-que-fortalecem-cooperacao-juridica-entre-paises-da-regiao>

4 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-constitui-equipe-conjunta-de-investigacao-para-apurar-organizacao-criminosa-internacional>

A partir da entrada em vigor do Acordo Quadro de Cooperação entre os Estados Partes e Associados do Mercosul para a criação de ECIs, também resultado da defesa pelo MPF da importância desse instrumento no Congresso Nacional (5) foram renovadas as Equipes Conjuntas de Investigação do MPF com o Paraguai para apurar os delitos de tráfico de pessoas e tráfico de drogas. Em outubro de 2020, a SCI realizou evento bilateral com o Paraguai para o aprimoramento de capacidades operativas sobre ECI (6), além de posteriores reuniões de trabalho entre os membros do MPF que compõem equipes conjuntas.

Recuperação de Ativos

Quanto à recuperação de ativos localizados em jurisdições estrangeiras, a SCI acompanha pedidos de cooperação no âmbito dos quais foram bloqueados cerca de 866 milhões de dólares americanos, 92 milhões de euros e 13 milhões de francos suíços, sendo Suíça, Estados Unidos e Portugal os países onde há mais ativos constrictos a pedido do MPF.



A SCI também acompanhou as solicitações de assistência jurídica que permitiram a repatriação de cerca de 112 milhões de dólares americanos e mais de 1,2 milhão de euros ao Brasil, valores que foram ilicitamente enviados à Suíça, ao Reino Unido, aos Estados Unidos e às Bahamas.

5 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/acordo-quadro-do-mercosul-para-a-criacao-de-equipes-conjuntas-de-investigacao-entra-em-vigor-nesta-sexta-feira-22>

6 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-promove-reuniao-bilateral-brasil-paraguai-para-discutir-combate-ao-trafico-de-pessoas>

Observa-se que as quantias poderiam ser ainda maiores, já que, especialmente no caso Lava Jato, grande parte dos ativos foi devolvida ao Brasil sem a necessidade de cooperação jurídica internacional, isto é, a partir de acordos de colaboração premiada, no âmbito dos quais procedeu-se à transferência direta de valores entre as contas do colaborador no exterior e a da Justiça brasileira.

Algumas situações peculiares de recuperação de ativos foram realizadas pela SCI, a exemplo do caso que resultou na devolução ao Brasil pela Suíça de 27 pedras de diamantes e 4,5 kg de ouro adquiridos com dinheiro ilegal do esquema de corrupção comandado pelo ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral. O material avaliado em mais de R\$ 20 milhões estava na Suíça e foi recuperado a partir de uma operação do MPF, por meio da SCI e da então Força-Tarefa Lava Jato no Rio de Janeiro (7).



7 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-e-mp-suico-repatriam-ao-brasil-ouro-e-diamantes-adquiridos-em-esquema-de-corrupcao-comandado-por-sergio-cabral>

Também a partir de outro pedido de cooperação internacional, formulado pela Procuradoria da República em Juazeiro do Norte/CE, o MPF conseguiu que fossem apreendidos, na Alemanha, fósseis brasileiros que seriam comercializados online de forma ilegal por mais de 100 mil euros (8).



De modo semelhante, o MPF obteve autorização da Justiça da França para repatriar 998 fósseis brasileiros comercializados de forma ilegal para o país europeu (9).

Extradição

A extradição de pessoas procuradas no Brasil e no exterior pela prática de graves crimes também se destacou na atuação da SCI e da PGR no período.

Um dos casos é o do catarinense investigado por tráfico de pessoas e prática de cárcere privado que foi extraditado da Bielorrússia para o Brasil. Ele estava preso desde outubro do ano passado, em Minsk, capital do país europeu, a pedido da Justiça brasileira. Os pedidos de prisão preventiva e de extradição feitos pela Justiça Federal de Porto Alegre foram acompanhados pela SCI, que cuidou do trâmite de envio de toda a documentação à autoridade central brasileira em matéria penal. No Brasil, o catarinense é alvo de inquérito da Polícia Federal que investiga um esquema de tráfico e exploração sexual de mulheres. A investigação foi aberta após uma das supostas vítimas ter procurado o Consulado Brasileiro na Bielorrússia para relatar que estava sendo submetida, desde janeiro de 2020, à violência e cárcere privado para fins de prostituição (10).

8 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-obtem-apreensao-de-60-fosseis-brasileiros-na-alemanha-para-serem-devolvidos-ao-brasil>

9 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-obtem-decisao-favoravel-na-justica-francesa-para-repatriacao-de-quase-mil-fosseis-da-chapada-do-araripe>

10 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/brasileiro-investigado-por-trafico-e-exploracao-de-mulheres-e-extraditado-da-europa-para-o-brasil>

Outro caso se refere a pedido formulado pelas autoridades italianas, no âmbito do qual, seguindo posicionamento do Ministério Público Federal (MPF), a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu, por unanimidade, a extradição de cidadão italiano preso no Brasil. Patrick Assisi é acusado de associação criminosa para o tráfico de drogas e seria um dos responsáveis pelo envio de mais de 900 quilos de cocaína de portos do Brasil para a Europa, entre 2014 e 2015 (11).

Do mesmo modo, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu a extradição do empresário norte-americano Carlos Nataniel Wanzeler, um dos donos da empresa TelexFree. A decisão seguiu entendimento firmado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em diversos pareceres, elaborados a partir do pedido de Extradição 1.630, de autoria do governo dos Estados Unidos. Wanzeler – que chegou a ter cidadania brasileira – alegou vários motivos para que a extradição fosse rejeitada e que houvesse a substituição da prisão por outras medidas cautelares, porém, tais pedidos foram rejeitados pelo STF. O caso foi acompanhado pela SCI em todas as suas fases (12).


Casos Exitosos

Operação Geneve

A cooperação internacional permitiu a prisão de um suspeito em Londrina (PR) e dois possíveis comparsas, que estão na Suíça, por extorquirem dinheiro e ameaçarem um funcionário brasileiro da Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra. A Operação Geneve foi coordenada a partir de um pedido de cooperação internacional do Ministério Público suíço. No Brasil, os mandados de prisão temporária do investigado e de busca e apreensão em sua residência foram autorizados após pedido do Ministério Público Federal e da Polícia Federal.

11 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/stf-acompanha-mpf-e-autoriza-extradicao-de-cidadao-italiano-acusado-de-trafico-internacional-de-drogas>

12 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/stf-seguintendimento-do-mpf-e-autoriza-extradicao-de-um-dos-donos-da-telexfree>



A vítima e seus familiares eram alvo de graves ameaças há pelo menos dois anos devido a possíveis dívidas por crimes cometidos no passado. No início de novembro, as intimidações se tornaram mais intensas, com o envio de vídeos a parentes do funcionário da ONU. Nas gravações, os autores falavam em nome do investigado brasileiro e exigiam o pagamento da quantia, sob ameaça de atingirem a filha do suposto devedor. A identificação dos números de telefone utilizados pelo trio motivou o pedido de cooperação internacional das autoridades suíças.

A pedido do MPF e da PF, a Justiça Federal autorizou a perícia de aparelhos celulares e equipamentos de informática que tinham sido apreendidos. A ordem judicial franqueou também o compartilhamento das informações com as autoridades da Suíça. O MPF e a PF em Ribeirão Preto deram prosseguimento às investigações sobre a extorsão e os demais possíveis crimes relacionados ao caso (13).

Operação Cavok

Já em outro caso, a partir de denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF), a 1ª Vara Federal de Ponta Porã (MS) condenou os pilotos de avião Ilmar de Souza Chaves, conhecido como Pixoxó, e Manfred Henrique Kohler, além de Denis Batista Lolli Ghetti, ex-funcionário do Aeroporto Internacional de Ponta Porã, pelos crimes de tráfico internacional de drogas e associação criminosa. Na ação penal enviada à Justiça, o MPF revelou que entre junho de 2019 e janeiro de 2020, Ilmar atuou como peça-chave em esquema ligado ao narcotráfico na região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Realizada no âmbito da Operação Cavok, deflagrada em agosto de 2020, a investigação constatou a utilização de aeronaves para o transporte de drogas, colocadas em nomes de terceiros, mas ligadas a Ilmar. Identificou também registros de voo falsificados que possibilitavam o rápido deslocamento a países produtores de entorpecentes, como o Paraguai e a Bolívia, e posterior reentrada no Brasil sem grandes dificuldades. Manfred também pilotava aeronaves ligadas a Ilmar, enquanto Denis prestava auxílio em solo possibilitando, por exemplo, pousos e decolagens em pistas particulares às quais tinha acesso, além do abastecimento de aeronaves.

13 - <http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/acao-no-brasil-e-na-suica-prende-tres-suspeitos-por-extorsao-a-funcionario-da-onu>

A instrução da ação penal foi possível com o auxílio das autoridades paraguaias, a partir do envio de provas ao Brasil. O pedido de cooperação formulado pelo MPF, em Ponta Porã, foi intermediado pela Secretaria de Cooperação Internacional da Procuradoria-Geral da República, responsável pela tradução, trâmite e acompanhamento da solicitação de assistência jurídica até o seu desfecho favorável, com o envio das provas de forma célere ao país (14).

Vale ressaltar, ainda, o resultado dos esforços conjuntos de diversas autoridades do Brasil e da Colômbia, quanto à situação dos cerca de 240 imigrantes colombianos que ficaram acampados por mais de um mês de forma precária no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, o que foi solucionado com sucesso.



Embarque do Aeroporto de Guarulhos (GRU Airport)

Cinco voos humanitários saíram com destino a Bogotá, a partir da iniciativa do MPF em Guarulhos, com apoio da SCI, de convocar e coordenar reuniões emergenciais e tratativas envolvendo autoridades dos dois países (15).

14 - <http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/mpf-obtem-condenacao-de-investigados-na-operacao-cavok-por- trafico-internacional-de-drogas-e-associacao-criminosa>

15 - <http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/mpf-coordena-acao-humanitaria-para-repatriar-colombianos-acampados-no-aeroporto-de-guarulhos>

Relações Internacionais

Projetos de Cooperação Técnica

Outra prioridade da SCI foi avançar em projetos de cooperação técnica internacional que aportassem ao fortalecimento das capacidades da instituição. Um exemplo significativo foi a viabilização da assinatura de projeto de cooperação do MPF com a Agência Alemã GIZ para proteção socioambiental e de povos e comunidades tradicionais.

O Acordo entre Brasil e Alemanha, resultado de mais de dois anos de intensas negociações, autorizou investimentos superiores a 2 milhões de euros em iniciativas do MPF. O projeto inclui o aprimoramento de plataformas de georreferenciamento, que permitirão a produção de conhecimentos e auxiliarão nas tomadas de decisão para uma atuação preventiva e mais resolutiva (16).



Também promovido pela SCI em 2020, em parceria com a Vice-Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE), foi o projeto de cooperação técnica internacional para o combate à desinformação e às fraudes online em contextos eleitorais. A iniciativa firmada entre o MPF e o Instituto de

16 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-e-agencia-alema-de-cooperacao-firmam-projeto-para-protecao-socioambiental-e-de-povos-e-comunidades-tradicionais>

Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS), contou com o financiamento da União Europeia (17). O resultado foi a capacitação de mais de 500 membros e servidores do MP brasileiro na matéria (18), além do lançamento da plataforma Pegabot, voltada para auxiliar os procuradores na identificação de comportamento automatizado na Internet (19).

Outro exemplo de cooperação técnica internacional, entre 2019 e 2020, foi a parceria entre a SCI e o Grupo de Apoio sobre Criminalidade Cibernética da Câmara Criminal (GACC/2CCR) com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e financiamento do Foreign & Commonwealth Office (FCO) do Reino Unido (20).



Em 2021, esse projeto alcançou importantes resultados, tais como: o lançamento do portal E-EVIDENCE de provas eletrônicas (21), um site que reúne informações para auxiliar membros e servidores do MPF na utilização de provas digitais em investigações criminais e cíveis; e a publicação da quarta edição, ampliada e atualizada, do “Roteiro de Atuação Crimes Cibernéticos e Provas Eletrônicas” (22), além da realização de 5 cursos online de capacitação na matéria, que alcançaram centenas de membros e servidores (23). De modo semelhante, foram

17 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-e-instituto-de-tecnologia-e-sociedade-do-rj-firmam-acordo-para-combater-desinformacao-nas-eleicoes-2020>

18 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/combate-a-desinformacao-na-internet-nos-processos-eleitorais-e-tema-de-treinamento>

19 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-e-its-lancam-ferramenta-para-auxiliar-na-identificacao-de-robos-e-combater-a-desinformacao>

20 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/ministerio-publico-federal-e-oea-discutem-estrategias-para-otimizacao-do-uso-de-provas-eletronicas>

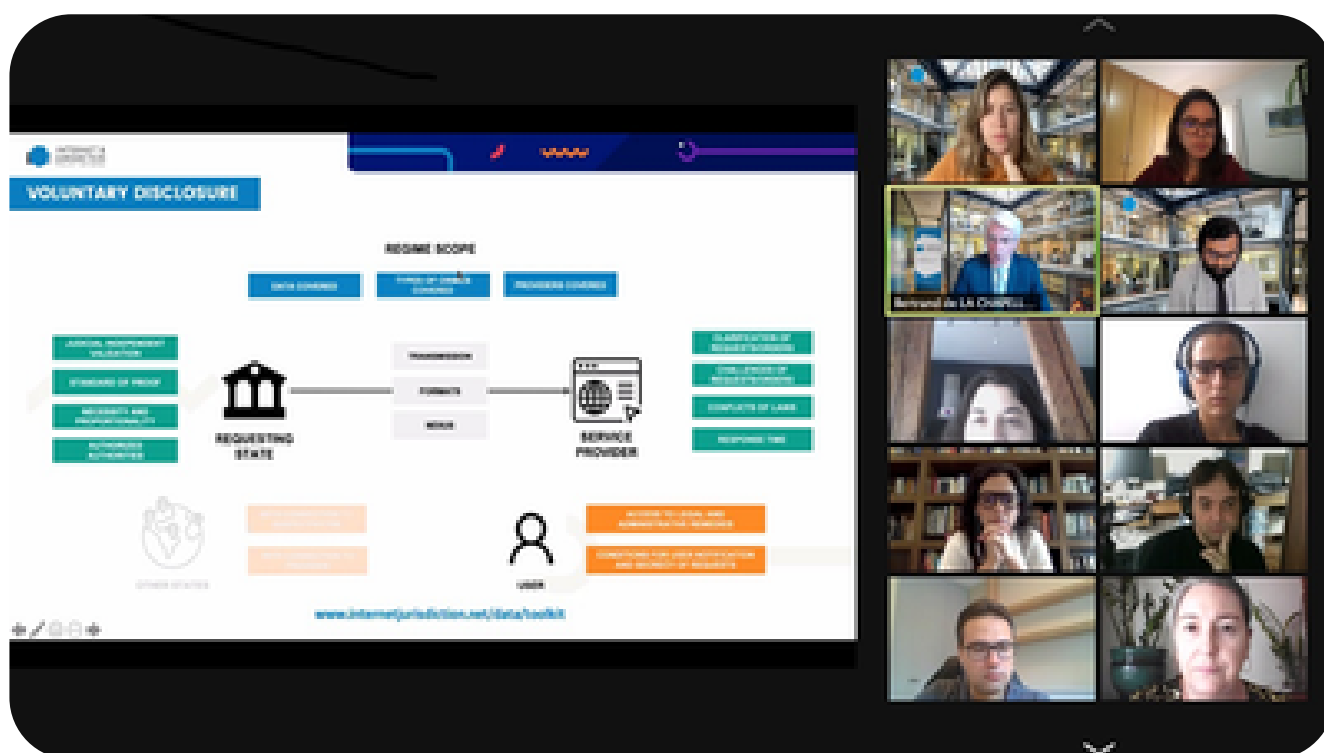
21 - <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/noticias/noticias-1-1/e-evidence-portal-de-provas-eletronicas-sera-lancado-na-sexta-feira-7>

22 - <https://portal.mpf.mp.br/intranet/informa/2021/pgr/membros-e-servidores-podem-requisitar-versao-atualizada-do-roteiro-de-atuacao-de-crimes-ciberneticos-e-provas-eletronicas>

23 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/workshop-sobre-provas-eletronicas-e-crimes-ciberneticos-promovido-por-mpf-e-oea-capacita-100-pessoas>

estabelecidas parcerias com outras entidades internacionais para o enfrentamento a criminalidade cibernética, a cibersegurança, obtenção de provas digitais e proteção de dados (24).

Mais uma iniciativa, em matéria de enfrentamento ao tráfico internacional de pessoas, foi o lançamento em 2020 de dois Manuais (o Guia de Assistência e Referenciamento de Vítimas de Tráfico de Pessoas e o Guia de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas: Aplicação do Direito), resultado de parceria da SCI com o Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (ICMPD), financiadas pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos (25).



24 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-participou-de-lancamento-de-manual-sobre-acesso-transfronteirico-a-evidencia-eletronica>

25 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-e-icmpd-lancam-manuais-sobre-enfrentamento-do-traffic-de-pessoas>

Adesão a Tratados

A partir de dezembro de 2019 teve início o processo de adesão do Brasil à Convenção de Budapeste, único tratado multilateral sobre crime cibernético e evidências eletrônicas, fruto de empenho do MPF que por anos defendeu a importância desta adesão para o país (26). Com isso, o MPF, por meio da SCI e do GACC, passou a participar da coordenação para a implementação no Brasil da “Ação Global Alargada contra o Cibercrime” (denominado Projeto GLACY+) (27), com duração até 2024. A iniciativa, co-financiada pela União Europeia e pelo Conselho da Europa, destina-se a fortalecer a capacidade dos países para aplicar a Convenção de Budapeste, bem como o aprimoramento de técnicas de cooperação internacional eficaz nessa área.



26 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/conselho-da-europa-convida-o-brasil-para-compor-a-convencao-de-budapeste-sobre-o-cibercrime>

27 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-participa-de-workshop-para-implementacao-da-acao-global-alargada-contra-o-cibercrime>

Durante a gestão, a SCI também atuou na defesa da adesão pelo Brasil a tratados internacionais relevantes à investigação e persecução penais, tal como a Convenção do Conselho da Europa sobre Falsificação de Produtos Médicos e Crimes Similares envolvendo Ameaças à Saúde Pública (mais conhecida como Convenção MediCrime) (28) e a Emenda ao Protocolo de San Luís sobre Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais do Mercosul (29).

Trabalhou, ainda, pela defesa de que o Brasil firme acordo de cooperação com a Agência Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust), pois tal medida trará importantes benefícios para a cooperação jurídica entre as autoridades nacionais e estrangeiras, encarregadas da investigação e persecução penal, no enfrentamento da criminalidade transnacional (30).

Missões e Eventos


Embora as missões ao exterior de membros e servidores do MPF, para representação do órgão em variadas atividades de cunho internacional, tenham sido interrompidas pela pandemia a partir de abril de 2020 até o presente; vale destacar que, entre outubro de 2019 e setembro de 2021, a SCI executou 43 procedimentos de afastamento do país, sendo 53% destes realizados sem ônus para o MPF. No mesmo período pré-pandemia, a SCI realizou 5 (cinco) eventos presenciais.

Diante das circunstâncias de isolamento social e fechamento de fronteiras, a totalidade dos foros, reuniões de trabalho, seminários, treinamentos, bem como de diligências típicas da atuação finalística do MPF passaram a ocorrer na modalidade virtual, por meio de plataformas de videoconferências online. Nesse contexto, de abril de 2020 a setembro de

28 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-solicita-ao-ministerio-das-relacoes-exteriores-adesao-a-tratado-internacional-sobre-falsificacao-de-medicamentos>

29 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/em-reuniao-com-mps-do-mercosul-mpf-discute-aspectos-da-cooperacao-internacional-em-areas-de-fronteira>

30 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-pede-ao-ministerio-das-relacoes-exteriores-que-brasil-firme-acordo-de-cooperacao-com-a-eurojust>



de 2021, a SCI geriu 253 atividades internacionais que contaram com a participação de representantes da instituição. No mesmo período, em total, a SCI realizou 29 eventos virtuais, sendo dois deles em parceria com a ESMPU (31) e outros destaques mencionados neste balanço.

Visando adaptações necessárias ao contexto de pandemia, a SCI entabulou atualizações ao “Sistema de Cooperação Internacional”, destinado ao preenchimento de relatórios de missões, e que passou a incorporar a possibilidade de membros e servidores preencherem informações relevantes sobre o conteúdo dos encontros virtuais internacionais, nos quais participaram em representação do MPF, garantindo assim a sistematização das discussões e a manutenção do conhecimento e da memória institucional do MPF no cenário internacional.

31 - <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/noticias/noticias-1-1/sci-e-esmpu-promovem-curso-sobre-cooperacao-internacional-em-materia-cibernetica>

Mercosul

A pandemia não impediu a realização dos principais encontros internacionais realizados ao longo de 2020 e 2021 pelos Ministérios Públicos do mundo. Por exemplo, a Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul (REMPPM) realizou suas 27ª, 28ª, 29ª e 30ª edições por videoconferência, estando essa última sob a organização do MPF, na condição de Presidente pro-tempore do bloco (32). Os principais resultados enfocaram: na criação de unidades especializadas em criminalidade cibernética (33), na facilitação da cooperação interinstitucional direta entre os Ministérios Públicos da região; no uso de novas tecnologias, especialmente no contexto da pandemia (34), na independência e autonomia



32 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-realiza-30a-reuniao-especializada-de-ministerios-publicos-do-mercosul>

33 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/em-reuniao-com-procuradores-gerais-do-mercosul-aras-defende-criacao-de-unidades-especializadas-em-criminalidade-cibernetica/>

34 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/atuacao-do-giac-covid-19-e-destaque-em-reuniao-de-ministerios-publicos-do-mercosul> // <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/em-reuniao-com-procuradores-gerais-do-mercosul-augusto-aras-fala-sobre-o-uso-da-tecnologia-em-tempos-de-pandemia>

dos Ministérios Públicos (35); e no aprimoramento da cooperação em zonas de fronteira (36). Sobre esse último ponto, ainda no âmbito da REMPM, a SCI promoveu reunião online entre os procuradores brasileiros e estrangeiros que atuam nas fronteiras do Brasil com Argentina, Paraguai e Uruguai (37); elaborou diagnóstico regional de necessidades operativas de procuradores em fronteiras, além de oferecer curso sobre a matéria, em parceria com a ESMPU, com convidados dos países da região (38).

Ainda no contexto regional, em agosto de 2021, a SCI esteve envolvida na participação do Procurador-geral da República, por videoconferência, em evento promovido pela Procuradoria-Geral do Panamá (39), sobre o combate ao crime organizado no contexto do fluxo migratório irregular, continental, extracontinental e caribenho. Procuradores-gerais de Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Peru e Uruguai também participaram da reunião, que resultou na “Declaração do Panamá”, com o compromisso de cooperar para desmantelar o crime organizado, inclusive suas estruturas econômicas, bem como para garantir a proteção e assistência às vítimas e testemunhas, especialmente em face ao contrabando ilícito de migrantes e ao tráfico de pessoas (40).

35 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/em-reuniao-com-procuradores-gerais-do-mercosul-aras-fala-sobre-o-fortalecimento-da-autonomia-e-independencia-funcional-dos-ministerios-publicos>

36 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/em-reuniao-com-mps-do-mercosul-mpf-discute-aspectos-da-cooperacao-internacional-em-areas-de-fronteira>

37 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/ministerios-publicos-do-mercosul-debatem-medidas-para-facilitar-cooperacao-juridica-em-areas-de-fronteira-1>

38 - <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/noticias/noticias-1-1/curso-realizado-pela-esmpu-em-parceria-com-a-sci-aborda-os-desafios-na-cooperacao-internacional>

39 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/combate-ao-crime-organizado-e-ao-trafico-de-pessoas-sao-temas-de-videoconferencia-entre-augusto-aras-e-procurador-geral-do-panama>

40 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/crime-organizado-no-contexto-da-migracao-irregular-e-tema-de-reuniao-de-procuradores-gerais/>

Outro exemplo foi a participação na 11ª Reunião de Ministros da Justiça e Procuradores-Gerais das Américas (41).

Memorandos de Entendimento/BRICS

Em 2020, o Procurador-geral da República, Augusto Aras, assinou memorandos de entendimento com o Procurador-geral da Rússia, Igor Krasnov, e com a Procuradora-geral da África do Sul, Shamila Batohi, para o fortalecimento e facilitação da cooperação jurídica e técnica entre os Ministérios Públicos do Brasil e de ambos os países (42). A SCI viabilizou tanto a negociação dos acordos como os eventos bilaterais de assinatura, que ocorreram virtualmente por ocasião da 4ª Reunião dos Procuradores-Gerais do BRICS, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (43). Ainda em novembro de 2020, o PGR também participou de evento online organizado pela Sociedade de Direito da China, no qual defendeu a solidariedade e a cooperação internacionais como fundamentais para o enfrentamento da pandemia (44).

AIAMP e Redes

De igual modo, o PGR e a SCI participaram da 27ª e 28ª Assembleia Geral da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos (AIAMP) (45). Nesse âmbito, a SCI contribuiu para a elaboração de documento de boas práticas sobre o funcionamento dos Ministérios Públicos

41 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/augusto-aras-participa-da-11a-reuniao-de-ministros-da-justica-ou-de-procuradores-gerais-das-americas>

42 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-assina-memorandos-de-cooperacao-juridica-e-tecnica-internacional-com-russia-e-africa-do-sul>

43 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/augusto-aras-participa-da-4a-reuniao-dos-procuradores-gerais-do-brics>

44 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/solidariedade-e-cooperacao-entre-paises-sao-essenciais-para-enfrentar-a-pandemia-defende-augusto-aras>

45 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-defende-fortalecimento-e-integracao-de-mps-ibero-americanos-em-primeira-participacao-em-assembleia-da-aiamp> // <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-participa-da-28a-assembleia-geral-da-associacao-ibero-americana-de-ministerios-publicos>

durante a pandemia (46), assim como acompanhou a publicação de Manual sobre proteção de vítimas e testemunhas (47).

Ademais, vinculadas à AIAMP, estão diversas Redes temáticas permanentes de procuradores especializados, bem como Grupos de Trabalho com mandatos específicos.

Ao longo de 2019 e 2021 a SCI deu continuidade a participação do MPF nestes espaços, por meio dos pontos de contato designados, que participaram das inúmeras reuniões e atividades realizadas, inclusive com apoio do Programa de Assistência da União Europeia para a América Latina Contra o Crime Transnacional Organizado (El Paccto) e de outros programas vinculados ao Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Os principais temas tratados incluem: tráfico de pessoas, criminalidade cibernética, tráfico de drogas, corrupção e lavagem de dinheiro, cooperação jurídica penal internacional, proteção ambiental e gênero.

Visando a regulamentação da participação do MPF em foros e redes internacionais, a SCI entabulou iniciativa que resultou na publicação de portaria inédita em junho de 2021. A norma visa conferir segurança e respaldo aos diversos membros, espalhados pelo país, que atuam como ponto de contato da SCI nas redes e foros internacionais. Com o objetivo de detalhar o conteúdo da portaria, esclarecer dúvidas e orientar os membros, a SCI também elaborou manual específico sobre o assunto (48).

Responsável pela coordenação da Rede Ibero-Americana de Procuradores Contra a Corrupção, a SCI realizou, durante a gestão, ao menos três reuniões plenárias (49),

46 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/aiamp-divulga-documento-de-boas-praticas-sobre-funcionamento-dos-ministerios-publicos-durante-a-pandemia>

47 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/disponivel-manual-sobre-protecao-de-vitimas-e-testemunhas-da-associacao-ibero-americana-de-ministerios-publicos/view>

48 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/participacao-do-mpf-em-redes-e-foros-de-cooperacao-internacional-e-regulamentada-em-portaria>

49 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/rede-ibero-americana-de-procuradores-contra-a-corrupcao-virtual-promove-reuniao-virtual> // <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/rede-ibero-americana-de-procuradores-contra-a-corrupcao-realiza-reuniao-virtual> // <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/rede-de-procuradores-ibero-americanos-contra-a-corrupcao-realiza-reuniao-plenaria>

com enfoque na atuação em pandemia e nos modelos de unidades especializadas de combate à corrupção nas procuradorias dos diferentes países. Com o apoio do programa Eurosocial+, a Rede também alcançou importantes resultados, como o Mapeamento de Fontes abertas para acesso à informação patrimonial, e o Manual sobre acesso à informação para a identificação de beneficiários finais e de pessoas politicamente expostas (50), que foram oferecidos aos países e aos membros do MPF. De igual maneira, foi lançado o espaço virtual Ágora, um projeto de capacitação continuada, que tem o objetivo de fomentar e oportunizar a troca de experiências entre os procuradores dos países ibero-americanos (51). A SCI também impulsionou a participação da Rede na sessão especial à Assembleia-Geral da ONU contra a corrupção (52) e em outros eventos internacionais na matéria (53).

Ao longo de 2020 e 2021, a SCI também atuou diretamente nas sessões e atividades relacionadas ao Grupo de trabalho anti-suborno da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (WGB/OCDE), cujos representantes foram recebidos na PGR em novembro de 2019 (54). Ainda para tratar sobre o cenário do combate à corrupção no Brasil, a SCI reuniu-se anualmente com representantes do FMI (55).

Dada a atualidade internacional do tema corrupção e gênero (56), já em fevereiro de 2021, por iniciativa da SCI, o MPF criou um grupo de trabalho (GT) para tratar do fenômeno da

50 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/rede-de-procuradores-contra-a-corrupcao-lanca-publicacao-sobre-identificacao-de-beneficiarios-finais>

51 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/rede-de-procuradores-contra-a-corrupcao-da-aiamp-inaugura-ferramenta-para-otimizar-troca-de-experiencias/view>

52 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-participa-do-processo-preparatorio-a-sessao-especial-da-assembleia-geral-da-onu-contra-a-corrupcao>

53 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-participa-de-evento-internacional-sobre-o-papel-dos-ministerios-publicos-no-combate-a-corrupcao>

54 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-recebe-grupo-da-ocde-que-avalia-a-efetividade-dos-mecanismos-de-combate-a-corrupcao-no-brasil>

55 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/atuacao-do-ministerio-publico-federal-no-combate-a-corrupcao-e-tema-de-reuniao-com-o-fmi>

56 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/em-evento-da-onu-mpf-destaca-importancia-do-combate-a-atos-de-corrupcao-que-favorecem-o- trafico-de-pessoas>

corrupção associada ao tráfico humano. Composto por integrantes das Câmaras Criminal (2CCR) e de Combate à Corrupção (5CCR), da própria SCI e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), o grupo tem por objetivo atuar de forma conjunta para identificar o vínculo entre os crimes de tráfico de pessoas e de corrupção, no intuito de desarticular criminosos internacionais e punir os responsáveis. Neste âmbito, foi elaborada importante Nota Técnica na matéria (57); além disso, a SCI capitaneou, com apoio da Secom/PGR, do programa Interesse Público, e em parceria com as Redes da AIAMP, uma série de campanhas, realizadas em 2020 e 2021, para conscientizar e sensibilizar a respeito do assunto (58).

CPLP

Após o adiamento da reunião de 2020, em função das circunstâncias da pandemia de covid-19, o Encontro de Procuradores-gerais de Ministérios Públicos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, realizou sua XVIII reunião anual, de forma presencial, na cidade de São Tomé, em São Tomé e Príncipe. Durante o encontro, o Secretário da SCI representou o PGR e, entre outras medidas, anunciou a disponibilização de acesso aos integrantes dos Ministérios Públicos dos países de língua portuguesa ao repositório de publicações institucionais da Rede de Bibliotecas do MPF. Essa iniciativa visa ampliar o compartilhamento de doutrina, legislação e demais informações de relevância para a cooperação técnica e o aperfeiçoamento de capacidades das instituições (59).

57 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-elabora-nota-tecnica-sobre-corrupcao-associada-ao-trafico-de-pessoas>

58 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-produz-serie-de-reportagens-para-alertar-sobre-conexao-entre-o-trafico-de-pessoas-e-a-corrupcao> // <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mps-ibero-americanos-se-comprometem-a-fortalecer-combate-a-corrupcao-associada-ao-trafico-de-pessoas> // <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-participa-de-campanha-internacional-sobre-corrupcao-associada-ao-trafico-humano>

59 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-participa-do-xviii-encontro-de-procuradores-gerais-dos-paises-da-cplp/>

Editais e Cursos

Entre outubro de 2019 a setembro de 2021, a SCI publicou 17 editais que selecionaram centenas de membros e servidores do MPF para participação em atividades de capacitação promovidas por organismos internacionais como ONU, União Europeia e OEA, e por órgãos estrangeiros como o Departamento de Justiça e Departamento de Estado dos Estados Unidos. Com apoio da Secom/PGR, a SCI divulgou, ainda, mais de 57 eventos internacionais online, de participação aberta, cujos principais temas versaram sobre crimes cibernéticos, combate à corrupção, tráfico de drogas, lavagem de ativos, tráfico de pessoas, crimes ambientais e direitos humanos.

Além de cursos, a SCI difundiu e divulgou iniciativas internacionais úteis, tal como o repositório Sherlock, que reúne informações sobre legislações, jurisprudência, tratados, doutrina, para auxiliar a atuação de membros e servidores do MPF em casos de cooperação internacional (60).

60 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/plataforma-sherloc-auxilia-atuacao-de-procuradores-da-republica-em-casos-de-cooperacao-internacional>

Gestão Administrativa

Gestão Administrativa, Documental e Processual

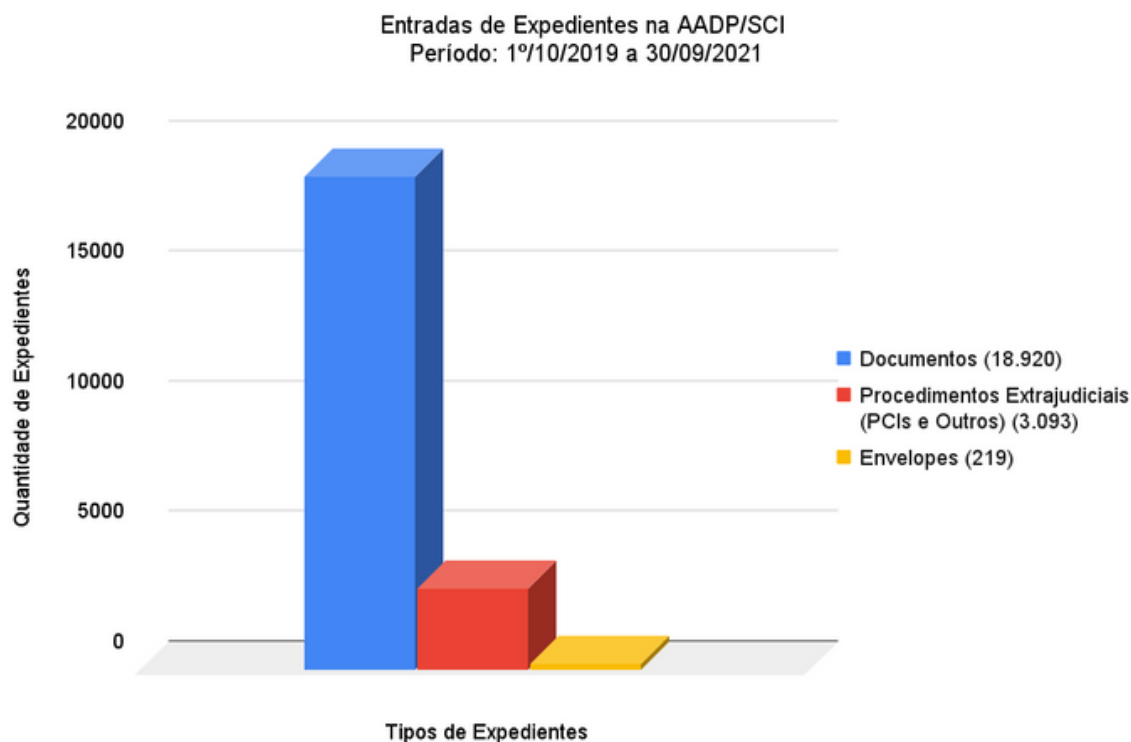
Entradas e Saídas de Expedientes

Entre 1º de outubro de 2019 e 30 de setembro de 2021 ocorreram 18.920 entradas de documentos físicos e eletrônicos na Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP, área responsável pelas entradas e saídas dos expedientes na SCI. Destas entradas, 3.936 são originadas de órgãos externos ao MPF, sendo 3.332 recebidas do DRCI/MJ (Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça) e 604 de outros órgãos. As outras 14.984 entradas são provenientes das assessorias internas da SCI e setores da PGR (11.214) e de unidades do MPF (PRs, PRRs e PRMs) (3.770).

Ocorreram no mesmo período 3.093 entradas de Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) e outros procedimentos extrajudiciais físicos e eletrônicos, sendo 1.239 oriundos de outras unidades do MPF e 1.854 de setores da PGR e assessorias da SCI.

Foram também recebidos no período 219 envelopes físicos provenientes de órgãos externos e de outras unidades do MPF.

O detalhamento das movimentações de entradas de expedientes no período consta da Tabela 1, anexa.

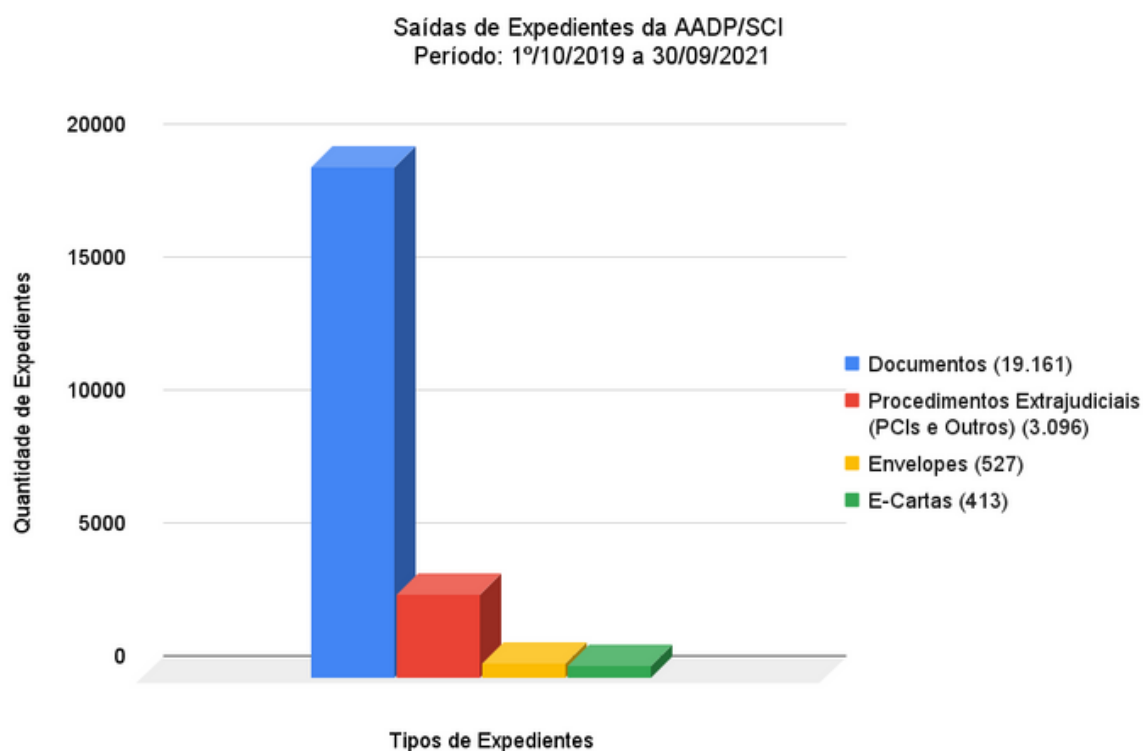


No que diz respeito às saídas de expedientes da AADP/SCI, entre 1º de outubro de 2019 e 30 de setembro de 2021 foram realizadas 19.161 movimentações de documentos físicos e eletrônicos. Destas, 4.154 tiveram como destino órgãos externos ao MPF, sendo que 3.084 foram direcionadas ao DRCl/MJ e 1.070 a outros órgãos. As outras 15.007 saídas foram direcionadas às assessorias internas da SCI e setores da PGR (10.196) e a unidades do MPF (PRs, PRRs e PRMs) (4.811).

No mesmo período, foram realizadas 3.096 saídas de PCIs e outros procedimentos extrajudiciais físicos e eletrônicos, sendo 610 encaminhadas a órgãos externos ao MPF (sendo 430 ao DRCl e 180 a outros), 1.108 a outras unidades do MPF e 1.378 procedimentos foram destinados a setores diversos da PGR e assessorias da SCI.

Foram ainda expedidos no período pela AADP/SCI o total de 527 envelopes físicos a órgãos externos e outras unidades do MPF e 413 E-Cartas eletrônicas destinadas a órgãos externos.

A Tabela 2, anexa, detalha as movimentações de saídas de expedientes.



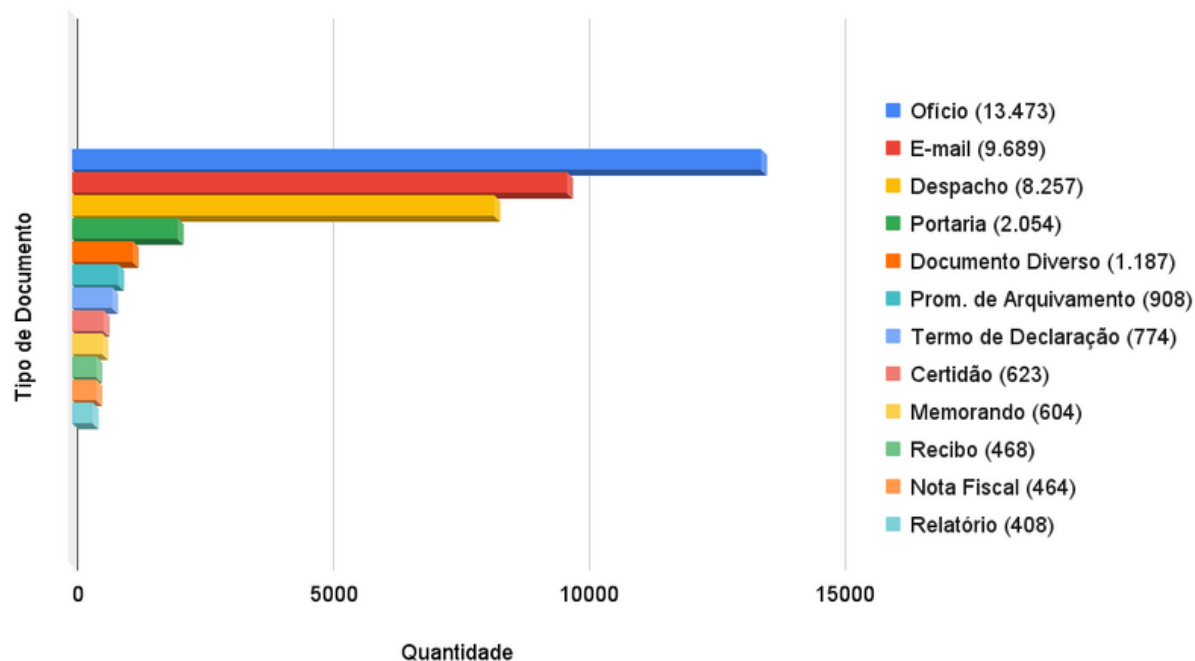
Cumprir informar que as quantidades mencionadas representam o número de “movimentações” de entradas e de saídas de expedientes na AADP/SCI no período, sendo certo que um mesmo expediente pode ser movimentado ao setor mais de uma vez.

Cadastramento de Documentos e Procedimentos de Gestão Administrativa

No período entre 1º de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2021 foram cadastrados no Sistema Único pelos diversos setores da Secretaria o total de 40.419 documentos físicos e eletrônicos, de natureza extrajudicial e administrativa. Os tipos de documentos cadastrados em maior quantidade foram ofícios (13.473), e-mails (9.689) e despachos (8.257).

A Tabela 3 anexa detalha as quantidades de documentos cadastrados no período, por tipo e setor de cadastro.

Principais Tipos de Documentos Cadastrados na SCI
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021



No mesmo período foram atuados pela equipe da Assessoria de Relações Internacionais (REL/SCI) e de Foros, Missões e Eventos (MIS/SCI) o total de 93 Procedimentos de Gestão Administrativa (PGEAs) com o objetivo de acompanhar a participação institucional de membros e servidores em foros, missões, eventos e outras atividades da área.

A Assessoria de Tradução (ASSTRAD/SCI) atuou no mesmo período 48 PGEAs destinados à instrução e acompanhamento de pagamentos referentes à prestação de serviços profissionais especializados de tradução e versão.

Acervo, Instaurações, Tramitação e Finalização de Procedimentos de Cooperação Internacional

Entre 1º de outubro de 2019 e 30 de setembro de 2021 tramitaram na Secretaria 3.577 Procedimentos de Cooperação Internacional (PCI), sendo 1.602 do acervo encontrado no dia 1º de outubro de 2019 e 1.975 atuados após essa data. No período, 2.240 PCIs foram finalizados e, em 30 de setembro de 2021, a SCI contava com um acervo total de 1.337 procedimentos em andamento.

Dentre os 2.240 PCIs finalizados, 1.165 foram atuados em gestões anteriores (até 30.09.2019) e 1.075 foram instaurados após 1º.10.2019. Quanto aos 1.337 PCIs em andamento, 437 referem-se a casos instaurados em gestões anteriores e 900 foram atuados na gestão atual (entre 1º.10.2019 a 30.09.2021).

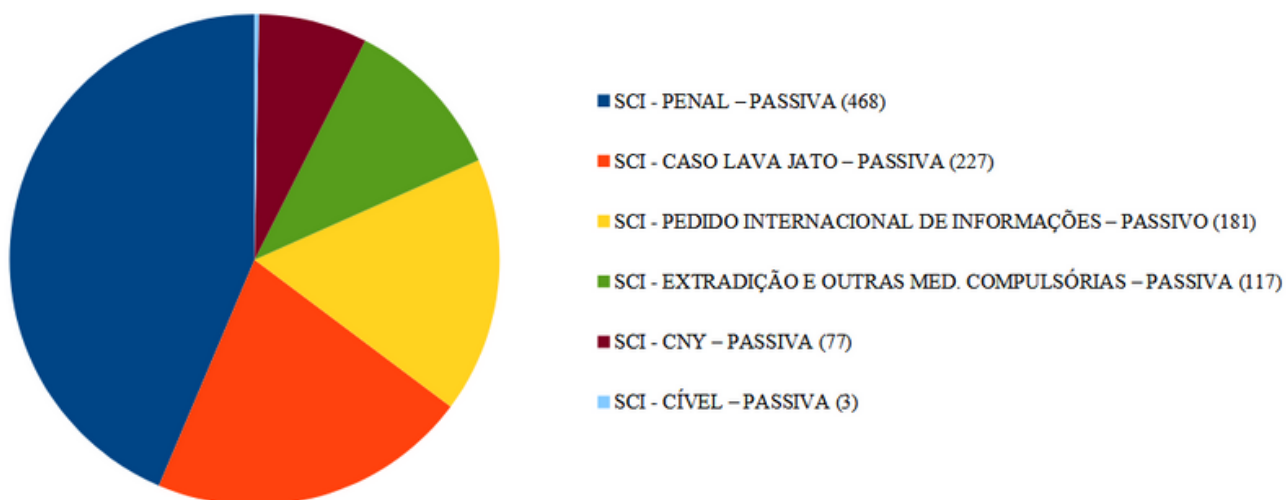
O detalhamento das informações de acervo inicial, autuações, tramitação e finalizações no período constam da Tabela 4, anexa.

Dados de Procedimentos de Cooperação Internacional Ativos e Passivos Instaurados no Período

Durante o período de 1º de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2021 foram atuados 1.975 Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) para dar cumprimento a solicitações de assistência jurídica ativas (902 PCIs) e passivas (1.073 PCIs) em matéria cível, penal e de alimentos internacionais que tramitam na unidade, distribuídos conforme gráficos a seguir (Tabelas 5 e 6 anexas).

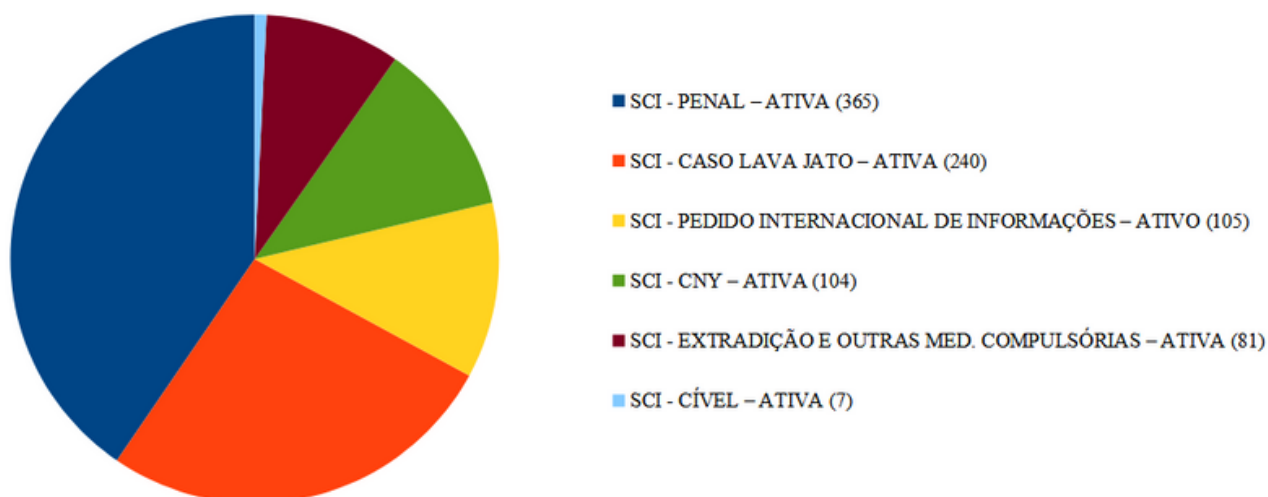
Cooperação Passiva Geral - PCIs por Grupo de Distribuição

PCIs Atuados entre 1º/10/2019 a 30/09/2021



Cooperação Ativa Geral - PCIs por Grupo de Distribuição

PCIs Atuados entre 1º/10/2019 a 30/09/2021



Cumprir esclarecer que o número de pedidos passivos de cooperação jurídica em matéria penal não corresponde exatamente ao número de PCIs instaurados, pois um mesmo pedido pode conter diligências que devem ser cumpridas em locais diversos e de formas distintas, sendo, portanto, instaurado mais de um procedimento para a execução das medidas solicitadas pelas autoridades estrangeiras.

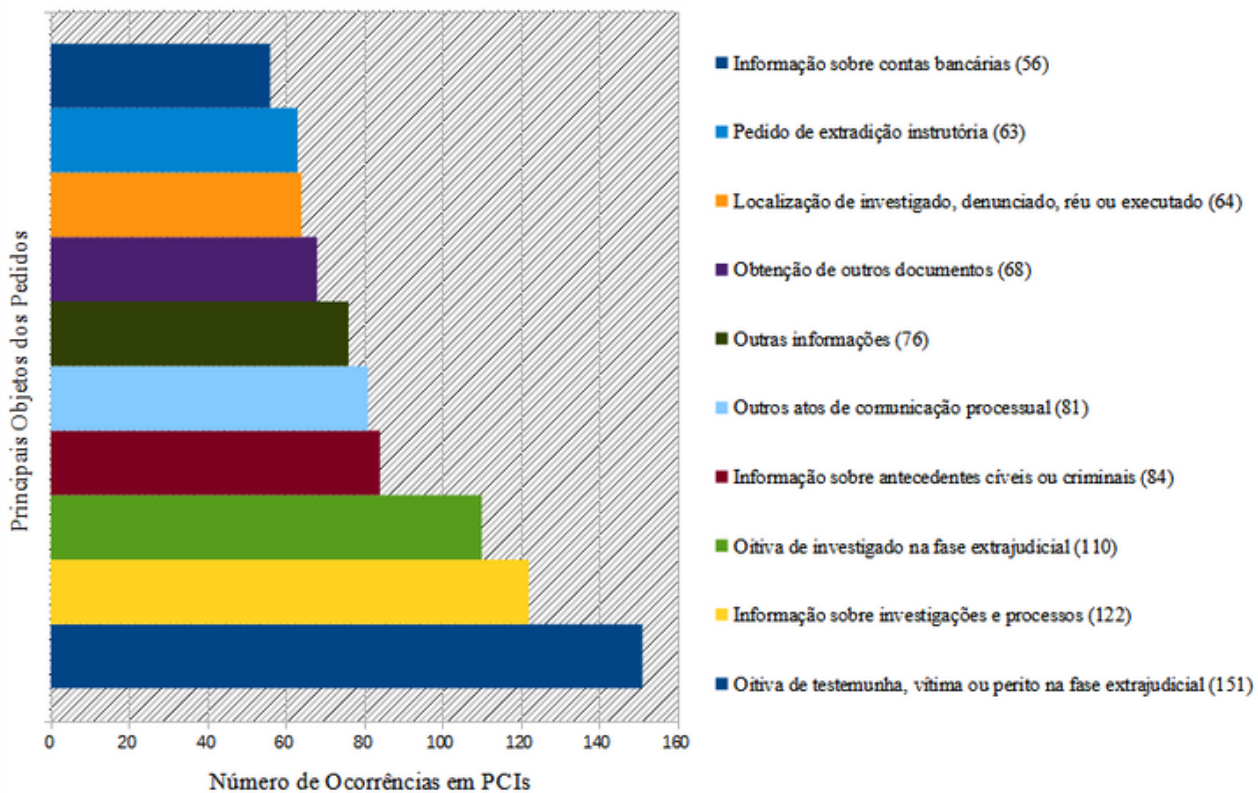
Cabe ainda salientar que o número de PCIs instaurados no período no âmbito da Convenção de Nova Iorque não se trata em sua totalidade de novos pedidos de alimentos. Alguns se referem a procedimentos eletrônicos que foram instaurados a partir de cópias de PCIs físicos já em trâmite na Secretaria, com a finalidade de dar continuidade aos cumprimentos dos pedidos no novo formato.

Quanto aos países demandantes e demandados em relação aos 1.975 PCIs atuados de 1º.10.2019 a 30.09.2021, temos que 1.073 PCIs referem-se a solicitações passivas envolvendo 66 Estados estrangeiros diferentes e 902 pedidos de cooperação ativa foram destinados a 91 países, representados nos mapas das páginas 45 e 47.

No que diz respeito ao objeto, a maior parte dos pedidos passivos refere-se a oitiva de testemunhas, vítimas ou peritos na fase extrajudicial, a informações sobre investigações e processos e a oitiva de investigados na fase extrajudicial. Vide Tabela 7, anexa, e gráfico a seguir.

Cooperação Passiva Geral - Principais Objetos dos Pedidos

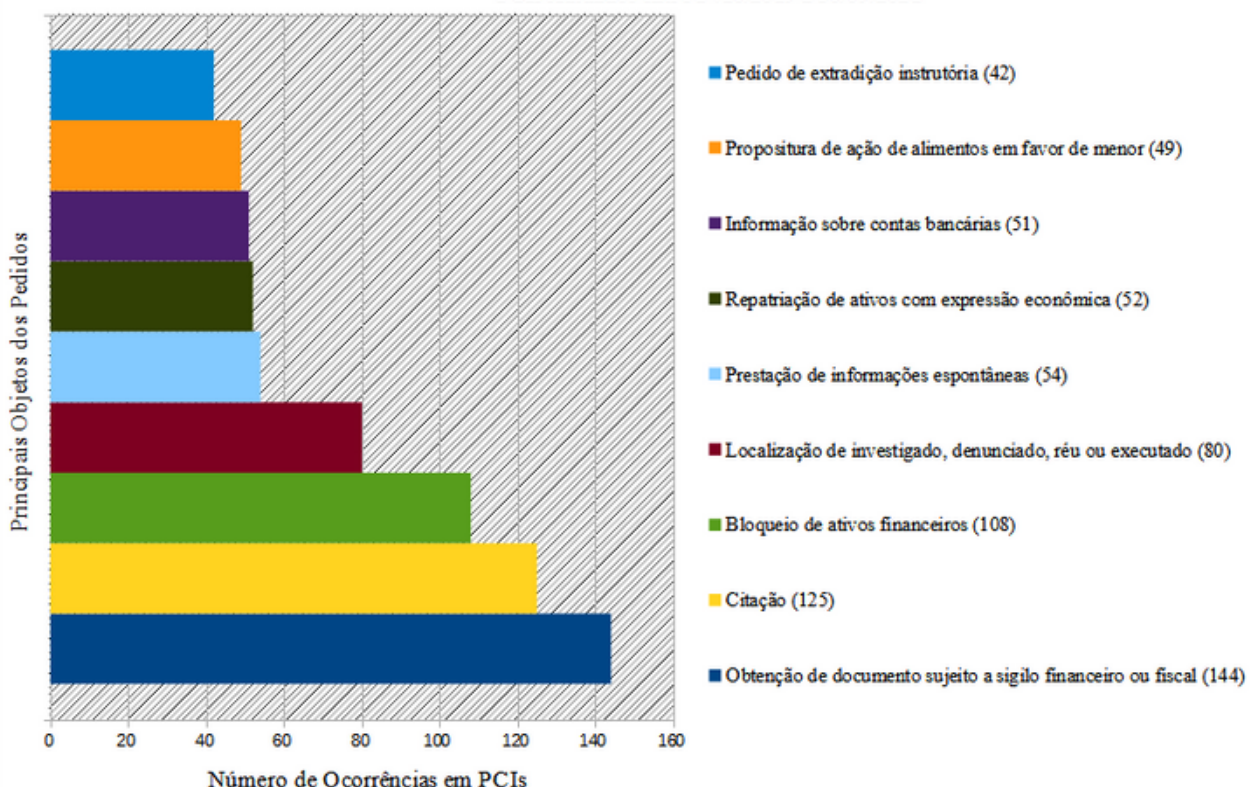
PCIs Atuados entre 1º/10/2019 a 30/09/2021



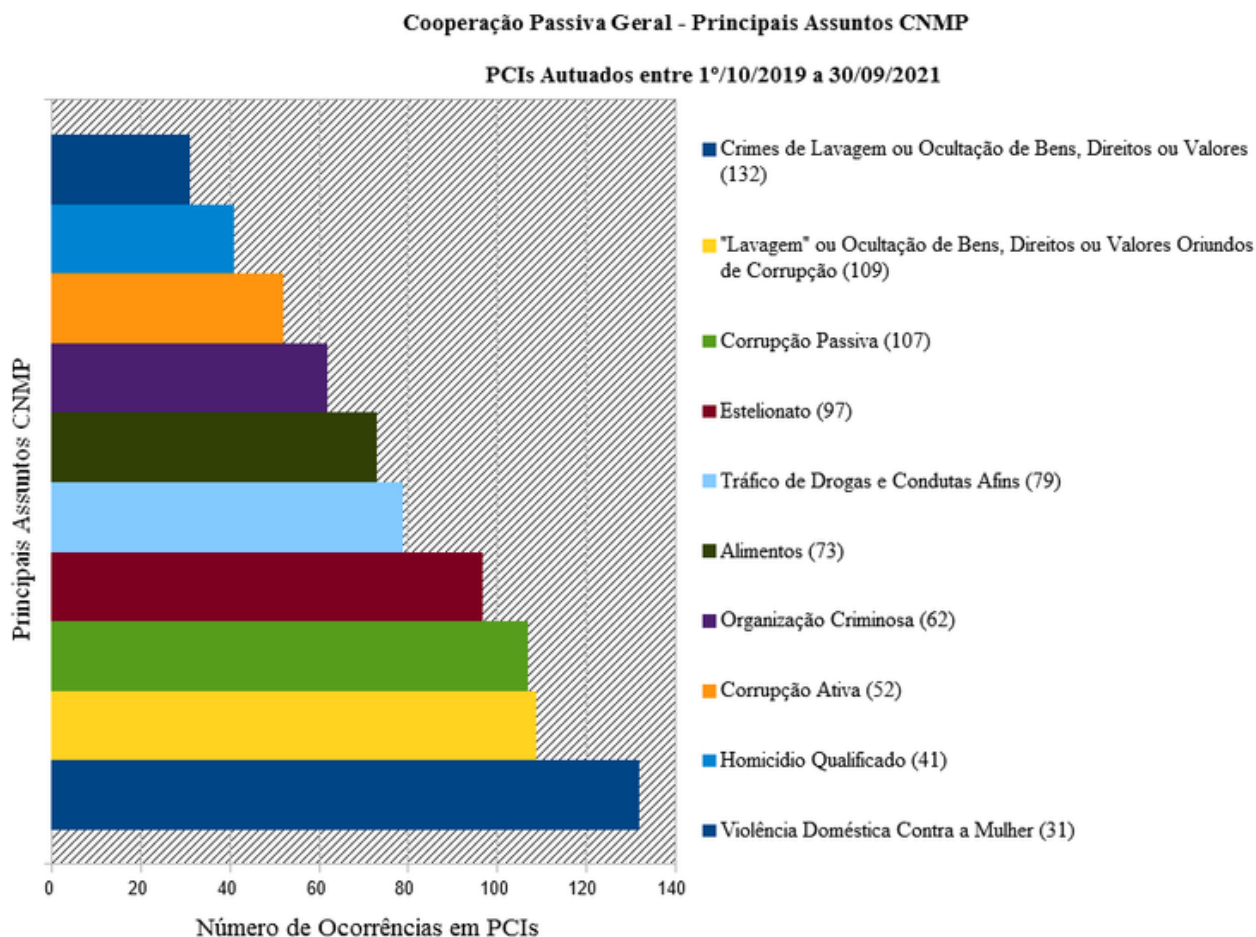
No caso dos pedidos ativos, os principais objetos são obtenção de documentos sujeitos a sigilo financeiro ou fiscal, citação e bloqueio de ativos financeiros, conforme gráfico a seguir e Tabela 8, anexa.

Cooperação Ativa Geral - Principais Objetos dos Pedidos

PCIs Atuados entre 1º/10/2019 a 30/09/2021



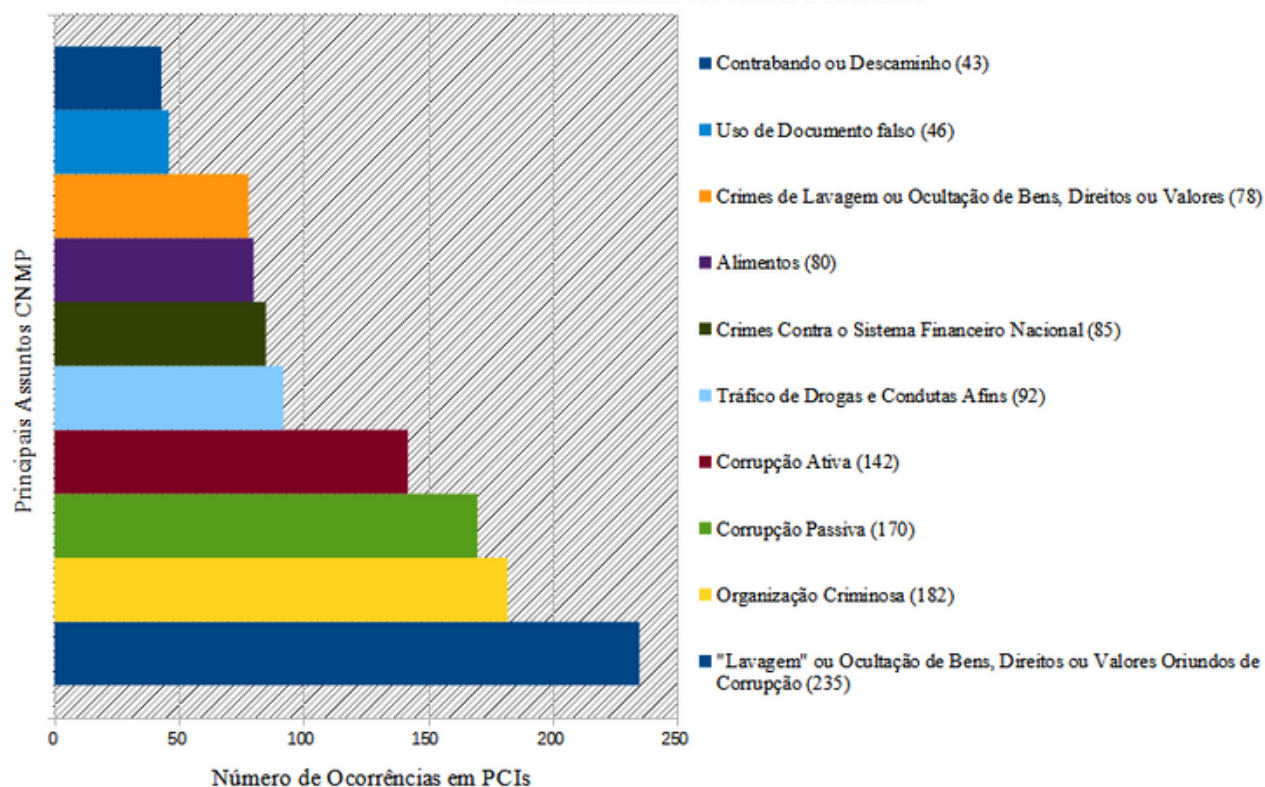
Quanto aos assuntos, a maior parte dos pedidos passivos é originada de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores (132 ocorrências), crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores oriundos de corrupção (109 ocorrências) e corrupção passiva (107 ocorrências). Vide Tabela 9, anexa, e gráfico a seguir.



Já no caso dos pedidos da cooperação ativa geral, os principais assuntos são: crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores oriundos de corrupção (235 ocorrências), organização criminosa (182 ocorrências), seguido de corrupção passiva (170 ocorrências), conforme Tabela 10, anexa, e gráfico a seguir.

Cooperação Ativa Geral - Principais Assuntos CNMP

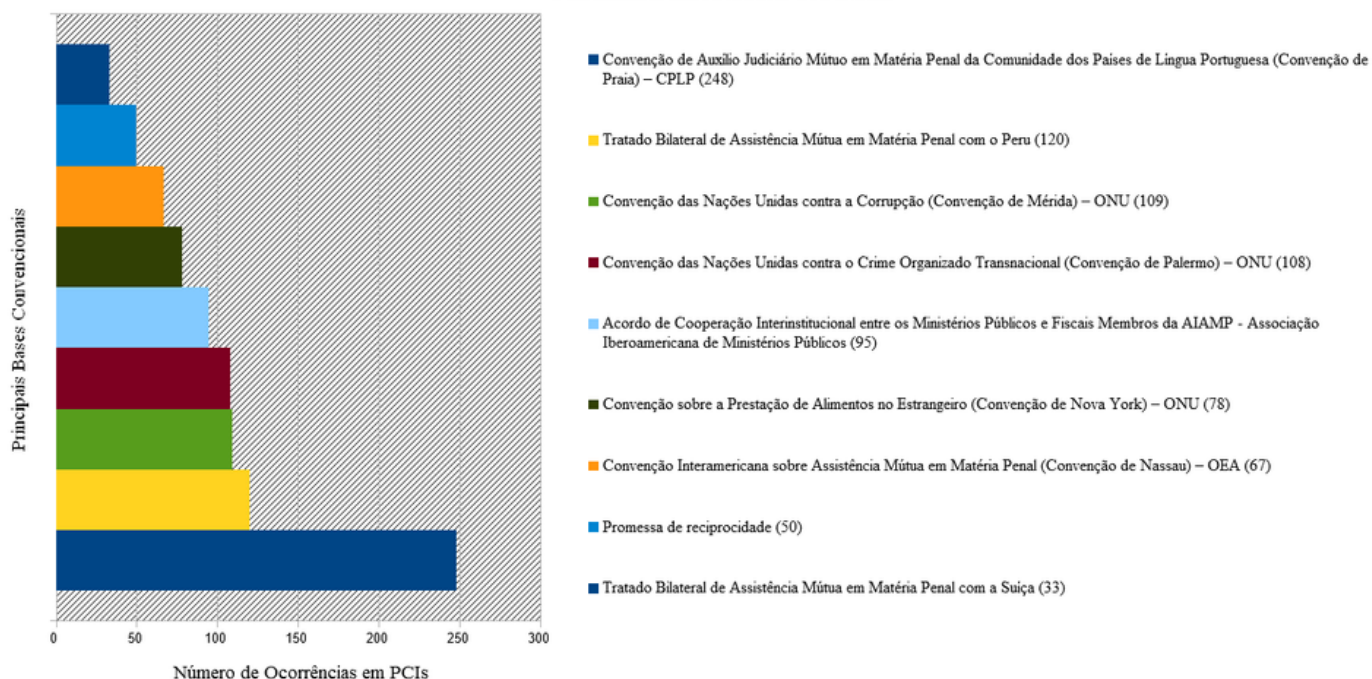
PCIs Autuados entre 1º/10/2019 a 30/09/2021



Quanto à base convencional, os tratados mais utilizados nos casos da cooperação passiva são: a Convenção de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Convenção de Praia) – CPLP; o Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com o Peru e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção de Mérida) – ONU. Vide Tabela 11, anexa, e gráfico a seguir.

Cooperação Passiva Geral - Principais Bases Convencionais

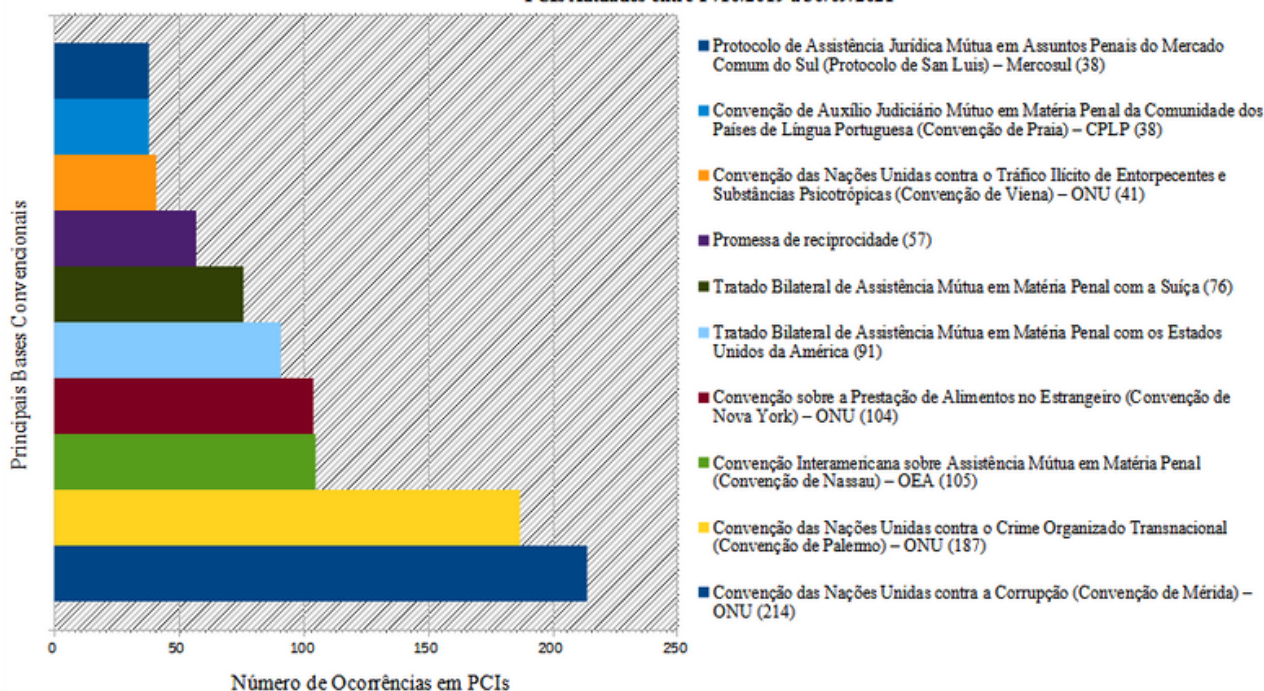
PCIs Autuados entre 1º/10/2019 a 30/09/2021



Já no caso da cooperação ativa menciona-se, sobretudo, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção de Mérida) – ONU; a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo) – ONU e a Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal (Convenção de Nassau) – OEA. Vide Tabela 12, anexa, e gráfico a seguir.

Cooperação Ativa Geral - Principais Bases Convencionais

PCIs Autuados entre 1º/10/2019 a 30/09/2021



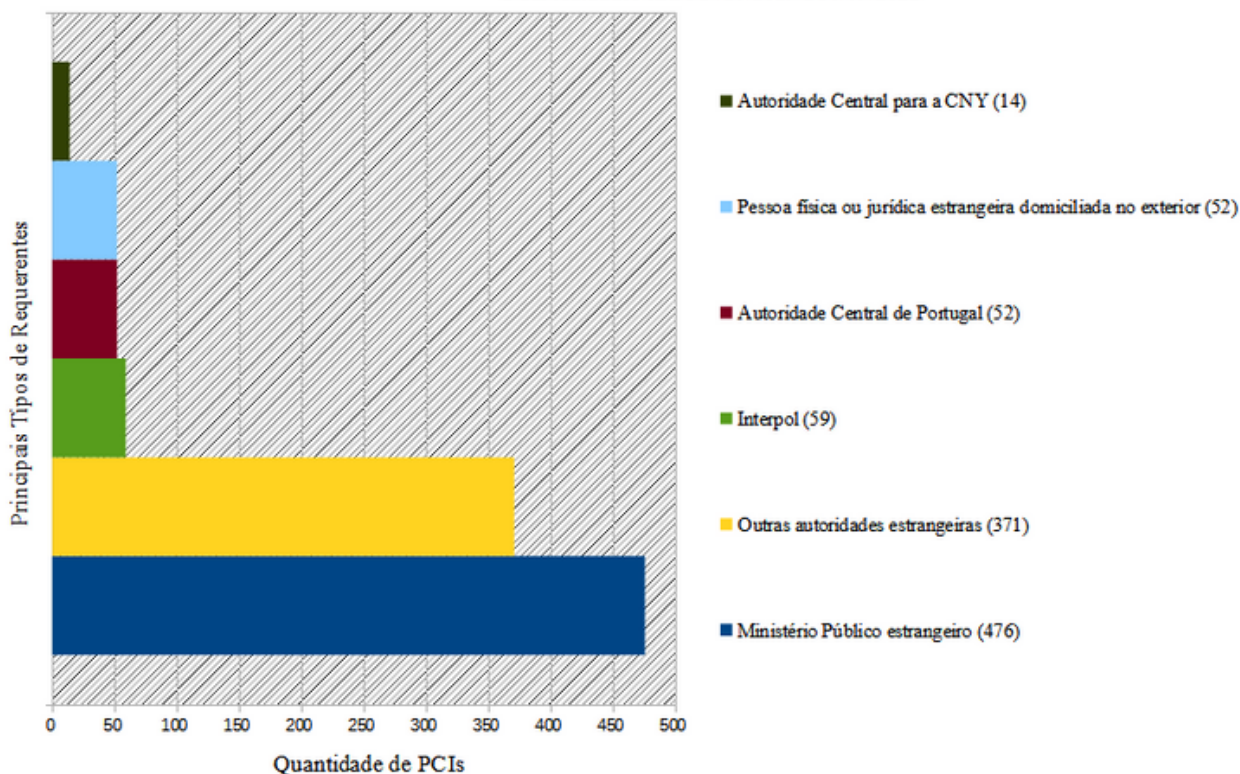
No que diz respeito ao cumprimento de pedidos passivos, as unidades do Ministério Público Federal em São Paulo (56 PCIs), no Rio de Janeiro (30 PCIs) e no Paraná (19 PCIs) são aquelas nas quais estão em tramitação o maior número de procedimentos destinados à execução das solicitações estrangeiras (Tabela 13, anexa).

Sobre as Unidades da Federação que demandaram mais pedidos de cooperação a Estados estrangeiros, destacam-se o Paraná, com 184, seguido de São Paulo com 157 e Rio de Janeiro com 127 pedidos. Vide Tabela 14, anexa, que apresenta descritivo por Município do fato.

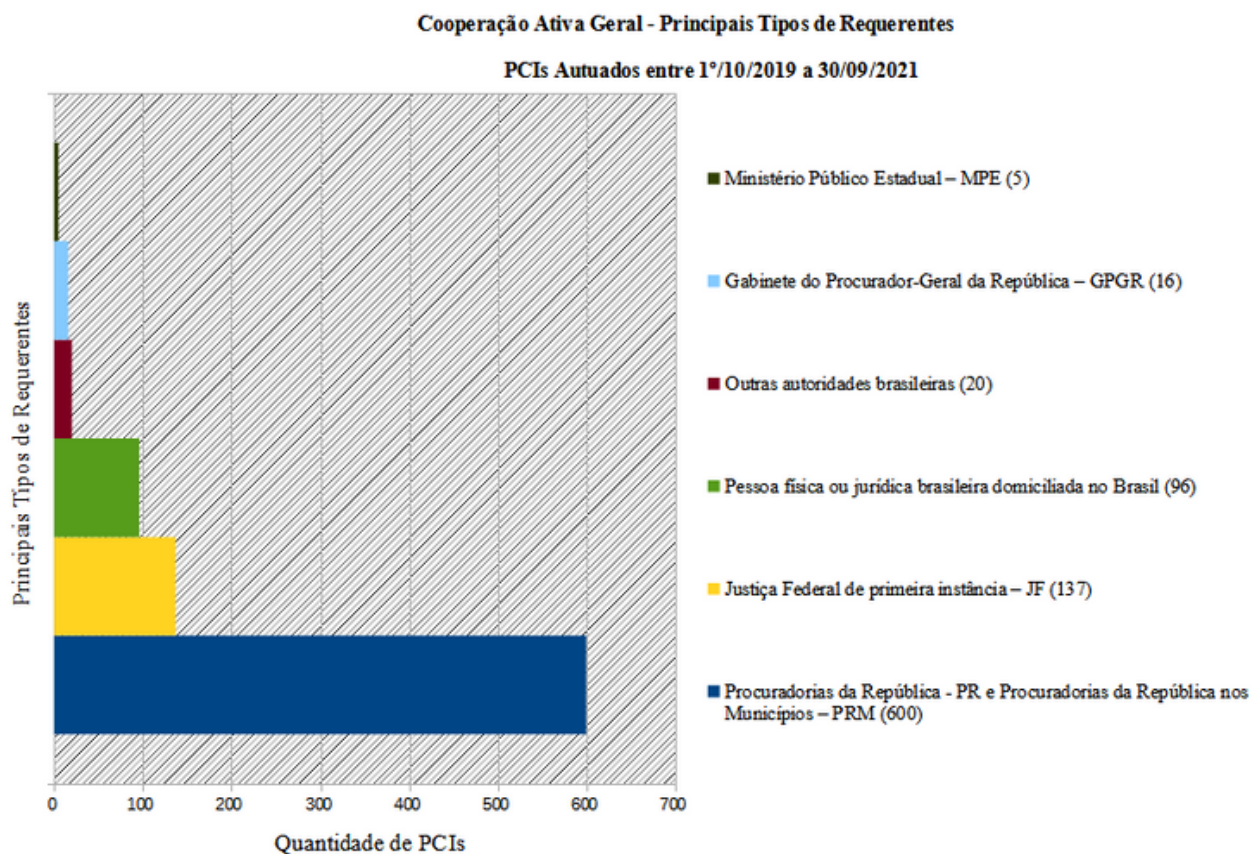
Quanto aos requerentes dos pedidos passivos, a maior parte é proveniente de ministério público estrangeiro (476), de outras autoridades estrangeiras (371) e da Interpol (59), conforme gráfico a seguir e Tabela 15, anexa.

Cooperação Passiva Geral - Principais Tipos de Requerentes

PCIs Autuados entre 1º/10/2019 a 30/09/2021



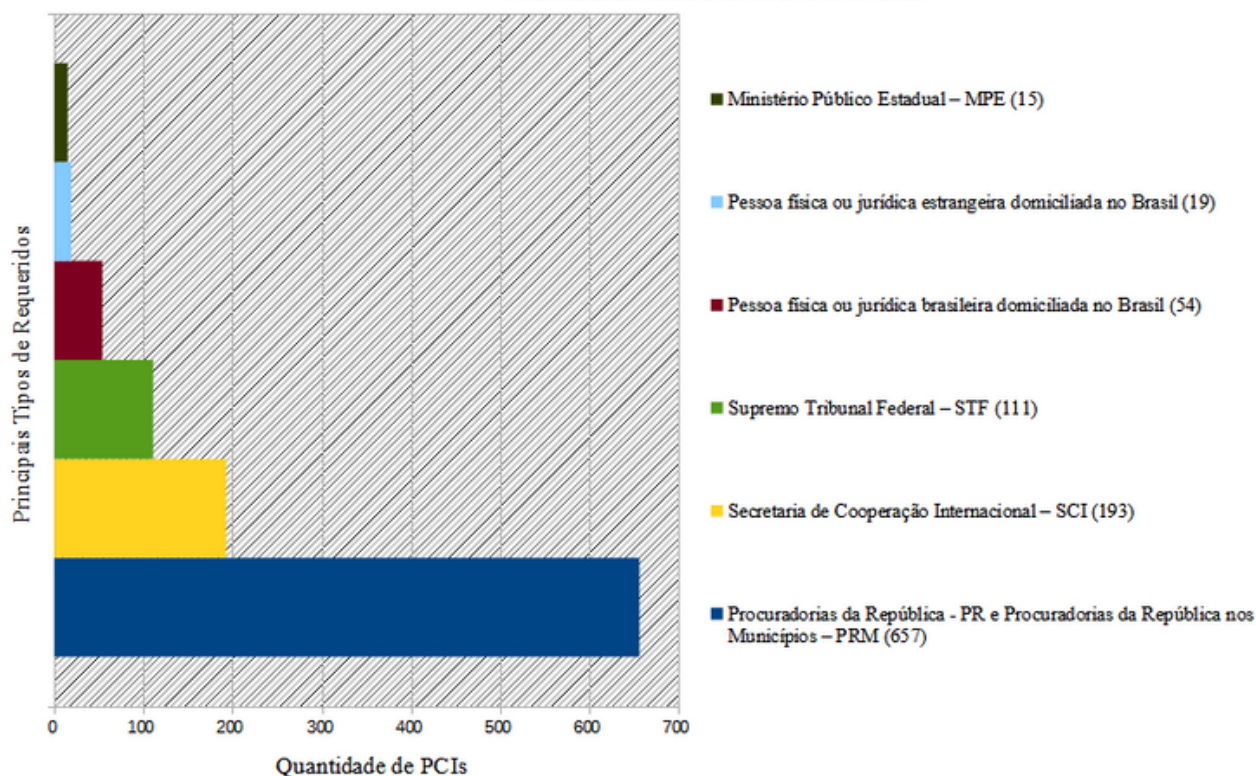
Já no caso dos pedidos da cooperação ativa geral, os principais tipos de requerentes são as Procuradorias da República (PRs) e Procuradorias da República nos Municípios (PRMs), com 600 ocorrências, os órgãos da Justiça Federal de primeira instância – JF, com 137 ocorrências e pessoas físicas ou jurídicas brasileira domiciliada no Brasil, com 96 ocorrências, conforme Tabela 16, anexa, e gráfico a seguir.



No que diz respeito aos tipos de requeridos, os mais frequentes nos casos da cooperação passiva são as Procuradorias da República (PRs) e Procuradorias da República nos Municípios (PRMs) (657), a própria SCI (193) e o Supremo Tribunal Federal (STF) (111). Vide gráfico a seguir e Tabela 17, anexa.

Cooperação Passiva Geral - Principais Tipos de Requeridos

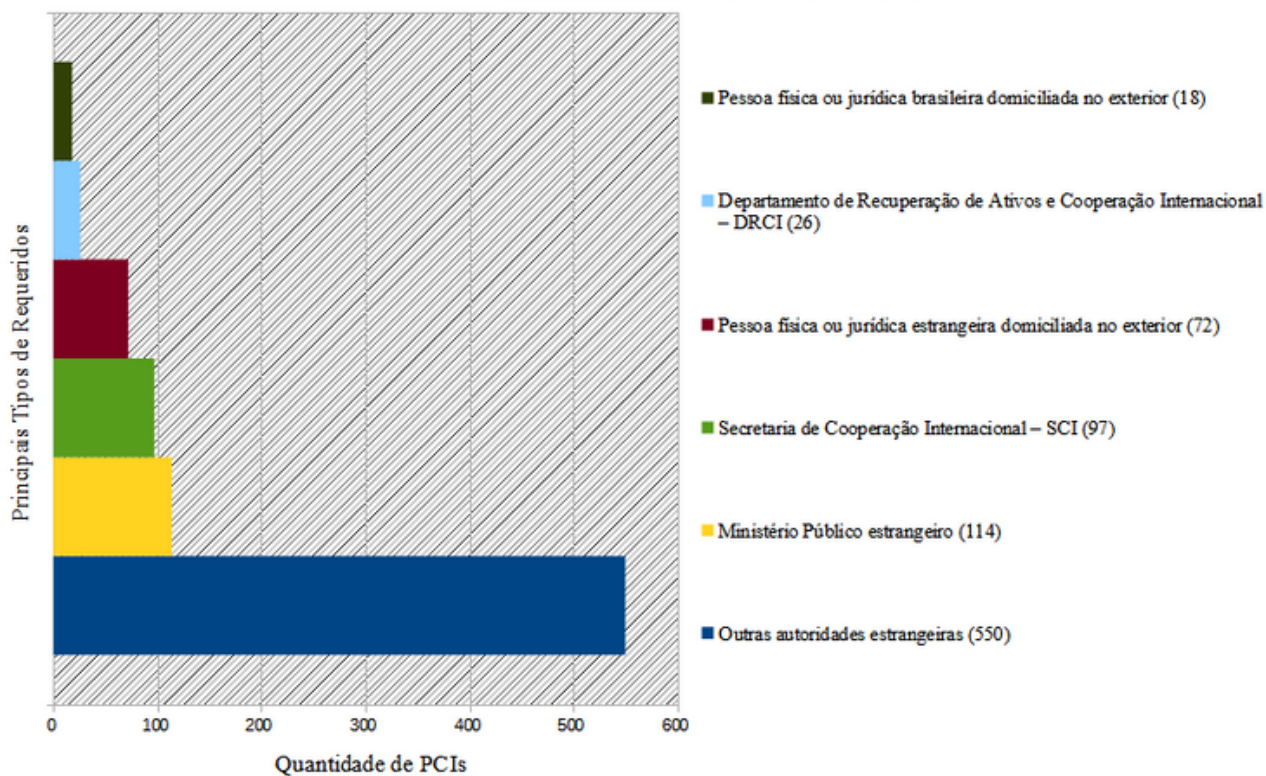
PCIs Atuados entre 1º/10/2019 a 30/09/2021



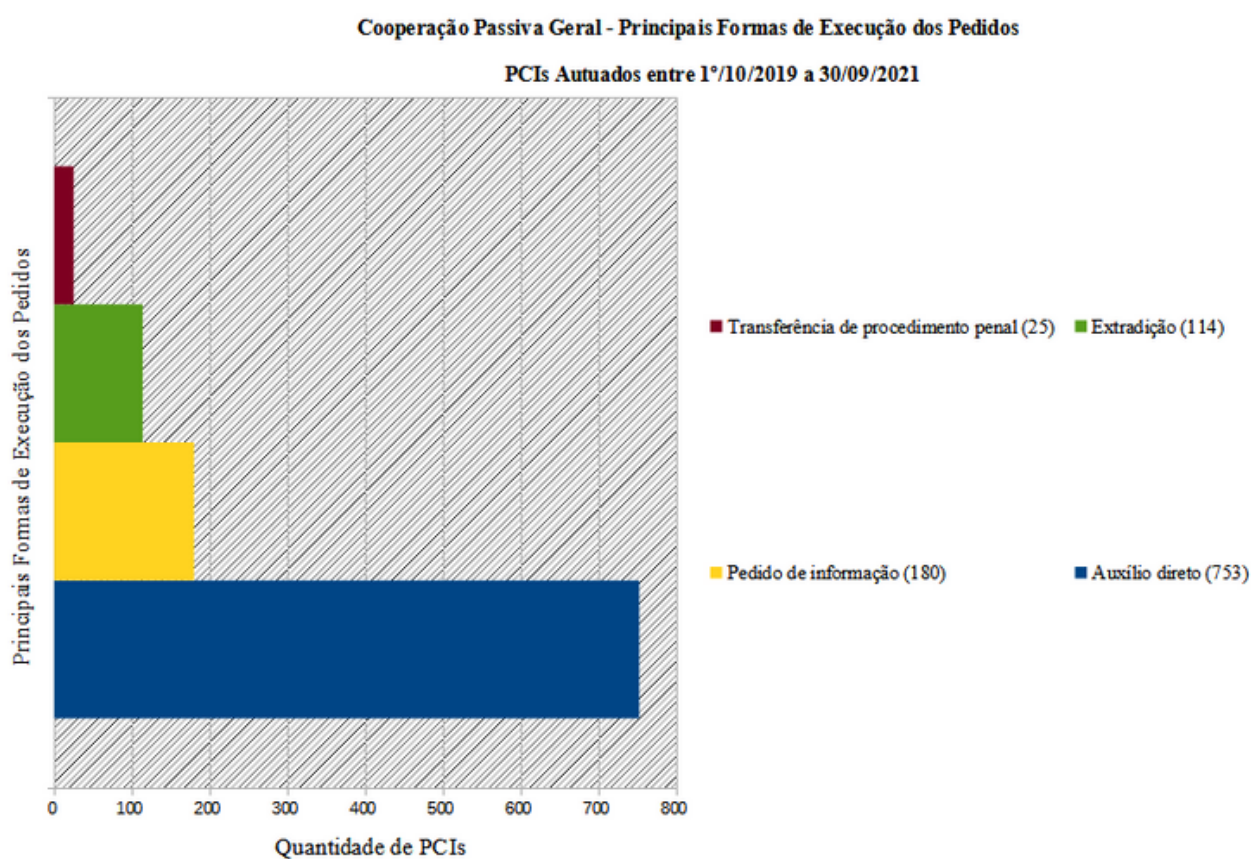
Já no caso dos pedidos ativos, os principais requeridos são: outras autoridades estrangeiras (550 ocorrências), ministério público estrangeiro (114 ocorrências) e a SCI (97 ocorrências, conforme Tabela 18, anexa, e gráfico a seguir.

Cooperação Ativa Geral - Principais Tipos de Requeridos

PCIs Atuados entre 1º/10/2019 a 30/09/2021



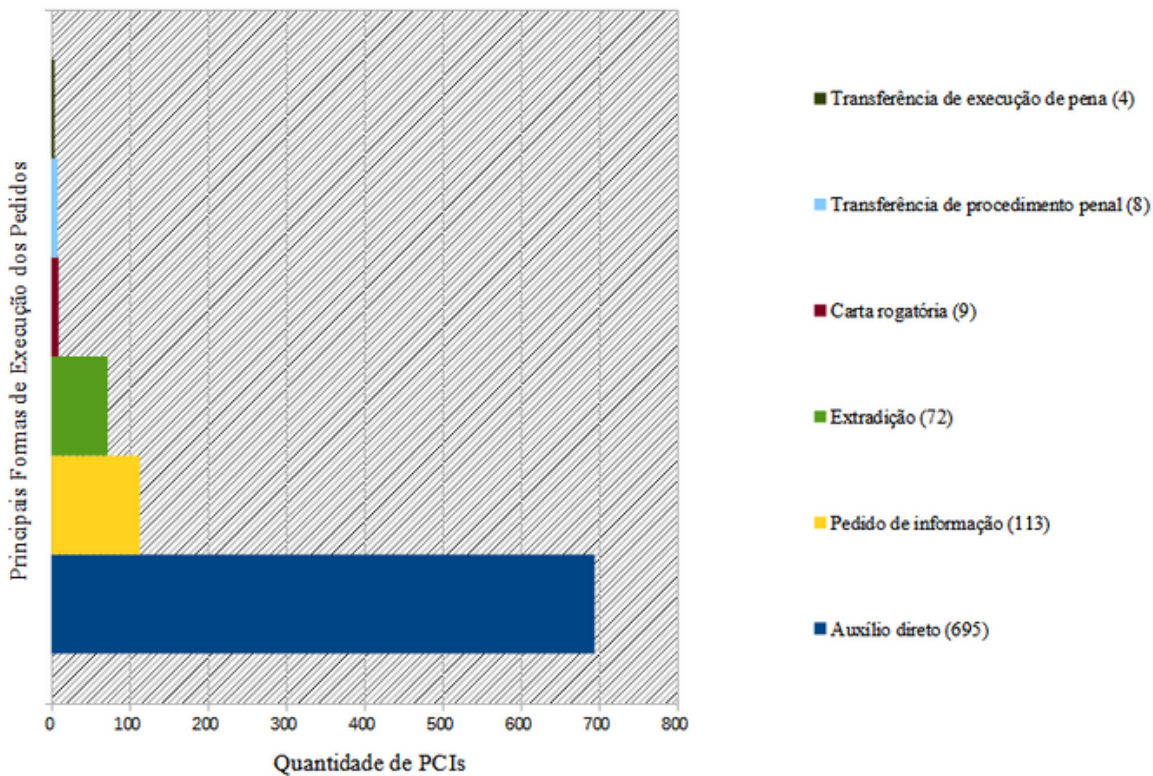
Quanto à forma de execução dos pedidos passivos, a maior parte é executada via auxílio direto (753 casos), seguida de pedido de informação (180 ocorrências) e de extradição (114 casos). Vide gráfico a seguir e Tabela 19, anexa.



Já no caso da cooperação ativa, a maior parte dos pedidos é executada via auxílio direto (695 casos), seguida de pedido de informação (113 ocorrências) e de extradição (72 casos). Vide Tabela 20, anexa, e gráfico a seguir.

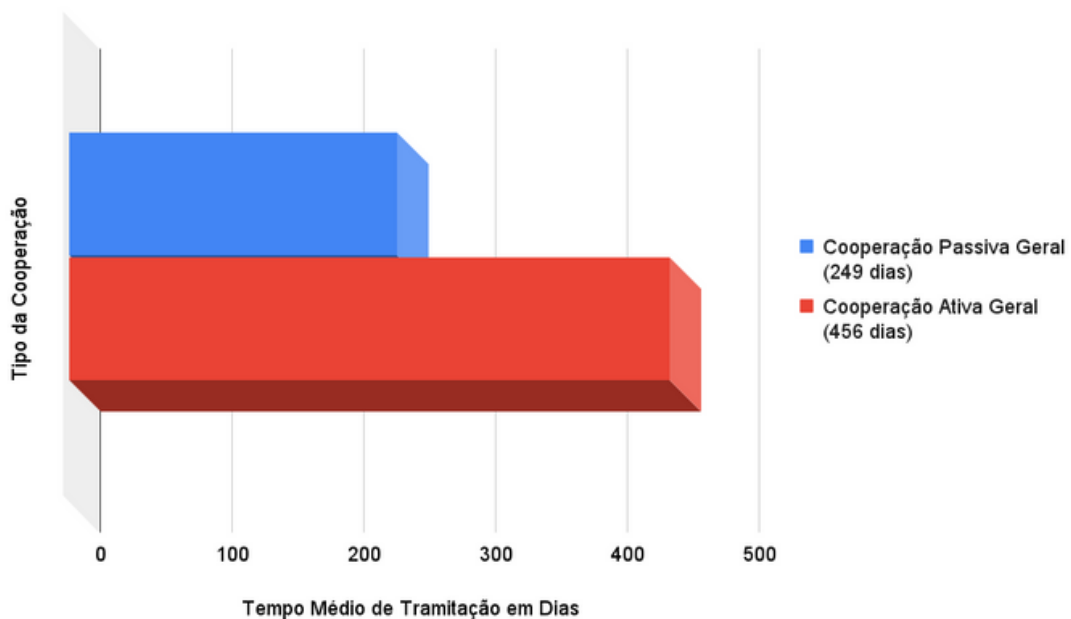
Cooperação Ativa Geral - Principais Formas de Execução dos Pedidos

PCIs Autuados entre 1º/10/2019 a 30/09/2021

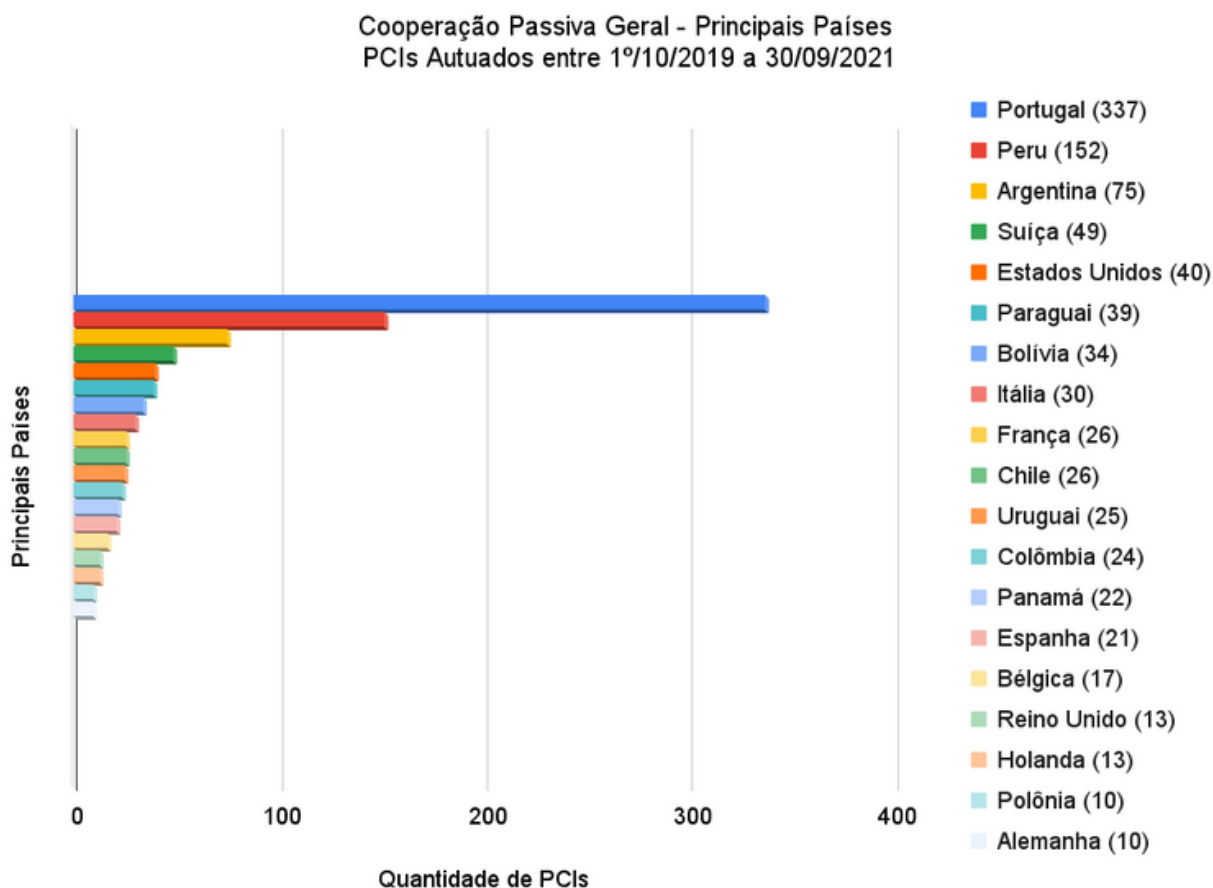


A respeito do tempo médio de tramitação dos Procedimentos de Cooperação Internacional, desde sua atuação até a finalização, tem-se que os casos da cooperação penal passiva tramitam em 249 dias e os da cooperação ativa em 456 dias, conforme gráfico a seguir e Tabelas 21 e 22, anexas.

Tempo Médio de Tramitação dos Pedidos
PCIs Finalizados entre 1º/10/2019 a 30/09/2021



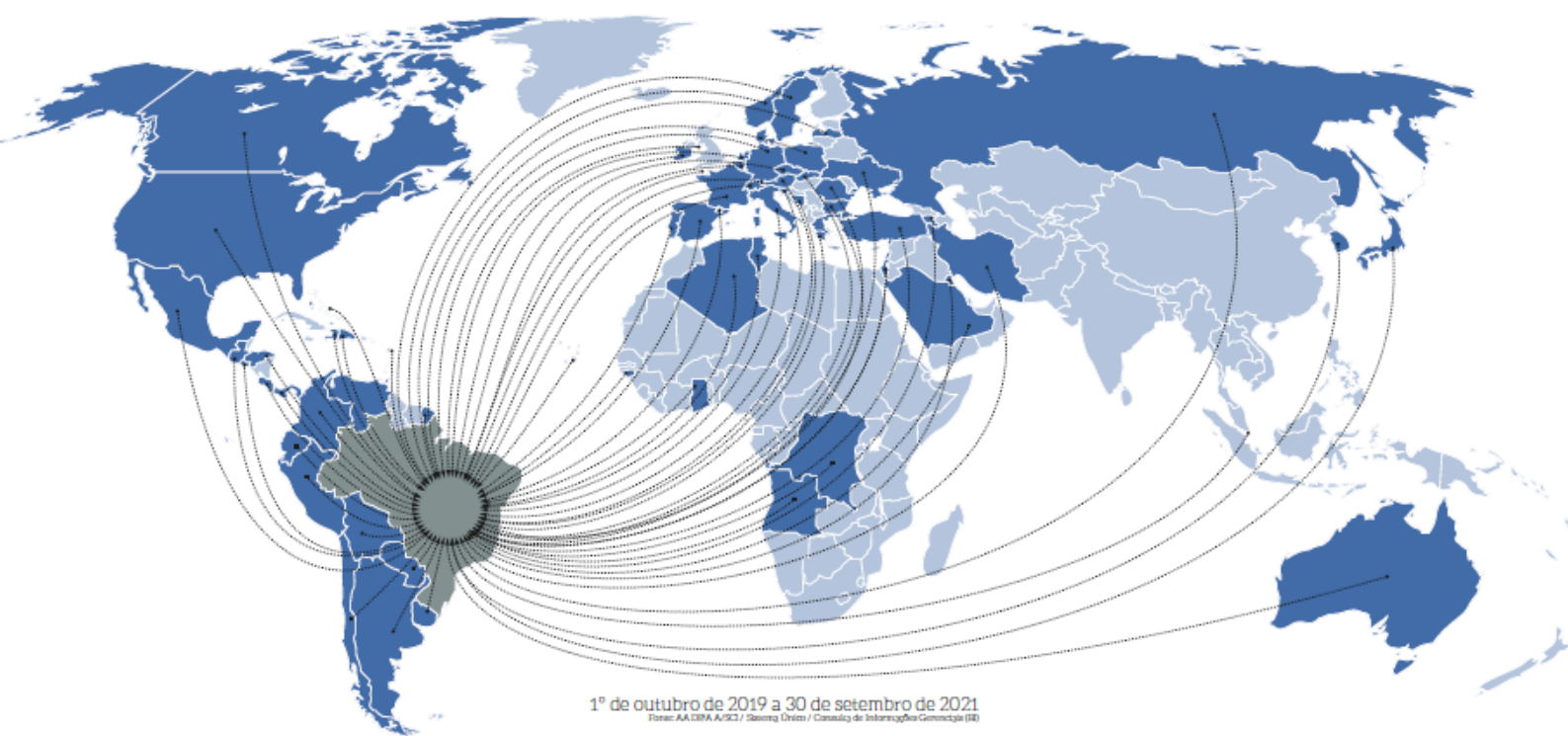
O gráfico abaixo aponta os principais países, e a respectiva quantidade de PCIs atuados, no período, relativos à Cooperação Passiva Geral (Vide Tabela 23, anexa).



O mapa que segue representa todos os 66 países e a quantidade total de 1.073 PCIs instaurados, no período, na Cooperação Passiva Geral.

Cooperação Passiva Internacional

66 países demandaram cooperação / 1073 procedimentos de cooperação internacional (PCIs) instaurados

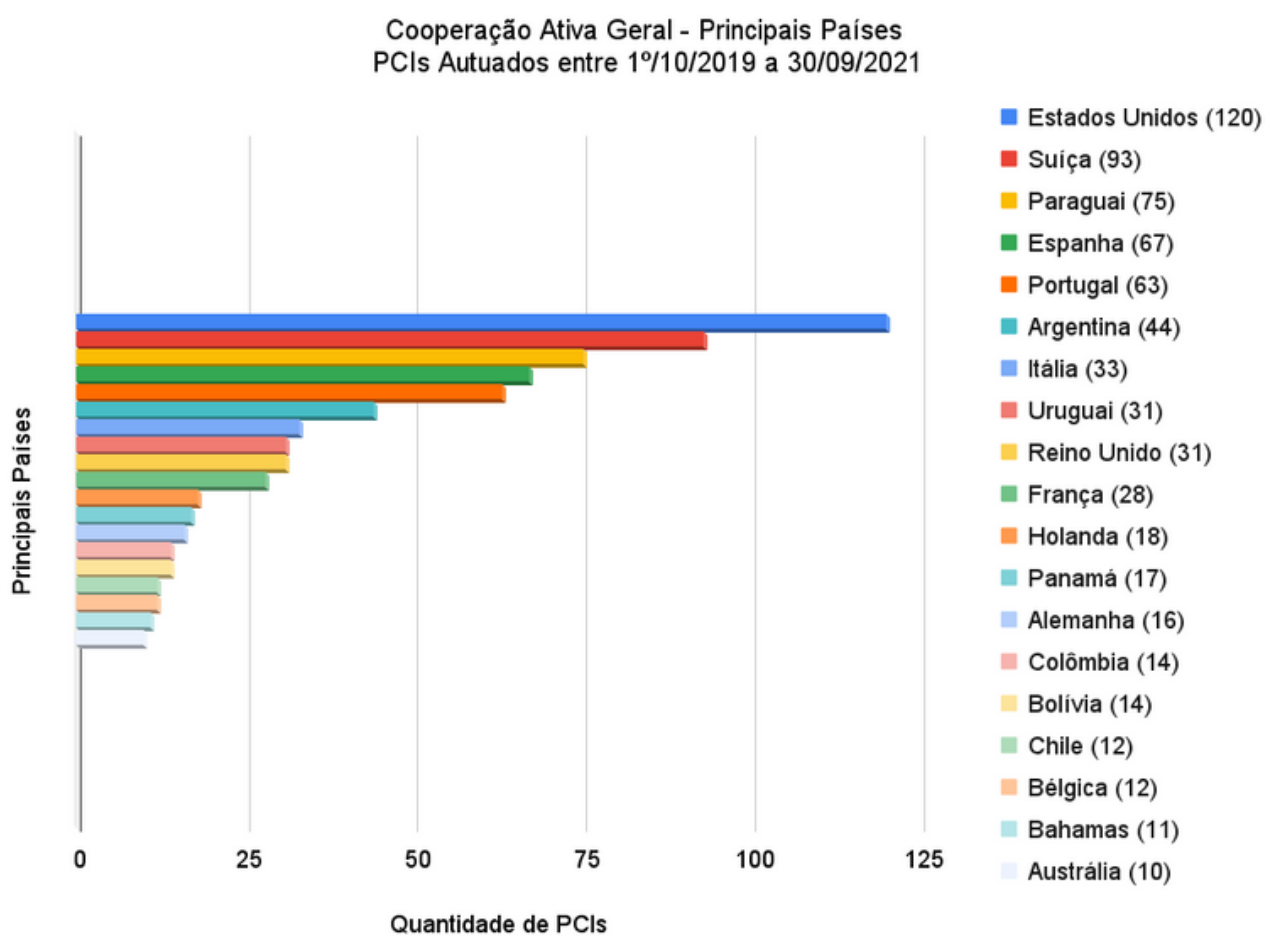


1º de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2021

Fontes: AA/DINA, A/SCJ / Serviço Unificado / Conselho de Interação Gerenciada (R)

Alemanha	Canadá	El Salvador	Holanda	Liechtenstein	Polónia	Suécia
Andorra	Cazaquistão	Emirados Árabes Unidos	Hungria	Luxemburgo	Portugal	Suíça
Angola	Chile	Ecuador	Íemen	Malta	Reino Unido	Turquia
Argentina	China	Eslováquia	Ilhas Cayman	México	República Dominicana	Ucrânia
Áustria	Colômbia	Eslovênia	Índia	Moçambique	República Tcheca	Uruguai
Bélgica	Coreia Do Sul	Espanha	Irlanda	Mónaco	Roménia	Venezuela
Bielorrússia	Costa Rica	Estados Unidos	Israel	Noruega	Rússia	
Bolívia	Croácia	França	Itália	Panamá	Sérvia	
Bosnia e Herzegovina	Cuba	Grecia	Jersey	Paraguai	Singapura	
Cabo Verde	Dinamarca	Guiana Francesa	Libia	Peru	Sri Lanka	

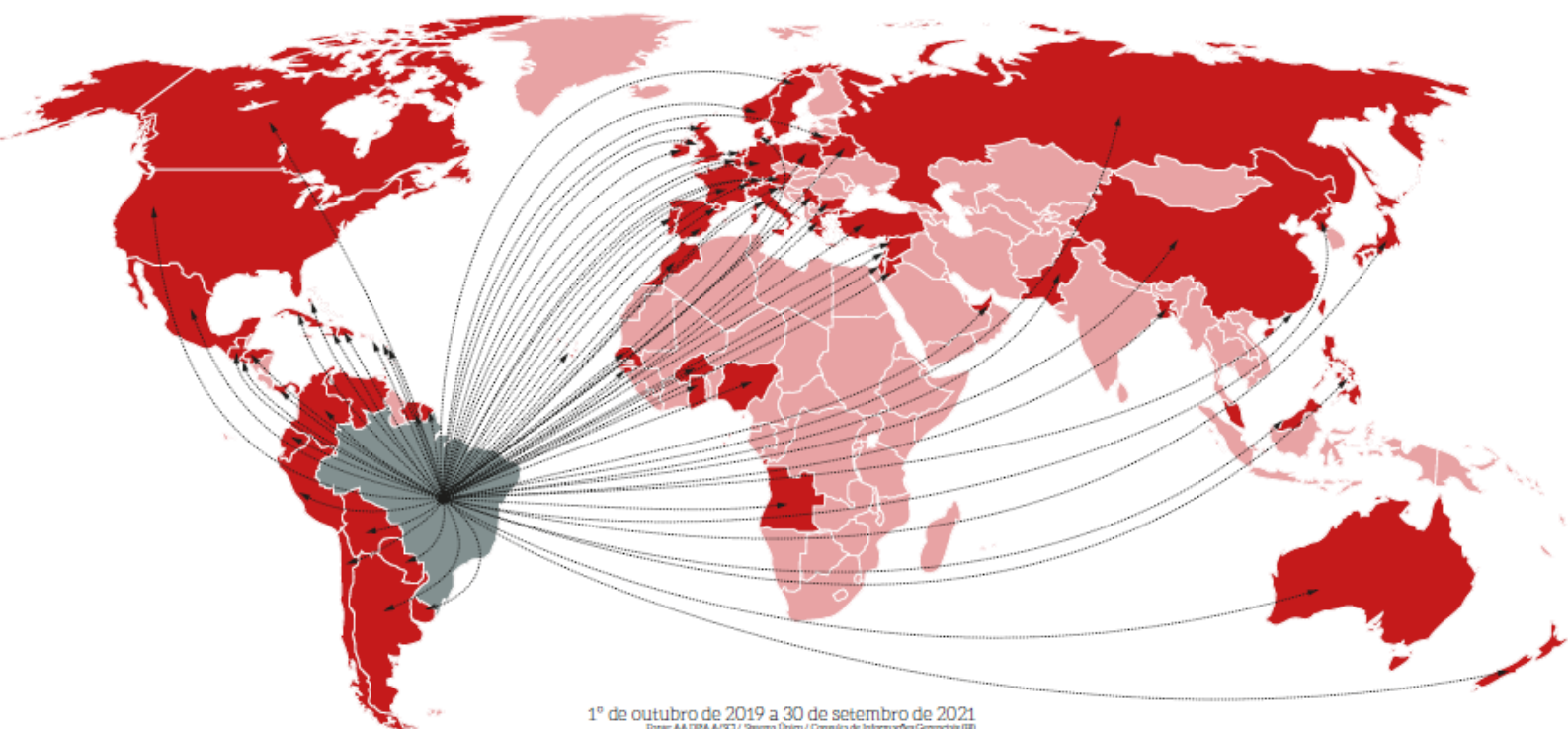
O gráfico abaixo aponta os principais países, e a respectiva quantidade de PCIs atuados, no período, na Cooperação Ativa Geral (Vide Tabela 24, anexa).



O mapa seguinte aponta os 91 países e a quantidade total de 902 PCs instaurados, no período, na Cooperação Ativa Geral.

Cooperação Ativa Internacional

902 pedidos feitos a 91 países



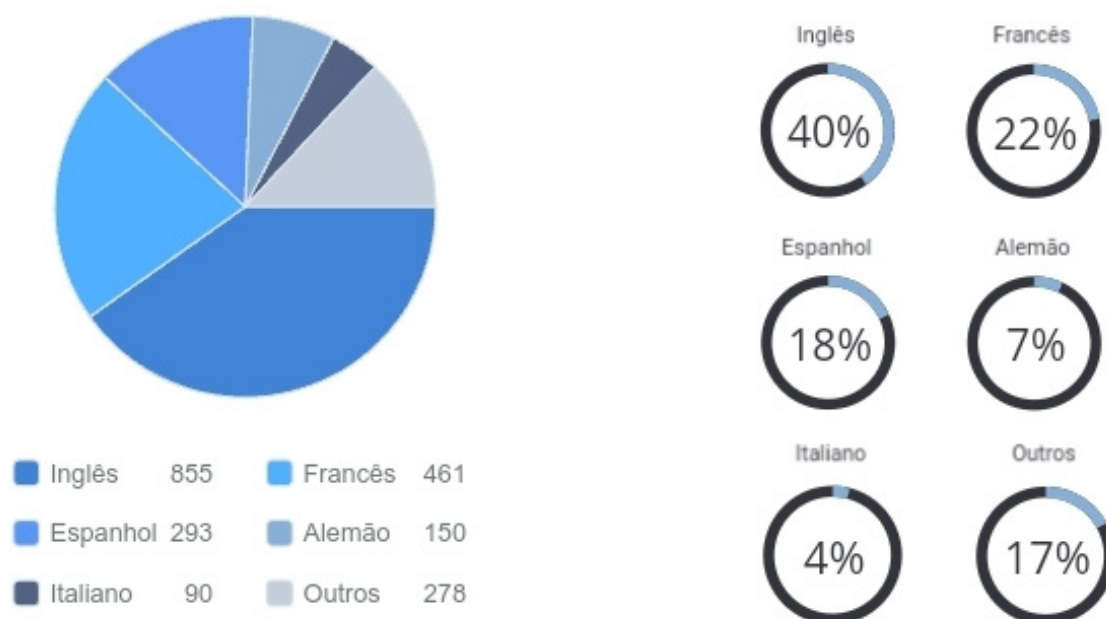
1º de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2021

Fonte: AA DINA A/SIC / Sistema Unico / Consórcio de Inteligência Genética (IG)

Alemanha	Bermudas	Coreia do Sul	Estados Unidos	Honduras	Irlanda	Macao	Paquistão	Samoa Ocidental	Trinidad e Tobago
Andorra	Bielorrússia	Costa Rica	Etiópia	Hong Kong	Islândia	México	Paraguai	São Tomé e Príncipe	Turquia
Angola	Bolívia	Cuba	França	Ilha de Man	Israel	Moçambique	Peru	Serra Leoa	Uruguai
Antígua e Barbuda	Burkina Faso	Dinamarca	Grécia	Ilhas Cayman	Itália	Mónaco	Portugal	Sérvia	Venezuela
Argentina	Cabo Verde	El Salvador	Guatemala	Ilhas Marshall	Japão	Montenegro	Reino Unido	Singapura	
Austrália	Canadá	Emirados Árabes	Guernsey	Ilhas Virgens	Jersey	Nicarágua	República	Suécia	
Áustria	Chile	Unidos	Guiana	Britânicas	Líbano	Nigéria	Dominicana	Suíça	
Bahamas	China	Equador	Guiana Francesa	Índia	Libéria	Nova Zelândia	República Tcheca	Suriname	
Belgíca	Chipre	Eslóvenia	Haiti	Indonésia	Liechtenstein	Palestina	Roménia	Tailândia	
Belize	Colômbia	Espanha	Holanda	Iraque	Luxemburgo	Panamá	Rússia	Tanzânia	

Serviços de Tradução

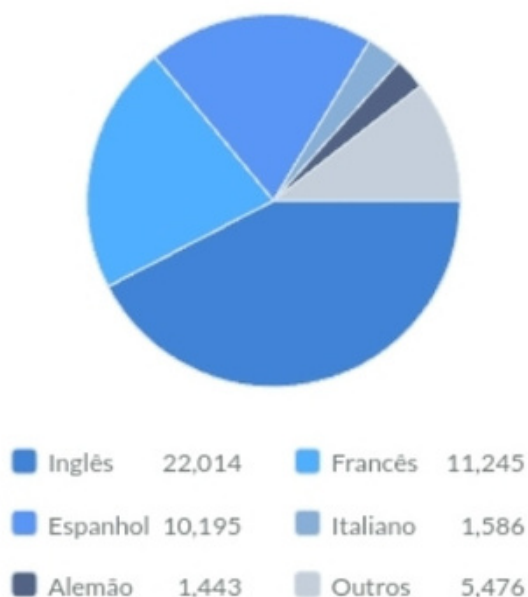
As demandas recebidas pela Assessoria de Tradução, no período de setembro de 2019 a setembro de 2021 deram origem a 2.127 ordens de serviço traduzidas, nas quantidades e percentuais relacionadas abaixo, por idioma, dentre os quais destaca-se o inglês, francês, espanhol, alemão e italiano:



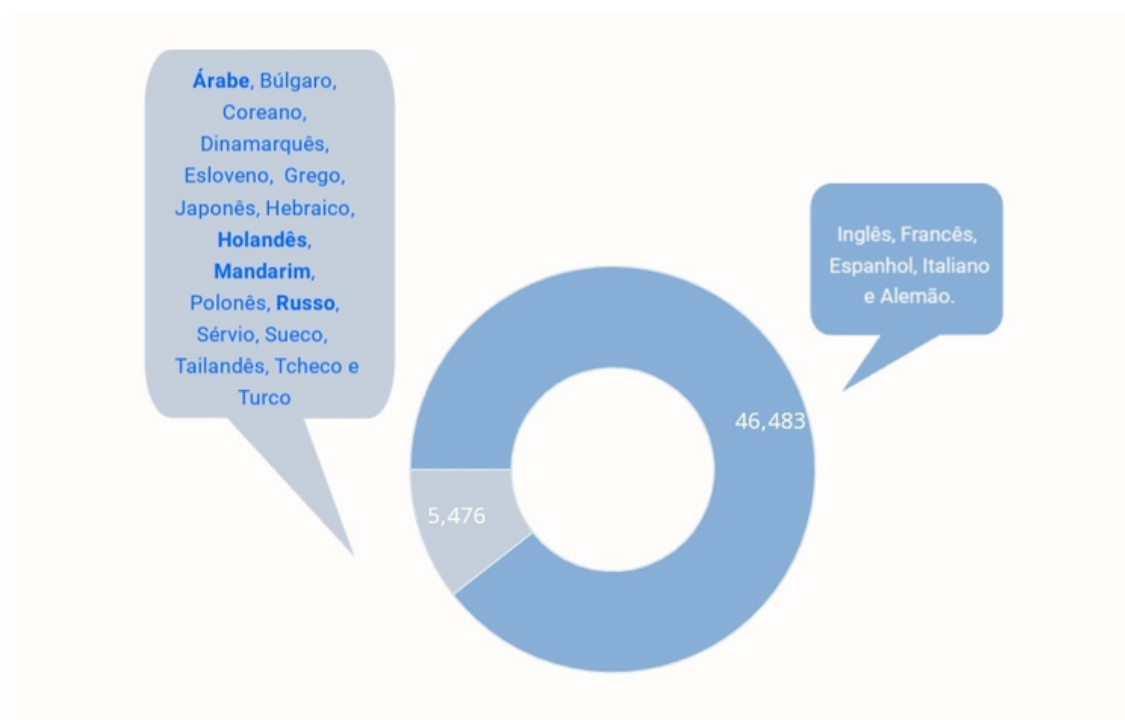
Dentre os outros idiomas que perfazem os 17% das ordens de serviço realizadas, apontados a seguir, destaca-se o holandês, mandarim, árabe e russo, nos percentuais abaixo indicados:




Essas 2.127 ordens de serviço traduzidas, somam 51.959 laudas, nas quantidades relacionadas abaixo, por idioma, dentre os quais o inglês, francês, espanhol, alemão e italiano totalizam 46.483 laudas.



As 5.476 laudas restantes distribuem-se entre os idiomas abaixo listados, dentre os quais destaca-se o árabe, holandês, mandarim e russo.





A oficialização da Assessoria de Tradução na estrutura da Assessoria Administrativa, por meio da alteração organizacional introduzida pela Portaria nº 777, de 2020, conforme já destacado, permitiu ações mais precisas no controle formal das ordens de serviço de tradução.

Buscou-se, também, garantir inovações que possibilitassem a avaliação qualitativa das traduções realizadas pelos credenciados, nos idiomas para os quais estavam habilitados, no período, os tradutores residentes (inglês, francês e espanhol), que também atuam como intérpretes em oitivas presenciais, ou por meio de videoconferência, e em reuniões com autoridades estrangeiras.

Nesse processo de aperfeiçoamento, contudo, constatou-se pontos sensíveis que exigiram atenção, visando a impedir o pagamento em duplicidade da tradução de documentos com conteúdo idêntico, no todo ou em parte, por meio da implementação de melhorias tanto no registro das informações necessárias à identificação das traduções realizadas em casos correlatos, quanto na usabilidade do Sistema de Controle de Traduções (SCOT), utilizado para a inserção e acompanhamento das ordens de serviço.

Em paralelo, diligenciou-se, também, na previsão da modalidade do serviço de revisão, com o pagamento de 50% do valor previsto para a tradução, no Edital de Credenciamento 2021.

A expectativa para o próximo biênio, portanto, além da aferição da qualidade das traduções realizadas pelos credenciados, é mensurar o valor dispendido com a tradução de documentos e a economia gerada com a revisão, naqueles casos de identificação de conteúdo idêntico, no todo ou em parte, ao de documento traduzido anteriormente.

RELATÓRIO DE GESTÃO

2019-2021

ANEXO (Tabelas 1 a 24)

TABELA 1
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Movimentação de Expedientes no Período
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021
Entradas de Expedientes na AADP/SCI

Entradas de Documentos Físicos e Eletrônicos na AADP/SCI			
Origem	Qtd. de Entradas de Documentos		
	Doc. Físicos	Doc. Eletrônicos	Totais por Origem
DRCI	321	3011	3332
Outros Órgãos	34	570	604
Soma de Entradas de Documentos de Origem Externa ao MPF	355	3581	3936
Unidades do MPF (PRs, PRMs e PRRs)	120	3650	3770
Setores da SCI e Outros Setores da PGR	535	10679	11214
Soma de Entradas de Documentos Originados do MPF	655	14329	14984
Totais de Entradas de Documentos por Formato e Origem	1010	17910	18920

Entradas de Procedimentos Extrajudiciais Físicos e Eletrônicos na AADP/SCI			
Origem	Qtd. de Entradas de Procedimentos		
	Proced. Físicos	Proced. Eletrônicos	Totais por Origem
Unidades do MPF (PRs, PRMs e PRRs)	138	1101	1239
Setores da SCI e Outros Setores da PGR	108	1746	1854
Totais de Entradas de Procedimentos por Formato e Origem	246	2847	3093

Entradas de Envelopes Físicos na AADP/SCI		
Origem	Qtd. de Envelopes	
	Envelopes Físicos	Totais por Origem
Unidades do MPF (PRs, PRMs e PRRs) e Órgãos Externos	219	219
Totais de Envelopes por Origem	219	219

* OBS.: Quantidade de “movimentações de entradas” de expedientes na AADP/SCI no período. Um mesmo expediente pode ser movimentado ao setor mais de uma vez.

Fonte: AADP/SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 11/10/2021.

TABELA 2
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Movimentação de Expedientes no Período
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021
Saídas de Expedientes da AADP/SCI

Saídas de Documentos Físicos e Eletrônicos da AADP/SCI			
Destino	Qtd. de Saídas de Documentos		
	Doc. Físicos	Doc. Eletrônicos	Totais por Destino
DRCI	82	3002	3084
Outros Órgãos	43	1027	1070
Soma de Saídas de Documentos para Destinos Externos ao MPF	125	4029	4154
Unidades do MPF (PRs, PRMs e PRRs)	234	4577	4811
Setores da SCI e Outros Setores da PGR	664	9532	10196
Soma de Saídas de Documentos Destinados ao MPF	898	14109	15007
Totais de Saídas de Docs. Movimentados por Formato e Destino	1023	18138	19161

Saídas de Procedimentos Extrajudiciais Físicos e Eletrônicos da AADP/SCI			
Destino	Qtd. de Saídas de Procedimentos		
	Proced. Físicos	Proced. Eletrônicos	Totais por Destino
DRCI	2	428	430
Outros Órgãos	0	180	180
Soma de Saídas de Proced. para Destinos Externos ao MPF	2	608	610
Unidades do MPF (PRs, PRMs e PRRs)	74	1034	1108
Setores da SCI e Outros Setores da PGR	179	1199	1378
Soma de Saídas de Proced. Para Destinos no MPF	253	2233	2486
Totais de Saídas de Proc. Movimentados por Formato e Destino	255	2841	3096

Saídas de Envelopes Físicos da AADP/SCI		
Destino	Qtd. de Envelopes	
	Envelopes Físicos	Totais por Destino

Unidades do MPF (PRs, PRMs e PRRs) e Órgãos Externos	527	527
Totais de Envelopes por Destino	527	527

Saídas de E-Cartas Eletrônicas da AADP/SCI		
Destino	Qtd. de E-Cartas	
	E-Cartas Eletrônicas	Totais por Destino
Órgãos Externos	413	413
Totais de E-Cartas por Destino	413	413

* OBS.: Quantidade de “movimentações de saídas” de expedientes da AADP/SCI no período. Um mesmo expediente pode ser movimentado pelo setor mais de uma vez.

Fonte: AADP/SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 11/10/2021.

TABELA 3
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Produção de Documentos no Período
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021
Documentos por Setor de Cadastro e por Tipo

Setor de Cadastro	Quantidade* de Documentos Cadastrados por Tipo														
	Ofício	E-mail	Despacho	Portaria	Documento Diverso	Prom. de Arquivamento	Termo de Declaração	Certidão	Memorando	Recibo	Nota Fiscal	Relatório	Comunicado	Outros Tipos*	Total de Documentos por Setor
ALJ	5.133	705	3.241	469	123	287		144	202			9		84	10.397
AP-ATIVA	1.550	2.136	600	322	38	266		175	1			2		35	5.125
ACNY	958	2.084	896	179	328	124		56	15			4		180	4.824
AADP	2.076	1.362	57		68			2	95					236	3.896
AP-PASSIVA	1.784	808	245	458	64	26		10	5			58		35	3.493
ASSTRAD	17	2	1.004		103		774		56	468	464	2		163	3.053
SACI	320	1.387	107	287	6	131		16	5			149		69	2.477
AJCE	483	312	906	201	205			151	6					170	2.434
ASEINT	501	265	554	45	13	36		67	56					8	1.545
MIS	170	145	438	69	22				70			177	194	207	1.492
REL	213	84	58	9	206	15			76			5		95	761
AJCIV	164	379	102	9	7	18		2	2					13	696
AJ	104	20	49	6	4	5			15			2		21	226
Total de Documentos por Tipo	13.473	9.689	8.257	2.054	1.187	908	774	623	604	468	464	408	194	1.316	40.419

* OBS.: Foram realizados ajustes decorrentes de agrupamentos de tipos de documentos semelhantes.

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 20/10/2021.

TABELA 4
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) com Trâmite no Período
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021
Cooperação Passiva Geral e Ativa Geral

Acervo Inicial, Autuação, Trâmite e Finalização de PCIs – Números Totais por Período			
	Quantidade de PCIs por Período		
PCIs em Andamento em 1º/10/2019	1602		
PCIs Autuados entre 1º/10/2019 a 30/09/2021	1975		
Total de PCIs que Tramitaram na SCI no Período	3577		
PCIs Finalizados entre 1º/10/2019 a 30/09/2021	Finalizados Autuados até 30/09/2019	Finalizados Autuados de 1º/10/2019 a 30/09/2021	Total de Finalizados no Período
	1165	1075	2240
PCIs em Andamento em 30/09/2021	Acervo de Autuados até 30/09/2019	Acervo de Autuados de 1º/10/2019 a 30/09/2021	Acervo Total em Andamento* Atual
	437	900	1337

PCIs Autuados de 1º/10/2019 a 30/09/2021, Finalizados e em Andamento por Grupo de Distribuição			
Grupo de Distribuição	Quantidade de Procedimentos de Cooperação Internacional		
	Autuados entre 01/10/2019 a 30/09/2021	Autuados e Finalizados entre 01/10/2019 a 30/09/2021	Autuados entre 01/10/2019 a 30/09/2021 e em Andamento* em 30/09/2021
Penal Ativa	365	165	200
Penal Passiva	468	356	112
Lava Jato Ativa	240	55	185
Lava Jato Passiva	227	119	108
Extradição Ativa	81	33	48
Extradição Passiva	117	40	77
PII Ativo	105	84	21
PII Passivo	181	173	8
Cível Ativa	7	2	5
Cível Passiva	3	1	2
CNY Ativa	104	27	77
CNY Passiva	77	20	57
Totais de PCIs	1975	1075	900

* OBS.: Situação do Procedimento “Em Andamento” ou “Sobrestado” em 30/09/2021.

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 1º/10/2021.

TABELA 5
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP
Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Autuados no Período
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021
PCIs Autuados por Grupo de Distribuição e por Mês de Autuação
Cooperação Passiva Geral

Mês de Autuação	Grupo de Distribuição / Número de PCIs Autuados						Total de PCIs por Período
	Penal Passiva	Lava Jato Passiva	Extradição Passiva	PII Passivo	Cível Passiva	CNY Passiva	
Outubro/2019	20	9	7	4	0	8	48
Novembro/2019	15	13	1	10	0	8	47
Dezembro/2019	28	19	2	6	0	6	61
Janeiro/2020	32	20	0	7	1	2	62
Fevereiro/2020	12	14	9	14	0	0	49
Março/2020	24	20	10	9	0	24	87
Abril/2020	5	5	3	4	0	0	17
Maio/2020	7	5	4	0	0	1	17
Junho/2020	15	0	5	9	0	1	30
Julho/2020	25	9	6	10	0	1	51
Agosto/2020	15	4	3	2	0	0	24
Setembro/2020	11	3	2	8	1	0	25
Outubro/2020	13	16	4	8	0	2	43
Novembro/2020	16	10	0	8	0	4	38
Dezembro/2020	14	2	9	11	0	1	37
Janeiro/2021	35	14	4	8	0	1	62
Fevereiro/2021	24	3	8	7	0	0	42
Março/2021	28	18	7	12	0	3	68
Abril/2021	26	3	10	4	1	0	44
Maio/2021	32	4	2	8	0	0	46
Junho/2021	20	7	6	8	0	0	41
Julho/2021	28	2	4	8	0	1	43
Agosto/2021	11	11	6	5	0	5	38
Setembro/2021	12	16	5	11	0	9	53
Total de PCIs por Grupo	468	227	117	181	3	77	1073

Fonte: AADP/SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 1º/10/2021.

TABELA 6
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP
Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Autuados no Período
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021
PCIs Autuados por Grupo de Distribuição e por Mês de Autuação
Cooperação Ativa Geral

Mês de Autuação	Grupo de Distribuição / Número de PCIs Autuados						Total de PCIs por Período
	Penal Ativa	Lava Jato Ativa	Extradição Ativa	PII Ativo	Cível Ativa	CNY Ativa	
Outubro/2019	18	10	3	6	0	15	52
Novembro/2019	18	25	12	3	0	23	81
Dezembro/2019	7	10	1	6	0	8	32
Janeiro/2020	12	10	0	4	0	10	36
Fevereiro/2020	11	13	1	2	1	1	29
Março/2020	13	10	0	4	1	15	43
Abril/2020	10	8	1	4	1	0	24
Maio/2020	20	13	1	2	0	0	36
Junho/2020	21	23	1	4	0	0	49
Julho/2020	13	22	5	7	0	2	49
Agosto/2020	15	19	7	2	0	1	44
Setembro/2020	10	14	10	6	0	2	42
Outubro/2020	12	5	3	9	0	10	39
Novembro/2020	13	8	8	5	0	3	37
Dezembro/2020	7	16	5	6	1	1	36
Janeiro/2021	15	7	1	1	0	1	25
Fevereiro/2021	16	0	5	4	0	0	25
Março/2021	25	2	2	4	0	0	33
Abril/2021	22	1	0	3	1	0	27
Maio/2021	18	4	2	4	0	0	28
Junho/2021	22	3	5	3	0	1	34
Julho/2021	18	4	3	3	1	0	29
Agosto/2021	13	4	3	4	0	7	31
Setembro/2021	16	9	2	9	1	4	41
Total de PCIs por Grupo	365	240	81	105	7	104	902

Fonte: AADP/SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 1º/10/2021.

TABELA 7
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Autuados no Período		
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021		
PCIs por Objeto do Pedido		
Cooperação Passiva Geral		
Objeto do Pedido	Número de Ocorrências em PCIs*	Percentual do Total
Oitiva de testemunha, vítima ou perito na fase extrajudicial	151	9,62
Informação sobre investigações e processos	122	7,78
Oitiva de investigado na fase extrajudicial	110	7,01
Informação sobre antecedentes cíveis ou criminais	84	5,35
Outros atos de comunicação processual	81	5,16
Outras informações	76	4,84
Obtenção de outros documentos	68	4,33
Localização de investigado, denunciado, réu ou executado	64	4,08
Pedido de extradição instrutória	63	4,02
Informação sobre contas bancárias	56	3,57
Execução definitiva de sentença estrangeira de alimentos	54	3,44
Informação sobre dados ou metadados telefônicos, telemáticos e afins	45	2,87
Informação sobre qualificação ou estado da pessoa	42	2,68
Oitiva de testemunha, vítima ou perito na fase judicial	42	2,68
Prestação de informações espontâneas	34	2,17
Interrogatório do réu	30	1,91
Pedido de extradição executória	28	1,78
Obtenção de cópia de autos de investigação	27	1,72
Informação sobre deslocamento interno ou movimento migratório	26	1,66
Informação sobre dados societários	25	1,59
Intimação para ciência de outras decisões judiciais	23	1,47
Intimação para ciência de decisões ministeriais ou administrativas	19	1,21
Obtenção de cópia de autos judiciais	19	1,21
Obtenção de documento sujeito a sigilo financeiro ou fiscal	18	1,15
Transferência de investigação	18	1,15
Obtenção de documento sobre patrimônio	16	1,02
Obtenção de documento sujeito a sigilo telefônico, telemático ou afim	15	0,96
Busca e apreensão de provas	14	0,89
Propositura de ação de alimentos em favor de menor	13	0,83
Citação	12	0,76
Localização de testemunha, vítima ou perito	11	0,70
Transferência de processo	11	0,70
Intimação para comparecer em audiência	9	0,57
Obtenção de documento sobre qualificação ou estado da pessoa	9	0,57
Acompanhamento de procedimento de extradição instrutória	8	0,51

Bloqueio de ativos financeiros	8	0,51
Compartilhamento de provas	8	0,51
Informação sobre outros ativos	8	0,51
Pedido complementar/suplementar de extradição instrutória	8	0,51
Obtenção de amostra papiloscópica, grafotécnica, genética ou afim	7	0,45
Obtenção de documento societário	7	0,45
Pedido de registro civil	6	0,38
Intimação para apresentar defesa	5	0,32
Localização de alimentante	4	0,25
Realização de outras perícias em matéria criminal	4	0,25
Acompanhamento de procedimento de extradição executória	3	0,19
Arresto, sequestro, indisponibilidade ou apreensão de outros ativos	3	0,19
Execução definitiva de sentença brasileira de alimentos	3	0,19
Execução provisória de sentença estrangeira de alimentos	3	0,19
Informação sobre estabelecimento prisional	3	0,19
Intimação para pagar multa ou prestação pecuniária	3	0,19
Outros	3	0,19
Pedido complementar/suplementar de extradição executória	3	0,19
Preservação de dados ou metadados telefônicos, telemáticos ou similares	3	0,19
Obtenção de certidão sobre investigação, processo ou execução	2	0,13
Obtenção de cópia de autos administrativos	2	0,13
Outras informações de natureza diplomática ou consular	2	0,13
Preservação de amostra ou de prova pericial	2	0,13
Acompanhamento de prisão para extradição	1	0,06
Avaliação de ativos	1	0,06
Constituição de equipe conjunta de investigação	1	0,06
Decretação do perdimento/confisco de ativos	1	0,06
Informação sobre condições e garantias de execução de pena	1	0,06
Informação sobre o estado de preso estrangeiro	1	0,06
Informação sobre ocupações, rendimentos e benefícios	1	0,06
Informação sobre passageiros, embarcação, aeronave ou outro meio de transporte	1	0,06
Interceptação de comunicações telefônicas ou telemáticas	1	0,06
Intimação para constituir advogado	1	0,06
Levantamento de bloqueio, arresto, sequestro, indisponibilidade ou apreensão	1	0,06
Obtenção de amostra de objeto ou instrumento do crime	1	0,06
Obtenção de inteligência financeira	1	0,06
Obtenção de inteligência policial	1	0,06
Obtenção de outro tipo de amostra	1	0,06
Oitiva de alimentante na fase extrajudicial	1	0,06
Oitiva de menor na fase extrajudicial	1	0,06
Orientação, esclarecimento ou informação sobre legislação	1	0,06
Pedido de prisão para extradição instrutória	1	0,06
Propositura de medida cautelar de alimentos provisionais	1	0,06
Realização de exame de insanidade mental	1	0,06
Realização de outras perícias em matéria cível ou de alimentos	1	0,06
Reconhecimento de pessoas, coisas, locais ou afins	1	0,06
Repatriação de ativos sem expressão econômica	1	0,06

Retificação de registro civil	1	0,06
Transferência de condenado	1	0,06
Total de Ocorrências em PCIs²	1569	100,00

* OBS.: Um mesmo PCI pode ser registrado com mais de um Objeto.

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 1º/10/2021.

TABELA 8
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Autuados no Período		
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021		
PCIs por Objeto do Pedido		
Cooperação Ativa Geral		
Objeto do Pedido	Número de Ocorrências em PCIs*	Percentual do Total
Obtenção de documento sujeito a sigilo financeiro ou fiscal	144	12,10
Citação	125	10,50
Bloqueio de ativos financeiros	108	9,08
Localização de investigado, denunciado, réu ou executado	80	6,72
Prestação de informações espontâneas	54	4,54
Repatriação de ativos com expressão econômica	52	4,37
Informação sobre contas bancárias	51	4,29
Propositura de ação de alimentos em favor de menor	49	4,12
Pedido de extradição instrutória	42	3,53
Execução definitiva de sentença brasileira de alimentos	35	2,94
Intimação para apresentar defesa	33	2,77
Obtenção de outros documentos	31	2,61
Informação sobre investigações e processos	27	2,27
Intimação para comparecer em audiência	22	1,85
Oitiva de investigado na fase extrajudicial	21	1,76
Outras informações	18	1,51
Pedido de extradição executória	18	1,51
Informação sobre antecedentes cíveis ou criminais	16	1,34
Intimação para ciência de outras decisões judiciais	15	1,26
Informação sobre dados ou metadados telefônicos, telemáticos e afins	14	1,18
Oitiva de testemunha, vítima ou perito na fase judicial	14	1,18
Informação sobre qualificação ou estado da pessoa	13	1,09
Obtenção de cópia de autos de investigação	11	0,92
Compartilhamento de provas	10	0,84
Interrogatório do réu	10	0,84
Oitiva de testemunha, vítima ou perito na fase extrajudicial	10	0,84
Outros atos de comunicação processual	10	0,84
Informação sobre dados societários	8	0,67
Transferência de processo	8	0,67
Arresto, sequestro, indisponibilidade ou apreensão de outros ativos	7	0,59
Execução definitiva de sentença estrangeira de alimentos	7	0,59
Intimação para pagar multa ou prestação pecuniária	7	0,59
Obtenção de documento societário	7	0,59
Pedido complementar/suplementar de extradição instrutória	7	0,59
Busca e apreensão de provas	6	0,50

Intimação para constituir advogado	6	0,50
Obtenção de documento sujeito a sigilo telefônico, telemático ou afim	6	0,50
Constituição de equipe conjunta de investigação	5	0,42
Informação sobre outros ativos	4	0,34
Localização de testemunha, vítima ou perito	4	0,34
Obtenção de cópia de autos judiciais	4	0,34
Obtenção de documento sobre qualificação ou estado da pessoa	4	0,34
Preservação de dados ou metadados telefônicos, telemáticos ou similares	4	0,34
Execução de título extrajudicial cível	3	0,25
Informação sobre ocupações, rendimentos e benefícios	3	0,25
Levantamento de bloqueio, arresto, sequestro, indisponibilidade ou apreensão	3	0,25
Obtenção de certidão sobre investigação, processo ou execução	3	0,25
Orientação, esclarecimento ou informação sobre legislação	3	0,25
Pedido de registro civil	3	0,25
Repatriação de ativos sem expressão econômica	3	0,25
Transferência de investigação	3	0,25
Informação sobre passageiros, embarcação, aeronave ou outro meio de transporte	2	0,17
Localização de menor/alimentando	2	0,17
Negociação de colaboração premiada	2	0,17
Outras informações de natureza diplomática ou consular	2	0,17
Outros	2	0,17
Pedido de prisão para extradição executória	2	0,17
Transferência de execução de pena privativa de liberdade	2	0,17
Transferência de execução de pena restritiva de direitos	2	0,17
Acompanhamento de procedimento de extradição executória	1	0,08
Acompanhamento de procedimento de extradição instrutória	1	0,08
Alienação ou leilão de ativos	1	0,08
Auxílio diplomático ou consular no exterior	1	0,08
Execução provisória de sentença brasileira de alimentos	1	0,08
Informação sobre deslocamento interno ou movimento migratório	1	0,08
Informação sobre o estado de cumprimento de diligência	1	0,08
Intimação para ciência de decisões ministeriais ou administrativas	1	0,08
Localização de alimentante	1	0,08
Localização de familiar	1	0,08
Obtenção de amostra papiloscópica, grafotécnica, genética ou afim	1	0,08
Obtenção de documento sobre patrimônio	1	0,08
Obtenção de inteligência policial	1	0,08
Oitiva de alimentante na fase extrajudicial	1	0,08
Pedido complementar/suplementar de extradição executória	1	0,08
Penhora de ativos	1	0,08
Preenchimento/envio de formulário específico na área de alimentos	1	0,08
Realização de outras perícias em matéria cível ou de alimentos	1	0,08
Realização de outras perícias em matéria criminal	1	0,08
Realização de outros tipos de audiência	1	0,08
Repatriação de menor	1	0,08
Tradução simples	1	0,08
Transferência de condenado	1	0,08

Total de Ocorrências em PCIs²	1190	100,00
---	-------------	---------------

* OBS.: Um mesmo PCI pode ser registrado com mais de um Objeto.

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 1º/10/2021.

TABELA 9
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Autuados no Período		
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021		
PCIs por Assunto CNMP		
Cooperação Passiva Geral		
Assunto CNMP	Número de Ocorrências em PCIs*	Percentual do Total
3628 - Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	132	9,07
3555 - Corrupção passiva (Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	107	7,35
3431 - Estelionato (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	97	6,67
10982 - "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores Oriundos de Corrupção (Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	87	5,98
3608 - Tráfico de Drogas e Condutas Afins (Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	79	5,43
5779 - Alimentos (Família/DIREITO CIVIL)	73	5,02
600466 - Organização Criminosa (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	62	4,26
3568 - Corrupção ativa (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	52	3,57
3372 - Homicídio Qualificado (Crimes contra a vida/DIREITO PENAL)	41	2,82
10949 - Violência Doméstica Contra a Mulher (DIREITO PENAL)	29	1,99
3548 - Peculato (Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	28	1,92
3614 - Crimes contra a Ordem Tributária (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	25	1,72
3637 - Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	25	1,72
3531 - Falsificação de documento público (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	24	1,65
3402 - Ameaça (Crimes contra a liberdade pessoal/DIREITO PENAL)	22	1,51
11978 - Invasão De Dispositivo Informático (Crimes contra a inviolabilidade de segredo/DIREITO PENAL)	20	1,37
621624 - Tráfico de pessoas (Crimes contra a liberdade pessoal/DIREITO PENAL)	20	1,37
3539 - Uso de documento falso (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	19	1,31
3416 - Furto (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	17	1,17
3419 - Roubo (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	17	1,17
3465 - Estupro (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	16	1,10
3607 - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	16	1,10
3632 - Crimes de Trânsito (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	15	1,03

3433 - Outras fraudes (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	13	0,89
10984 - "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores Oriundos de Corrupção (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração Pública Estrangeira/DIREITO PENAL)	12	0,82
3370 - Homicídio Simples (Crimes contra a vida/DIREITO PENAL)	12	0,82
3417 - Furto Qualificado (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	12	0,82
3532 - Falsificação de documento particular (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	12	0,82
3633 - Crimes do Sistema Nacional de Armas (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	12	0,82
10194 - Ministério Público (Agentes Políticos/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	11	0,76
10983 - "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores Oriundos de Corrupção (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	10	0,69
3420 - Extorsão (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	10	0,69
11417 - Estupro de vulnerável (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	9	0,62
3567 - Tráfico de influência (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	9	0,62
3612 - Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	9	0,62
5897 - Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins (Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	9	0,62
3533 - Falsidade ideológica (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	8	0,55
10013 - Enriquecimento ilícito (Improbidade Administrativa/Atos Administrativos/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	7	0,48
3615 - Crimes contra a Ordem Econômica (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	7	0,48
3396 - Difamação (Crimes contra a Honra/DIREITO PENAL)	6	0,41
3397 - Injúria (Crimes contra a Honra/DIREITO PENAL)	6	0,41
3404 - Redução a condição análoga à de escravo (Crimes contra a liberdade pessoal/DIREITO PENAL)	6	0,41
3432 - Estelionato Majorado (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	6	0,41
3436 - Apropriação indébita (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	6	0,41
3468 - Corrupção de Menores (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	6	0,41
3490 - Subtração de Incapazes (Crime contra o Pátrio-Poder e Tutela/Crimes contra a Família/DIREITO PENAL)	6	0,41
3595 - Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direitos (Crimes Contra a Administração da Justiça/DIREITO PENAL)	6	0,41
5569 - Extorsão mediante Sequestro Seguida de Lesão Corporal Grave (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	6	0,41
6239 - Fixação (Alimentos/Família/DIREITO CIVIL)	6	0,41
11421 - Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	5	0,34
3430 - Apropriação indébita Previdenciária (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	5	0,34
3572 - Desobediência (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	5	0,34
3574 - Contrabando ou descaminho (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	5	0,34

5876 - Corrupção Ativa em Transação Comercial Internacional (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração Pública Estrangeira/DIREITO PENAL)	5	0,34
9968 - Abuso Sexual (Seção Cível/DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)	5	0,34
12091 - Femicídio - Lei N° 13.104/2015 (Crimes contra a vida/DIREITO PENAL)	4	0,27
5844 - Fraude no Comércio (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	4	0,27
5845 - Fraudes e Abusos na Fundação ou Administração de Sociedade por Ações (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	4	0,27
5855 - Tráfico Internacional de Pessoas (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	4	0,27
5885 - Posse de Drogas para Consumo Pessoal (Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	4	0,27
5899 - Colaboração com Grupo, Organização ou Associação Destinados à Produção ou Tráfico de Drogas (Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	4	0,27
900173 - Estupro Com Resultado Lesão Corporal Grave Ou Contra Vítima Entre 14 E 18 Anos (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	4	0,27
3426 - Dano (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	3	0,21
3474 - Abandono Material (Crimes Contra a Assistência Familiar/Crimes contra a Família/DIREITO PENAL)	3	0,21
3540 - Supressão de documento (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	3	0,21
3557 - Prevaricação (Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	3	0,21
3611 - Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	3	0,21
5566 - Roubo Majorado (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	3	0,21
621641 - Tráfico Internacional de Drogas (Tráfico de Drogas e Condutas Afins/Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	3	0,21
930420 - Crime de Organização Criminosa (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	3	0,21
10995 - Falsidade ideológica praticada por Funcionário Público (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	2	0,14
11006 - Crime de Desvio e/ou Circulação de Moeda Não Autorizada (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	2	0,14
11261 - Violação de segredo profissional (Crimes contra a Liberdade/Crimes contra a Pessoa/DIREITO PENAL MILITAR)	2	0,14
11416 - Violação sexual mediante fraude (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	2	0,14
11418 - Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	2	0,14
11930 - Fraude (Tabelionatos, Registros, Cartórios/Concessão / Permissão / Autorização/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	2	0,14
3390 - Perigo para a vida ou saúde de outrem (Periclitacão da Vida e da Saúde e Rixa/DIREITO PENAL)	2	0,14
3395 - Calúnia (Crimes contra a Honra/DIREITO PENAL)	2	0,14
3421 - Extorsão mediante seqüestro (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	2	0,14
3435 - Receptação (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	2	0,14
3466 - Atentado Violento ao Pudor (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	2	0,14

3536 - Falsidade material de atestado ou certidão (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	2	0,14
3573 - Desacato (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	2	0,14
3576 - Denúncia caluniosa (Crimes Contra a Administração da Justiça/DIREITO PENAL)	2	0,14
3579 - Falso testemunho ou falsa perícia (Crimes Contra a Administração da Justiça/DIREITO PENAL)	2	0,14
3630 - Crimes Previstos na Lei de Estrangeiros (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	2	0,14
3661 - Crimes Falimentares (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	2	0,14
5560 - Decorrente de Violência Doméstica (Lesão Corporal/DIREITO PENAL)	2	0,14
5567 - Latrocínio (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	2	0,14
5804 - Investigação de Paternidade (Relações de Parentesco/Família/DIREITO CIVIL)	2	0,14
5840 - Fraude no Pagamento por Meio de Cheque (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	2	0,14
5851 - Assédio Sexual (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	2	0,14
600386 - Desaparecimentos Forçados e/ou Involuntário (DIREITO INTERNACIONAL)	2	0,14
62021 - Sequestro Internacional de Crianças - Convenção de HAIA (Proteção Internacional a Direitos Humanos/DIREITO INTERNACIONAL)	2	0,14
900172 - Estupro De Pessoa Equiparada A Vulnerável Por Qualquer Causa Que Diminua A Resistência (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	2	0,14
930423 - Promoção de migração ilegal (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	2	0,14
10007 - Registro / Porte de arma de fogo (Licenças/Atos Administrativos/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	1	0,07
10011 - Improbidade Administrativa (Atos Administrativos/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	1	0,07
10083 - Tabelionatos, Registros, Cartórios (Concessão / Permissão / Autorização/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	1	0,07
10173 - Exercício Profissional (Conselhos Regionais de Fiscalização Profissional e Afins/Organização Político-administrativa / Administração Pública/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	1	0,07
10440 - Erro Médico (Indenização por Dano Material/Responsabilidade Civil/DIREITO CIVIL)	1	0,07
10508 - Maus Tratos (Periclitacão da Vida e da Saúde e Rixa/DIREITO PENAL)	1	0,07
10743 - Registro do Partido Político (Partido Político/DIREITO ELEITORAL E PROCESSO ELEITORAL DO STF)	1	0,07
10838 - Prevaricação (Crimes Militares/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	1	0,07
10840 - Homicídio (Crimes Militares/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	1	0,07
10841 - Lesões Corporais (Crimes Militares/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	1	0,07
10842 - Lesão levíssima (Lesões Corporais/Crimes Militares/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	1	0,07
10948 - Violência Doméstica contra a Mulher (Família/DIREITO CIVIL)	1	0,07
10950 - Crime / Contravenção contra Criança / Adolescente (DIREITO PENAL)	1	0,07

10952 - Fato Atípico (DIREITO PENAL)	1	0,07
10998 - Falsificação de documento Público praticada por Funcionário Público (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	1	0,07
11070 - Crime em tempo de guerra (DIREITO PENAL MILITAR)	1	0,07
11184 - Embriaguez ao volante (Crimes de Perigo Comum/Crimes contra Incolumidade Pública/DIREITO PENAL MILITAR)	1	0,07
11237 - Lesão grave (Lesão Corporal e Rixa/Crimes contra a Pessoa/DIREITO PENAL MILITAR)	1	0,07
11253 - Ameaça (Crimes contra a Liberdade/Crimes contra a Pessoa/DIREITO PENAL MILITAR)	1	0,07
11257 - Sequestro ou cárcere privado (Crimes contra a Liberdade/Crimes contra a Pessoa/DIREITO PENAL MILITAR)	1	0,07
11473 - Falsidade Ideológica (Crimes contra a Fé Pública Eleitoral/Crimes Eleitorais/DIREITO ELEITORAL)	1	0,07
11822 - Mineração (DIREITO AMBIENTAL)	1	0,07
11835 - Conselho de Direitos da Criança e Adolescente (CONSELHOS/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	1	0,07
11919 - Violação Prerrogativa Advogado (Magistratura/Agentes Políticos/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	1	0,07
12013 - Crime Relacionado À Exportação De Bens Sensíveis E Serviços Diretamente Relacionados (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	1	0,07
12196 - Contra a mulher (Decorrente de Violência Doméstica/Lesões Corporais/Ato Infracional/DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)	1	0,07
12218 - Atos de Terrorismo (Terrorismo/DIREITO PENAL)	1	0,07
12219 - Organização Terrorista (Terrorismo/DIREITO PENAL)	1	0,07
12220 - Preparação de ato terrorista (Terrorismo/DIREITO PENAL)	1	0,07
12345 - Vias de fato (Contravenções Penais/DIREITO PENAL)	1	0,07
12350 - Jogo de azar (Contravenções Penais/DIREITO PENAL)	1	0,07
12398 - Divulgação de cena de estupro, sexo ou pornografia (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	1	0,07
12612 - COVID-19 (QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO)	1	0,07
3371 - Homicídio Privilegiado (Crimes contra a vida/DIREITO PENAL)	1	0,07
3401 - Constrangimento ilegal (Crimes contra a liberdade pessoal/DIREITO PENAL)	1	0,07
3403 - Seqüestro e cárcere privado (Crimes contra a liberdade pessoal/DIREITO PENAL)	1	0,07
3406 - Violação de domicílio (Crimes contra a inviolabilidade de domicílio/DIREITO PENAL)	1	0,07
3414 - Violação do segredo profissional (Crimes contra a inviolabilidade de segredo/DIREITO PENAL)	1	0,07
3434 - Fraude à execução (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	1	0,07
3443 - Violação de direito autoral (Crimes contra a Propriedade Intelectual/DIREITO PENAL)	1	0,07
3452 - Frustração de direitos assegurados por lei trabalhista (Crimes contra a Organização do Trabalho/DIREITO PENAL)	1	0,07
3454 - Aliciamento para fins de emigração (Crimes contra a Organização do Trabalho/DIREITO PENAL)	1	0,07
3473 - Crimes Contra a Assistência Familiar (Crimes contra a Família/DIREITO PENAL)	1	0,07
3493 - Explosão (Crimes contra a Incolumidade Pública/DIREITO PENAL)	1	0,07
3495 - Inundação / Perigo de Inundação (Crimes contra a Incolumidade Pública/DIREITO PENAL)	1	0,07

3501 - Atentado contra a segurança de transporte público (Crimes contra a Incolumidade Pública/DIREITO PENAL)	1	0,07
3514 - Falsificação / Corrupção / Adulteração / Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios (Crimes contra a Incolumidade Pública/DIREITO PENAL)	1	0,07
3521 - Quadrilha ou Bando (Crimes contra a Paz Pública/DIREITO PENAL)	1	0,07
3542 - Falsa identidade (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	1	0,07
3546 - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	1	0,07
3550 - Peculato mediante erro de outrem (Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	1	0,07
3566 - Resistência (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	1	0,07
3577 - Comunicação falsa de crime ou de contravenção (Crimes Contra a Administração da Justiça/DIREITO PENAL)	1	0,07
3582 - Fraude processual (Crimes Contra a Administração da Justiça/DIREITO PENAL)	1	0,07
3584 - Favorecimento real (Crimes Contra a Administração da Justiça/DIREITO PENAL)	1	0,07
3585 - Exercício arbitrário ou abuso de poder (Crimes Contra a Administração da Justiça/DIREITO PENAL)	1	0,07
3592 - Sonegação de papel ou objeto de valor probatório (Crimes Contra a Administração da Justiça/DIREITO PENAL)	1	0,07
3598 - Sonegação de contribuição previdenciária (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	1	0,07
3640 - Crimes de genocídio (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	1	0,07
5010 - Bolsa de Valores (Mercado de Capitais/Empresas/DIREITO CIVIL)	1	0,07
5555 - Crime Tentado (DIREITO PENAL)	1	0,07
5556 - Grave (Lesão Corporal/DIREITO PENAL)	1	0,07
5573 - Apropriação de Coisa Achada (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	1	0,07
5842 - Abuso de Incapazes (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	1	0,07
5865 - Crime Culposos (DIREITO PENAL)	1	0,07
5883 - Crimes de Concorrência Desleal (Crimes contra a Propriedade Industrial/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	1	0,07
600373 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos (Garantias Constitucionais/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	1	0,07
6198 - Admissão / Entrada / Permanência / Saída (Estrangeiro/DIREITO INTERNACIONAL)	1	0,07
6202 - Proteção Internacional a Direitos Humanos (DIREITO INTERNACIONAL)	1	0,07
6205 - Transmissão Espontânea de Informações (Cooperação Internacional/DIREITO INTERNACIONAL)	1	0,07
6212 - Tratado Internacional (DIREITO INTERNACIONAL)	1	0,07
900071 - Inquéritos Policiais e Termos Circunstanciados (Registros/Controle Externo da atividade policial/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	1	0,07
900169 - Estupro De Vulnerável Com Resultado Morte (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	1	0,07
9740 - Contra a dignidade sexual (Ato Infracional/DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)	1	0,07
9967 - Maus Tratos (Seção Cível/DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)	1	0,07

9971 - Uso ou Tráfico de Drogas (Seção Cível/DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)	1	0,07
Total de Ocorrências em PCIs²	1455	100,00

* OBS.: Um mesmo PCI pode ser registrado com mais de um Assunto.

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 1º/10/2021.

TABELA 10
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Autuados no Período		
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021		
PCIs por Assunto CNMP		
Cooperação Ativa Geral		
Assunto CNMP	Número de Ocorrências em PCIs*	Percentual do Total
600466 - Organização Criminosa (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	182	11,30
3555 - Corrupção passiva (Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	170	10,55
10982 - "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores Oriundos de Corrupção (Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	143	8,88
3568 - Corrupção ativa (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	140	8,69
3608 - Tráfico de Drogas e Condutas Afins (Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	92	5,71
3612 - Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	85	5,28
5779 - Alimentos (Família/DIREITO CIVIL)	80	4,97
3628 - Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	78	4,84
10983 - "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores Oriundos de Corrupção (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	75	4,66
3539 - Uso de documento falso (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	44	2,73
3574 - Contrabando ou descaminho (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	43	2,67
3533 - Falsidade ideológica (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	28	1,74
3607 - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	27	1,68
3531 - Falsificação de documento público (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	26	1,61
3614 - Crimes contra a Ordem Tributária (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	25	1,55
6239 - Fixação (Alimentos/Família/DIREITO CIVIL)	24	1,49
3431 - Estelionato (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	18	1,12
10984 - "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores Oriundos de Corrupção (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração Pública Estrangeira/DIREITO PENAL)	17	1,06
621641 - Tráfico Internacional de Drogas (Tráfico de Drogas e Condutas Afins/Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	14	0,87
3548 - Peculato (Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	13	0,81

3637 - Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	13	0,81
10011 - Improbidade Administrativa (Atos Administrativos/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	12	0,74
3372 - Homicídio Qualificado (Crimes contra a vida/DIREITO PENAL)	12	0,74
3618 - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	12	0,74
5897 - Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins (Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	11	0,68
5899 - Colaboração com Grupo, Organização ou Associação Destinados à Produção ou Tráfico de Drogas (Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	9	0,56
3508 - Falsificação / Corrupção / Adulteração / Alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (Crimes contra a Incolumidade Pública/DIREITO PENAL)	8	0,50
3633 - Crimes do Sistema Nacional de Armas (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	8	0,50
3370 - Homicídio Simples (Crimes contra a vida/DIREITO PENAL)	7	0,43
3432 - Estelionato Majorado (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	7	0,43
3642 - Crimes da Lei de licitações (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	7	0,43
621624 - Tráfico de pessoas (Crimes contra a liberdade pessoal/DIREITO PENAL)	7	0,43
930420 - Crime de Organização Criminosa (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	7	0,43
11978 - Invasão De Dispositivo Informático (Crimes contra a inviolabilidade de segredo/DIREITO PENAL)	6	0,37
3524 - Moeda Falsa / Assimilados (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	6	0,37
11421 - Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	5	0,31
3402 - Ameaça (Crimes contra a liberdade pessoal/DIREITO PENAL)	5	0,31
3404 - Redução a condição análoga à de escravo (Crimes contra a liberdade pessoal/DIREITO PENAL)	5	0,31
5855 - Tráfico Internacional de Pessoas (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	5	0,31
5876 - Corrupção Ativa em Transação Comercial Internacional (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração Pública Estrangeira/DIREITO PENAL)	5	0,31
10949 - Violência Doméstica Contra a Mulher (DIREITO PENAL)	4	0,25
3403 - Seqüestro e cárcere privado (Crimes contra a liberdade pessoal/DIREITO PENAL)	4	0,25
3532 - Falsificação de documento particular (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	4	0,25
3615 - Crimes contra a Ordem Econômica (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	4	0,25
3416 - Furto (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	3	0,19
3465 - Estupro (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	3	0,19
3521 - Quadrilha ou Bando (Crimes contra a Paz Pública/DIREITO PENAL)	3	0,19
3553 - Concussão (Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	3	0,19
3573 - Desacato (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	3	0,19
3598 - Sonegação de contribuição previdenciária (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	3	0,19

3604 - Crimes de Responsabilidade (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	3	0,19
6202 - Proteção Internacional a Direitos Humanos (DIREITO INTERNACIONAL)	3	0,19
10438 - Dano Ambiental (Responsabilidade Civil/DIREITO CIVIL)	2	0,12
10817 - Uso de documento falso (Crimes Eleitorais/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	2	0,12
10837 - Corrupção ativa (Crimes Militares/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	2	0,12
10986 - Crime contra a administração ambiental (Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	2	0,12
11417 - Estupro de vulnerável (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	2	0,12
3397 - Injúria (Crimes contra a Honra/DIREITO PENAL)	2	0,12
3419 - Roubo (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	2	0,12
3420 - Extorsão (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	2	0,12
3435 - Receptação (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	2	0,12
3484 - Crimes Contra o Estado de Filiação (Crimes contra a Família/DIREITO PENAL)	2	0,12
3556 - Facilitação de contrabando ou descaminho (Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	2	0,12
3566 - Resistência (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	2	0,12
3567 - Tráfico de influência (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	2	0,12
3605 - Crimes contra a Economia Popular (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	2	0,12
3613 - Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	2	0,12
3630 - Crimes Previstos na Lei de Estrangeiros (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	2	0,12
5847 - Receptação Qualificada (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	2	0,12
62021 - Sequestro Internacional de Crianças - Convenção de HAIA (Proteção Internacional a Direitos Humanos/DIREITO INTERNACIONAL)	2	0,12
10007 - Registro / Porte de arma de fogo (Licenças/Atos Administrativos/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	1	0,06
10108 - Patrimônio Histórico / Tombamento (Domínio Público/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	1	0,06
10194 - Ministério Público (Agentes Políticos/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	1	0,06
10768 - Campanha Eleitoral (Eleição/DIREITO ELEITORAL E PROCESSO ELEITORAL DO STF)	1	0,06
10835 - Peculato (Crimes Militares/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	1	0,06
10842 - Lesão levíssima (Lesões Corporais/Crimes Militares/Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	1	0,06
10948 - Violência Doméstica contra a Mulher (Família/DIREITO CIVIL)	1	0,06
10950 - Crime / Contravenção contra Criança / Adolescente (DIREITO PENAL)	1	0,06
10995 - Falsidade ideológica praticada por Funcionário Público (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	1	0,06
11257 - Sequestro ou cárcere privado (Crimes contra a Liberdade/Crimes contra a Pessoa/DIREITO PENAL MILITAR)	1	0,06

11473 - Falsidade Ideológica (Crimes contra a Fé Pública Eleitoral/Crimes Eleitorais/DIREITO ELEITORAL)	1	0,06
11848 - Alimentação (Garantias Constitucionais/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	1	0,06
11849 - Não Discriminação (Garantias Constitucionais/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	1	0,06
12013 - Crime Relacionado À Exportação De Bens Sensíveis E Serviços Diretamente Relacionados (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	1	0,06
12218 - Atos de Terrorismo (Terrorismo/DIREITO PENAL)	1	0,06
3390 - Perigo para a vida ou saúde de outrem (Periclitacão da Vida e da Saúde e Rixa/DIREITO PENAL)	1	0,06
3396 - Difamação (Crimes contra a Honra/DIREITO PENAL)	1	0,06
3417 - Furto Qualificado (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	1	0,06
3436 - Apropriação indébita (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	1	0,06
3443 - Violação de direito autoral (Crimes contra a Propriedade Intelectual/DIREITO PENAL)	1	0,06
3452 - Frustração de direitos assegurados por lei trabalhista (Crimes contra a Organização do Trabalho/DIREITO PENAL)	1	0,06
3458 - Destruição / Subtração / Ocultação de Cadáver (Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos/DIREITO PENAL)	1	0,06
3468 - Corrupção de Menores (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	1	0,06
3492 - Incêndio (Crimes contra a Incolumidade Pública/DIREITO PENAL)	1	0,06
3495 - Inundação / Perigo de Inundação (Crimes contra a Incolumidade Pública/DIREITO PENAL)	1	0,06
3496 - Desabamento ou desmoronamento (Crimes contra a Incolumidade Pública/DIREITO PENAL)	1	0,06
3503 - atentado contra a segurança de serviços de utilidade pública (Crimes contra a Incolumidade Pública/DIREITO PENAL)	1	0,06
3540 - Supressão de documento (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	1	0,06
3542 - Falsa identidade (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	1	0,06
3543 - Fraude de lei sobre estrangeiros (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	1	0,06
3546 - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor (Crimes contra a Fé Pública/DIREITO PENAL)	1	0,06
3563 - Violação do sigilo funcional (Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	1	0,06
3565 - Usurpação de função pública (Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral/DIREITO PENAL)	1	0,06
3577 - Comunicação falsa de crime ou de contravenção (Crimes Contra a Administração da Justiça/DIREITO PENAL)	1	0,06
3579 - Falso testemunho ou falsa perícia (Crimes Contra a Administração da Justiça/DIREITO PENAL)	1	0,06
3580 - Coação no curso do processo (Crimes Contra a Administração da Justiça/DIREITO PENAL)	1	0,06
3616 - Crimes contra as Relações de Consumo (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	1	0,06
3629 - Crimes contra as Telecomunicações (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	1	0,06
3654 - Crimes Eleitorais (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	1	0,06
3659 - Crimes Previstos no Estatuto do Idoso (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)	1	0,06

5560 - Decorrente de Violência Doméstica (Lesão Corporal/DIREITO PENAL)	1	0,06
5566 - Roubo Majorado (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	1	0,06
5841 - Duplicata Simulada (Crimes contra o Patrimônio/DIREITO PENAL)	1	0,06
5854 - Rufianismo (Crimes contra a Dignidade Sexual/DIREITO PENAL)	1	0,06
5869 - Incitação ao Crime (Crimes contra a Paz Pública/DIREITO PENAL)	1	0,06
5870 - Apologia de Crime ou Criminoso (Crimes contra a Paz Pública/DIREITO PENAL)	1	0,06
5961 - Taxa de Exploração Mineral (Federais/Taxas/DIREITO TRIBUTÁRIO)	1	0,06
600386 - Desaparecimentos Forçados e/ou Involuntário (DIREITO INTERNACIONAL)	1	0,06
61971 - Assistência a Estrangeiros no Brasil (Estrangeiro/DIREITO INTERNACIONAL)	1	0,06
6204 - Rogatória (Cooperação Internacional/DIREITO INTERNACIONAL)	1	0,06
6205 - Transmissão Espontânea de Informações (Cooperação Internacional/DIREITO INTERNACIONAL)	1	0,06
6209 - Assistência a Brasileiros no Exterior (DIREITO INTERNACIONAL)	1	0,06
900073 - Autorizações Judiciais para quebra de sigilo fiscal, bancário e comunicações (Registros/Controle Externo da atividade policial/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)	1	0,06
9967 - Maus Tratos (Seção Cível/DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)	1	0,06
Total de Ocorrências em PCIs²	1611	100,00

* OBS.: Um mesmo PCI pode ser registrado com mais de um Assunto.

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 1º/10/2021.

TABELA 11**Procuradoria-Geral da República****Gabinete do Procurador-Geral da República****Secretaria de Cooperação Internacional – SCI****Assessoria Administrativa – AA****Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP****Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Autuados na Gestão Atual****Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021****PCIs por Base Convencional****Cooperação Passiva Geral**

Base Convencional	Número de Ocorrências em PCIs*	Percentual do Total
Convenção de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Convenção de Praia) - CPLP	248	19,39
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com o Peru	120	9,38
Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção de Mérida) - ONU	109	8,52
Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo) - ONU	108	8,44
Acordo de Cooperação Interinstitucional entre os Ministérios Públicos e Fiscais Membros da AIAMP - Associação Iberoamericana de Ministérios Públicos	95	7,43
PII - não se aplica	87	6,80
Convenção sobre a Prestação de Alimentos no Estrangeiro (Convenção de Nova York) - ONU	78	6,10
Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal (Convenção de Nassau) - OEA	67	5,24
Promessa de reciprocidade	50	3,91
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com a Suíça	33	2,58
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com os Estados Unidos da América	29	2,27
Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul - Mercosul	21	1,64
Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (Convenção de Viena) - ONU	19	1,49
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com a Colômbia	19	1,49
Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais do Mercado Comum do Sul (Protocolo de San Luis) - Mercosul	15	1,17
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com a França	14	1,09
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com a Itália	14	1,09
Tratado Bilateral de Extradicação com a Itália	12	0,94
Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul e a República da Bolívia e a República do Chile - Mercosul	11	0,86
Convenção de Extradicação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP	11	0,86
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com a Espanha	11	0,86
Tratado Bilateral de Extradicação com a Argentina	11	0,86
Tratado Bilateral de Extradicação com os Estados Unidos	9	0,70
Acordo sobre Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile - Mercosul	8	0,63

Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	8	0,63
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com o México	7	0,55
Tratado Bilateral de Extradicação com a Espanha	7	0,55
Tratado Bilateral de Extradicação com a Bélgica	6	0,47
Tratado Bilateral de Extradicação com o Peru	5	0,39
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com o Panamá	4	0,31
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com Portugal	4	0,31
Tratado Bilateral de Extradicação com a Colômbia	4	0,31
Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a Bolívia e o Chile (Acordo de Buenos Aires) - Mercosul	3	0,23
Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção de Paris) - OCDE	3	0,23
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com a Turquia	3	0,23
Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	3	0,23
Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José) - OEA	2	0,16
Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (Convenção de Haia) - Conferência de Haia	2	0,16
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com a Coreia	2	0,16
Tratado Bilateral de Extradicação com a China	2	0,16
Tratado Bilateral de Extradicação com a Coreia	2	0,16
Tratado Bilateral de Extradicação com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	2	0,16
Convenção Interamericana contra a Corrupção - OEA	1	0,08
Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo - ONU	1	0,08
Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP	1	0,08
Protocolo de Bogotá para Transmissão de Informação sobre Contêineres	1	0,08
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com o Canadá	1	0,08
Tratado Bilateral de Extradicação com a França	1	0,08
Tratado Bilateral de Extradicação com a República Dominicana	1	0,08
Tratado Bilateral de Extradicação com a Venezuela	1	0,08
Tratado Bilateral de Extradicação com o Chile	1	0,08
Tratado Bilateral de Extradicação com o Equador	1	0,08
Tratado Bilateral de Extradicação com o Paraguai	1	0,08
Total de Ocorrências em PCIs²	1279	100,00

* OBS.: Um mesmo PCI pode ser registrado com mais de uma Base Convencional.

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 1º/10/2021.

TABELA 12
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Autuados no Período		
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021		
PCIs por Base Convencional		
Cooperação Ativa Geral		
Base Convencional	Número de Ocorrências em PCIs*	Percentual do Total
Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção de Mérida) - ONU	214	16,67
Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo) - ONU	187	14,56
Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal (Convenção de Nassau) - OEA	105	8,18
Convenção sobre a Prestação de Alimentos no Estrangeiro (Convenção de Nova York) - ONU	104	8,10
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com os Estados Unidos da América	91	7,09
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com a Suíça	76	5,92
PII - não se aplica	72	5,61
Promessa de reciprocidade	57	4,44
Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (Convenção de Viena) - ONU	41	3,19
Convenção de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Convenção de Praia) - CPLP	38	2,96
Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais do Mercado Comum do Sul (Protocolo de San Luis) - Mercosul	38	2,96
Acordo de Cooperação Interinstitucional entre os Ministérios Públicos e Fiscais Membros da AIAMP - Associação Iberoamericana de Ministérios Públicos	35	2,73
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com a Espanha	28	2,18
Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul - Mercosul	19	1,48
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com a Itália	19	1,48
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	19	1,48
Acordo sobre Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile - Mercosul	17	1,32
Tratado Bilateral de Extradicação com a Espanha	17	1,32
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com a França	11	0,86
Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção de Paris) - OCDE	9	0,70
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com o Panamá	9	0,70
Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	9	0,70
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com a China	6	0,47
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com o Canadá	6	0,47

Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com o Peru	5	0,39
Tratado Bilateral de Extradicação com a Itália	4	0,31
Tratado Bilateral de Extradicação com os Estados Unidos	4	0,31
Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul e a República da Bolívia e a República do Chile - Mercosul	3	0,23
Acordo Quadro de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação	3	0,23
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com a Colômbia	3	0,23
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com a Coreia	3	0,23
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com Portugal	3	0,23
Tratado Bilateral de Extradicação com a Colômbia	3	0,23
Convenção sobre Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação, Transporte e Transferência de Propriedade Ilícita de Bens Culturais - UNESCO	2	0,16
Tratado Bilateral de Extradicação com o Panamá	2	0,16
Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a Bolívia e o Chile (Acordo de Buenos Aires) - Mercosul	1	0,08
Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José) - OEA	1	0,08
Convenção de Extradicação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP	1	0,08
Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias - OEA	1	0,08
Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural - UNESCO	1	0,08
Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (Convenção de Haia) - Conferência de Haia	1	0,08
Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul (Protocolo de Las Leñas) - Mercosul	1	0,08
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Cível com a Espanha	1	0,08
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa com a Argentina	1	0,08
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com a Turquia	1	0,08
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com Cuba	1	0,08
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com Honduras	1	0,08
Tratado Bilateral de Assistência Mútua em Matéria Penal com o Suriname	1	0,08
Tratado Bilateral de Extradicação com a Bélgica	1	0,08
Tratado Bilateral de Extradicação com a Coreia	1	0,08
Tratado Bilateral de Extradicação com a França	1	0,08
Tratado Bilateral de Extradicação com a Rússia	1	0,08
Tratado Bilateral de Extradicação com a Venezuela	1	0,08
Tratado Bilateral de Extradicação com Israel	1	0,08
Tratado Bilateral de Extradicação com o México	1	0,08
Tratado Bilateral de Extradicação com o Peru	1	0,08
Tratado Bilateral de Extradicação com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	1	0,08
Total de Ocorrências em PCIs²	1284	100,00

* OBS.: Um mesmo PCI pode ser registrado com mais de uma Base Convencional.

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 1º/10/2021.

TABELA 13
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) em Andamento no MPF
Período: Autuados do início da SCI até 30/09/2021
PCIs por Unidade do MPF de Localização
Cooperação Passiva Geral

Unidade da Federação	Unidade do MPF de Localização* do PCI	Quantidade de PCIs	Percentual do Total
AC	PR-AC	2	0,40
	Total de PCIs por UF	2	0,40
AM	PR-AM	1	0,20
	Total de PCIs por UF	1	0,20
AP	PR-AP	2	0,40
	Total de PCIs por UF	2	0,40
BA	PR-BA	4	0,80
	PRM-EUNAPOLIS	1	0,20
	PRM-VIT. CONQUI	1	0,20
	Total de PCIs por UF	6	1,20
CE	PR-CE	7	1,39
	Total de PCIs por UF	7	1,39
DF	PGR	302	60,16
	PR-DF	8	1,59
	Total de PCIs por UF	310	61,75
ES	PR-ES	4	0,80
	Total de PCIs por UF	4	0,80
GO	PR-GO	9	1,79
	PRM-ANAPOLIS	1	0,20
	Total de PCIs por UF	10	1,99
MG	PR-MG	9	1,79
	PRM-GOV VALADAR	1	0,20
	PRM-IPATINGA	2	0,40
	PRM-UBERABA	1	0,20
	Total de PCIs por UF	13	2,59
MS	PR-MS	1	0,20
	PRM-DOURADOS	1	0,20
	Total de PCIs por UF	2	0,40
MT	PR-MT	3	0,60
	Total de PCIs por UF	3	0,60
PA	PR-PA	3	0,60
	Total de PCIs por UF	3	0,60
PB	PR-PB	1	0,20
	Total de PCIs por UF	1	0,20
	PR-PE	3	0,60

PE	PRM-C.S.AGOSTIN	1	0,20
	Total de PCIs por UF	4	0,80
PR	PR-PR	19	3,78
	PRM-FOZ	1	0,20
	PRM-MARINGA	1	0,20
	Total de PCIs por UF	21	4,18
RJ	PR-RJ	30	5,98
	PRM-ANGRA REIS	1	0,20
	PRM-S.P.ALDEIA	1	0,20
	Total de PCIs por UF	32	6,37
RN	PR-RN	1	0,20
	Total de PCIs por UF	1	0,20
RO	PRM-VILHENA	1	0,20
	Total de PCIs por UF	1	0,20
RS	PR-RS	3	0,60
	PRM-STA CRUZ SU	1	0,20
	Total de PCIs por UF	4	0,80
SC	PR-SC	5	1,00
	PRM-JOINVILLE	1	0,20
	Total de PCIs por UF	6	1,20
SP	PR-SP	56	11,16
	PRM-CAMPINAS	3	0,60
	PRM-GUARULHOS	3	0,60
	PRM-OSASCO	3	0,60
	PRM-P.PRUDENTE	1	0,20
	PRM-S.BERNARDO	1	0,20
	PRM-TAUBATE	2	0,40
	Total de PCIs por UF	69	13,75
Total		502	100,00

* OBS.: Localização dos PCIs em 15/10/2021. PCIs da Coop. Passiva Geral, com situação do Procedimento “Em Andamento” ou “Sobrestado”, autuados desde o início da atuação da SCI até 30/09/2021, localizados nas Unidades do MPF.

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 14/10/2021.

TABELA 14
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP
Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Autuados no Período
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021
PCIs por Unidade da Federação e Município do Fato
Cooperação Ativa Geral

Unidade da Federação	Município do Fato	Quantidade de PCIs	Percentual do Total
AL	MACEIÓ	3	0,33
	Total de PCIs por UF	3	0,33
AM	MANAUS	3	0,33
	TABATINGA	3	0,33
	Total de PCIs por UF	6	0,67
AP	MACAPÁ	6	0,67
	Total de PCIs por UF	6	0,67
BA	EUNÁPOLIS	2	0,22
	FEIRA DE SANTANA	2	0,22
	ILHÉUS	1	0,11
	JEQUIÉ	1	0,11
	SALVADOR	13	1,44
	TEIXEIRA DE FREITAS	1	0,11
	VITÓRIA DA CONQUISTA	1	0,11
	Total de PCIs por UF	21	2,33
CE	FORTALEZA	37	4,10
	JUAZEIRO DO NORTE	8	0,89
	MARACANAÚ	1	0,11
	SOBRAL	1	0,11
	Total de PCIs por UF	47	5,21
DF	BRASÍLIA	139	15,41
	Total de PCIs por UF	139	15,41
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1	0,11
	SÃO MATEUS	1	0,11
	SERRA	1	0,11
	VILA VELHA	1	0,11
	VITÓRIA	15	1,66
	Total de PCIs por UF	19	2,11
GO	ANÁPOLIS	2	0,22
	GOIÂNIA	12	1,33
	JATAÍ	1	0,11
	LUZIÂNIA	1	0,11
	SENADOR CANEDO	1	0,11
	Total de PCIs por UF	17	1,88
	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	1	0,11

MA	SÃO LUÍS	1	0,11
	Total de PCIs por UF	2	0,22
MG	BELO HORIZONTE	25	2,77
	GOVERNADOR VALADARES	2	0,22
	JUIZ DE FORA	3	0,33
	MARIANA	1	0,11
	MONTES CLAROS	1	0,11
	UBERABA	1	0,11
	UBERLÂNDIA	1	0,11
	VARGINHA	2	0,22
	Total de PCIs por UF	36	3,99
MS	CAMPO GRANDE	6	0,67
	CORUMBÁ	7	0,78
	NAVIRAÍ	2	0,22
	PONTA PORÃ	13	1,44
	Total de PCIs por UF	28	3,10
MT	CÁCERES	1	0,11
	CUIABÁ	6	0,67
	Total de PCIs por UF	7	0,78
PA	ALTAMIRA	1	0,11
	BELÉM	2	0,22
	REDENÇÃO	1	0,11
	Total de PCIs por UF	4	0,44
PB	JOÃO PESSOA	10	1,11
	Total de PCIs por UF	10	1,11
PE	CARUARU	1	0,11
	GARANHUNS	1	0,11
	RECIFE	14	1,55
	Total de PCIs por UF	16	1,77
PI	TERESINA	2	0,22
	Total de PCIs por UF	2	0,22
PR	CAMPO MOURÃO	1	0,11
	CURITIBA	139	15,41
	FOZ DO IGUAÇU	3	0,33
	FRANCISCO BELTRÃO	3	0,33
	GUAÍRA	3	0,33
	MARINGÁ	3	0,33
	NOVA LONDRINA	1	0,11
	PARANAGUÁ	22	2,44
	PARANAVAÍ	1	0,11
	PATO BRANCO	5	0,55
	PONTA GROSSA	1	0,11
	UBIRATÃ	1	0,11
	UMUARAMA	1	0,11
	Total de PCIs por UF	184	20,40
	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	1	0,11
	CABO FRIO	1	0,11
	CAMPOS DOS GOYTACAZES	2	0,22

RJ	NITERÓI	1	0,11
	PETRÓPOLIS	1	0,11
	QUISSAMÃ	1	0,11
	RIO DE JANEIRO	120	13,30
	Total de PCIs por UF	127	14,08
RN	NATAL	17	1,88
	Total de PCIs por UF	17	1,88
RR	BOA VISTA	5	0,55
	Total de PCIs por UF	5	0,55
RS	CAXIAS DO SUL	1	0,11
	ERECHIM	1	0,11
	NOVO HAMBURGO	1	0,11
	PASSO FUNDO	2	0,22
	PELOTAS	3	0,33
	PORTO ALEGRE	8	0,89
	RIO GRANDE	1	0,11
	SANANDUVA	1	0,11
	SANTA CRUZ DO SUL	1	0,11
	SANTANA DO LIVRAMENTO	1	0,11
Total de PCIs por UF	20	2,22	
SC	CHAPECÓ	4	0,44
	CRICIÚMA	3	0,33
	FLORIANÓPOLIS	1	0,11
	ITAJAÍ	2	0,22
	SÃO MIGUEL DO OESTE	15	1,66
	Total de PCIs por UF	25	2,77
SE	ARACAJU	1	0,11
	Total de PCIs por UF	1	0,11
SP	AMERICANA	1	0,11
	ANGATUBA	1	0,11
	ARARAQUARA	1	0,11
	BRAGANÇA PAULISTA	1	0,11
	BROTAS	1	0,11
	CAMPINAS	27	2,99
	CARAGUATATUBA	1	0,11
	FRANCA	1	0,11
	GUARULHOS	7	0,78
	LIMEIRA	1	0,11
	MARÍLIA	2	0,22
	PIRACICABA	2	0,22
	PRAIA GRANDE	1	0,11
	RIBEIRÃO PRETO	2	0,22
	SANTOS	27	2,99
	SÃO BERNARDO DO CAMPO	2	0,22
	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	1	0,11
	SÃO PAULO	76	8,43
	SOROCABA	1	0,11
TATUÍ	1	0,11	

	Total de PCIs por UF	157	17,41
TO	PALMAS	2	0,22
	TOCANTINÓPOLIS	1	0,11
	Total de PCIs por UF	3	0,33
TOTAL		902	100,00

* OBS.: PCIs da Coop. Ativa Geral, atuados de 1º/10/2019 a 30/09/2021.

Fonte: AADP/AA/SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 14/10/2021.

TABELA 15
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Autuados no Período		
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021		
PCIs por Tipo de Requerente		
Cooperação Passiva Geral		
Tipo de Requerente	Quantidade de PCIs	Percentual do Total
Ministério Público estrangeiro	476	44,36
Outras autoridades estrangeiras	371	34,58
Interpol	59	5,50
Autoridade Central de Portugal	52	4,85
Pessoa física ou jurídica estrangeira domiciliada no exterior	52	4,85
Autoridade Central para a CNY	14	1,30
Ministério das Relações Exteriores - MRE	9	0,84
Pessoa física ou jurídica brasileira domiciliada no exterior	9	0,84
Secretaria de Cooperação Internacional - SCI	9	0,84
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional - DRCI	7	0,65
Procuradorias da República - PR e Procuradorias da República nos Municípios - PRM	5	0,47
Justiça Federal de primeira instância - JF	2	0,19
Representação diplomática/consular	2	0,19
Supremo Tribunal Federal - STF	2	0,19
Advocacia-Geral da União - AGU	1	0,09
Autoridade Central de Moçambique	1	0,09
Ministério Público Estadual - MPE	1	0,09
Outras autoridades brasileiras	1	0,09
Total de PCIs	1073	100,00

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 1º/10/2021.

TABELA 16
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Atuados no Período		
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021		
PCIs por Tipo de Requerente		
Cooperação Ativa Geral		
Tipo de Requerente	Quantidade de PCIs	Percentual do Total
Procuradorias da República - PR e Procuradorias da República nos Municípios - PRM	600	66,52
Justiça Federal de primeira instância - JF	137	15,19
Pessoa física ou jurídica brasileira domiciliada no Brasil	96	10,64
Outras autoridades brasileiras	20	2,22
Gabinete do Procurador-Geral da República - GPGR	16	1,77
Ministério Público Estadual - MPE	5	0,55
Gabinetes dos subprocuradores-gerais da República - SUB	3	0,33
Justiça Estadual de primeira instância - JE	3	0,33
Procuradorias Regionais da República - PRR	3	0,33
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional - DRCI	2	0,22
Interpol	2	0,22
Outras autoridades estrangeiras	2	0,22
Pessoa física ou jurídica estrangeira domiciliada no Brasil	2	0,22
Pessoa física ou jurídica estrangeira domiciliada no exterior	2	0,22
Secretaria de Cooperação Internacional - SCI	2	0,22
Tribunais de Justiça - TJ	2	0,22
Advocacia-Geral da União - AGU	1	0,11
Autoridade Central para a CNY	1	0,11
Gabinete do Vice-Procurador-Geral da República - GVPGR	1	0,11
Gabinete do Vice-Procurador-Geral Eleitoral - GABVICEPGE	1	0,11
Ministério Público estrangeiro	1	0,11
Total de PCIs	902	100,00

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 1º/10/2021.

TABELA 17
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Autuados no Período		
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021		
PCIs por Tipo de Requerido		
Cooperação Passiva Geral		
Tipo de Requerido	Quantidade de PCIs	Percentual do Total
Procuradorias da República - PR e Procuradorias da República nos Municípios - PRM	657	61,23
Secretaria de Cooperação Internacional - SCI	193	17,99
Supremo Tribunal Federal - STF	111	10,34
Pessoa física ou jurídica brasileira domiciliada no Brasil	54	5,03
Pessoa física ou jurídica estrangeira domiciliada no Brasil	19	1,77
Ministério Público Estadual - MPE	15	1,40
Outras autoridades brasileiras	6	0,56
Outras autoridades estrangeiras	6	0,56
Gabinete do Procurador-Geral da República - GPGR	5	0,47
Justiça Estadual de primeira instância - JE	2	0,19
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional - DRCI	1	0,09
Interpol	1	0,09
Ministério das Relações Exteriores - MRE	1	0,09
Ministério Público estrangeiro	1	0,09
Pessoa física ou jurídica brasileira domiciliada no exterior	1	0,09
Total de PCIs	1073	100,00

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 1º/10/2021.

TABELA 18
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Autuados no Período		
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021		
PCIs por Tipo de Requerido		
Cooperação Ativa Geral		
Tipo de Requerido	Quantidade de PCIs	Percentual do Total
Outras autoridades estrangeiras	550	60,98
Ministério Público estrangeiro	114	12,64
Secretaria de Cooperação Internacional - SCI	97	10,75
Pessoa física ou jurídica estrangeira domiciliada no exterior	72	7,98
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional - DRCI	26	2,88
Pessoa física ou jurídica brasileira domiciliada no exterior	18	2,00
Autoridade Central para a CNY	9	1,00
Procuradorias da República - PR e Procuradorias da República nos Municípios - PRM	3	0,33
Autoridade Central de Portugal	2	0,22
Gabinete do Procurador-Geral da República - GPGR	2	0,22
Ministério Público Estadual - MPE	2	0,22
Supremo Tribunal Federal - STF	2	0,22
Autoridade Central de Angola	1	0,11
Interpol	1	0,11
Justiça Federal de primeira instância - JF	1	0,11
Outras autoridades brasileiras	1	0,11
Pessoa física ou jurídica brasileira domiciliada no Brasil	1	0,11
Total de PCIs	902	100,00

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 1º/10/2021.

TABELA 19
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Autuados no Período		
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021		
PCIs por Forma de Execução do Pedido		
Cooperação Passiva Geral		
Forma de Execução do Pedido	Quantidade de PCIs	Percentual do Total
Auxílio direto	753	70,18
Pedido de informação	180	16,78
Extradicação	114	10,62
Transferência de procedimento penal	25	2,33
Constituição de equipe conjunta de investigação	1	0,09
Total de Ocorrências em PCIs	1073	100,00

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 1º/10/2021.

TABELA 20
Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Autuados no Período		
Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021		
PCIs por Forma de Execução do Pedido		
Cooperação Ativa Geral		
Forma de Execução do Pedido	Quantidade de PCIs	Percentual do Total
Auxílio direto	695	77,05
Pedido de informação	113	12,53
Extradicação	72	7,98
Carta rogatória	9	1,00
Transferência de procedimento penal	8	0,89
Transferência de execução de pena	4	0,44
Transferência de condenado	1	0,11
Total de PCIs	902	100,00

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 1º/10/2021.

TABELA 21
Procuradoria-Geral da República
Gabinete da Procuradora-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Finalizados
Período: Autuados do início da SCI até 30/09/2021
Tempo Médio de Tramitação dos Pedidos Finalizados entre 1º/10/2019 a 30/09/2021 por Grupo de Distribuição
Cooperação Passiva Geral

Grupo de Distribuição	Métrica	Valores
SCI - PENAL - PASSIVA	Quantidade de PCIs	494
	Dias de Duração	122.550
	Média	248,08
	Desvio padrão	302,27
	Mediana em Dias de Duração	150
SCI - CASO LAVA JATO - PASSIVA	Quantidade de PCIs	361
	Dias de Duração	208.439
	Média	577,39
	Desvio padrão	394,59
	Mediana em Dias de Duração	541
SCI - PEDIDO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÕES - PASSIVO	Quantidade de PCIs	192
	Dias de Duração	19.350
	Média	100,78
	Desvio padrão	258,17
	Mediana em Dias de Duração	18,5
SCI - CNY - PASSIVA	Quantidade de PCIs	118
	Dias de Duração	224.459
	Média	1.902,19
	Desvio padrão	1.875,14
	Mediana em Dias de Duração	1725,5
SCI - EXTRADIÇÃO E OUTRAS MED. COMPULSÓRIAS - PASSIVA	Quantidade de PCIs	85
	Dias de Duração	41.005
	Média	482,41
	Desvio padrão	244,71
	Mediana em Dias de Duração	422
SCI - CÍVEL - PASSIVA	Quantidade de PCIs	5
	Dias de Duração	1.010
	Média	202
	Desvio padrão	175
	Mediana em Dias de Duração	175
MEDIANA DA COOPERAÇÃO PASSIVA GERAL	Quantidade de PCIs*	1.255
	Dias de Duração	616.813
	Média	491,48
	Desvio padrão	812,03
	Mediana em Dias de Duração	249

* OBS.: PCIs atuados desde o início da SCI até 30/09/2021, com situação de "finalizado", cuja finalização ocorreu entre 1º/10/2019 a 30/09/2021.

* OBS.2.: A quantidade total de PCIs finalizados no período é de 2.240, sendo 1.255 da Coop. Passiva e 985 da Coop. Ativa.

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 20/10/2021.

TABELA 22
Procuradoria-Geral da República
Gabinete da Procuradora-Geral da República
Secretaria de Cooperação Internacional – SCI
Assessoria Administrativa – AA
Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP

Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Finalizados
Período: Autuados do início da SCI até 30/09/2021
Tempo Médio de Tramitação dos Pedidos Finalizados entre 1º/10/2019 a 30/09/2021 por Grupo de Distribuição
Cooperação Ativa Geral

Grupo de Distribuição	Métrica	Valores
SCI - PENAL – ATIVA	Quantidade de PCIs	388
	Dias de Duração	179.044
	Média	461,45
	Desvio padrão	448,12
	Mediana em Dias de Duração	325,5
SCI - CASO LAVA JATO - ATIVA	Quantidade de PCIs	198
	Dias de Duração	168.863
	Média	848,56
	Desvio padrão	483,02
	Mediana em Dias de Duração	759
SCI - CNY - ATIVA	Quantidade de PCIs	158
	Dias de Duração	229.186
	Média	1.450,54
	Desvio padrão	871,18
	Mediana em Dias de Duração	1474
SCI - PEDIDO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÕES - ATIVO	Quantidade de PCIs	117
	Dias de Duração	25.517
	Média	218,09
	Desvio padrão	359,08
	Mediana em Dias de Duração	64
SCI - EXTRADIÇÃO E OUTRAS MED. COMPULSÓRIAS - ATIVA	Quantidade de PCIs	91
	Dias de Duração	46.509
	Média	511,09
	Desvio padrão	298,1
	Mediana em Dias de Duração	517
SCI - CÍVEL – ATIVA	Quantidade de PCIs	28
	Dias de Duração	17.359
	Média	619,96
	Desvio padrão	587,66
	Mediana em Dias de Duração	342
MEDIANA DA COOPERAÇÃO ATIVA GERAL	Quantidade de PCIs*	980
	Dias de Duração	666.478
	Média	679,39
	Desvio padrão	655,43
	Mediana em Dias de Duração	456

* OBS.1.: PCIs autuados desde o início da SCI até 30/09/2021, com situação de "finalizado", cuja finalização ocorreu entre 1º/10/2019 a 30/09/2021.

* OBS.2.: A quantidade total de PCIs finalizados no período é de 2.240, sendo 1.255 da Coop. Passiva e 985 da Coop. Ativa. Não foram considerados nesta planilha 5 PCIs da área de Rel. Internacionais.

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 20/10/2021.

TABELA 23**Procuradoria-Geral da República****Gabinete do Procurador-Geral da República****Secretaria de Cooperação Internacional – SCI****Assessoria Administrativa – AA****Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP****Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Autuados no Período****Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021****PCIs por País de Origem****Cooperação Passiva Geral**

País de Origem	Quantidade de PCIs	Percentual do Total
PORTUGAL	337	31,41
PERU	152	14,17
ARGENTINA	75	6,99
SUÍÇA	49	4,57
ESTADOS UNIDOS	40	3,73
PARAGUAI	39	3,63
BOLÍVIA	34	3,17
ITÁLIA	30	2,80
FRANÇA	26	2,42
CHILE	26	2,42
URUGUAI	25	2,33
COLÔMBIA	24	2,24
PANAMA	22	2,05
ESPAÑA	21	1,96
BÉLGICA	17	1,58
REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA (INGLATERRA)	13	1,21
HOLANDA	13	1,21
POLÔNIA	10	0,93
ALEMANHA	10	0,93
MÉXICO	9	0,84
MOÇAMBIQUE	8	0,75
IRLANDA	8	0,75
TURQUIA	6	0,56
ROMÊNIA	6	0,56
LIECHTENSTEIN	4	0,37
ILHAS CAYMAN	4	0,37
CORÉIA DO SUL	4	0,37
CABO VERDE	4	0,37
ÁUSTRIA	4	0,37
ISRAEL	3	0,28
BIELORRÚSSIA	3	0,28
SUÉCIA	2	0,19
RÚSSIA	2	0,19
Organismo Internacional	2	0,19
MÔNACO	2	0,19
JERSEY	2	0,19

HUNGRIA	2	0,19
ESLOVÁQUIA	2	0,19
DINAMARCA	2	0,19
CHINA	2	0,19
ANGOLA	2	0,19
ANDORRA	2	0,19
VENEZUELA	1	0,09
UCRÂNIA	1	0,09
SRI LANKA	1	0,09
SINGAPURA	1	0,09
SÉRVIA	1	0,09
REPÚBLICA TCHECA	1	0,09
REPÚBLICA DOMINICANA	1	0,09
NORUEGA	1	0,09
MALTA	1	0,09
LUXEMBURGO	1	0,09
LÍBIA	1	0,09
ÍNDIA	1	0,09
IÊMEN	1	0,09
GUIANA FRANCESA	1	0,09
GRECIA	1	0,09
ESLOVÊNIA	1	0,09
EQUADOR	1	0,09
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS	1	0,09
EL SALVADOR	1	0,09
CUBA	1	0,09
CROÁCIA	1	0,09
COSTA RICA	1	0,09
CAZAQUISTÃO	1	0,09
CANADÁ	1	0,09
BÓSNIA E HERZEGOVINA	1	0,09
Total de PCIs	1073	100,00

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 1º/10/2021.

TABELA 24**Procuradoria-Geral da República****Gabinete do Procurador-Geral da República****Secretaria de Cooperação Internacional – SCI****Assessoria Administrativa – AA****Assessoria de Gestão Administrativa, Documental e Processual – AADP****Procedimentos de Cooperação Internacional (PCIs) Autuados no Período****Período: 1º/10/2019 a 30/09/2021****PCIs por País de Destino****Cooperação Ativa Geral**

País de Destino	Quantidade de PCIs	Percentual do Total
ESTADOS UNIDOS	120	13,30
SUÍÇA	93	10,31
PARAGUAI	75	8,31
ESPAÑA	67	7,43
PORTUGAL	63	6,98
ARGENTINA	44	4,88
ITÁLIA	33	3,66
URUGUAI	31	3,44
REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA (INGLATERRA)	31	3,44
FRANÇA	28	3,10
HOLANDA	18	2,00
PANAMA	17	1,88
ALEMANHA	16	1,77
COLÔMBIA	14	1,55
BOLÍVIA	14	1,55
CHILE	12	1,33
BÉLGICA	12	1,33
BAHAMAS	11	1,22
AUSTRÁLIA	10	1,11
PERU	8	0,89
ANGOLA	8	0,89
VENEZUELA	7	0,78
LUXEMBURGO	7	0,78
CANADÁ	7	0,78
EQUADOR	6	0,67
CHINA	6	0,67
ÁUSTRIA	6	0,67
ANDORRA	6	0,67
RÚSSIA	5	0,55
MÉXICO	5	0,55
HONG KONG	5	0,55
GRECIA	5	0,55
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS	5	0,55
DINAMARCA	5	0,55
CORÉIA DO SUL	5	0,55
LIECHTENSTEIN	4	0,44

GUIANA	4	0,44
ANTÍGUA E BARBUDA	4	0,44
SURINAME	3	0,33
SINGAPURA	3	0,33
MOÇAMBIQUE	3	0,33
LÍBANO	3	0,33
ÍNDIA	3	0,33
ILHAS CAYMAN	3	0,33
GUIANA FRANCESA	3	0,33
GUATEMALA	3	0,33
TANZÂNIA	2	0,22
TAILÂNDIA	2	0,22
ROMÊNIA	2	0,22
NOVA ZELÂNDIA	2	0,22
MÔNACO	2	0,22
JAPÃO	2	0,22
ISRAEL	2	0,22
ISLÂNDIA	2	0,22
IRLANDA	2	0,22
INDONÉSIA	2	0,22
GUERNSEY	2	0,22
ETIÓPIA	2	0,22
ESLOVÊNIA	2	0,22
CUBA	2	0,22
COSTA RICA	2	0,22
TURQUIA	1	0,11
TRINIDAD E TOBAGO	1	0,11
SUÉCIA	1	0,11
SÉRVIA	1	0,11
SERRA LEOA	1	0,11
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	1	0,11
SAMOA OCIDENTAL	1	0,11
REPÚBLICA TCHECA	1	0,11
REPÚBLICA DOMINICANA	1	0,11
PAQUISTÃO	1	0,11
PALESTINA	1	0,11
Organismo Internacional	1	0,11
NIGÉRIA	1	0,11
NICARÁGUA	1	0,11
MONTENEGRO	1	0,11
MACAU	1	0,11
LIBÉRIA	1	0,11
JERSEY	1	0,11
IRAQUE	1	0,11
ILHAS VIRGENS (INGLATERRA)	1	0,11
ILHAS MARSHALL	1	0,11
ILHA DE MAN	1	0,11
HONDURAS	1	0,11
HAITI	1	0,11

EL SALVADOR	1	0,11
CHIPRE	1	0,11
CABO VERDE	1	0,11
BURKINA FASO	1	0,11
BIELORRÚSSIA	1	0,11
BERMUDAS	1	0,11
BELIZE	1	0,11
Total de PCIs	902	100,00

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI). Dados extraídos em 1º/10/2021.



MPF

Ministério Público Federal

www.internacional.mpf.mp.br
pgr-internacional@mpf.mp.br